

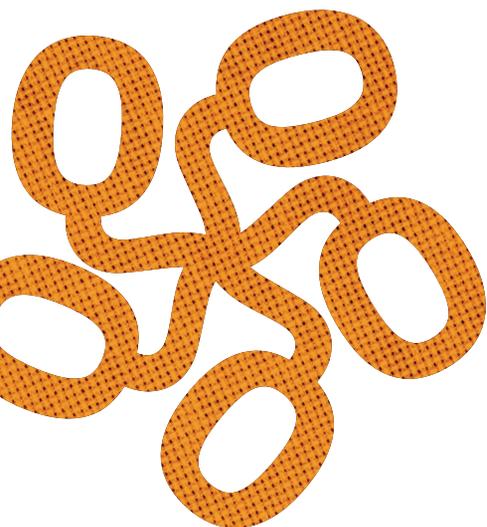
[Série] **Família e Gênero** | 15

Etapas da vida **jovens e idosos na contemporaneidade**

Marcia Longhi

Maria da Conceição Lafayette de Almeida

[orgs.]



**Etapas da vida
jovens e idosos na
contemporaneidade**

[Série] **Família e Gênero** | nº 15

Etapas da vida jovens e idosos na contemporaneidade

Marcia Longhi

Maria da Conceição Lafayette de Almeida

[orgs.]

**Editora
Universitária**  **UFPE**

Recife, 2011

Universidade Federal de Pernambuco
Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia
© Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES)

Conselho Editorial

Antônio Carlos Motta
Bartolomeu Figueiróa de Medeiros
Danielle Perin Rocha Pitta
Edwin Reesink
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Judith Chambliss Hoffnagel
Luís Felipe Rios
Maria Aparecida Lopes Nogueira

Marion Teodósio de Quadros
Misia Reesink
Peter Schröder
Renato Athias
Roberta Campos
Roberto Motta
Russell Parry Scott

Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade

Coordenadores: Russell Parry Scott e Judith Chambliss Hoffnagel
<http://www.ufpe.br/fages>
fages@ufpe.br

Créditos

Capa | Ana Farias
Projeto Gráfico | Evelyn Rodrigues
Revisão | Evelyn Rodrigues

Montagem

**Editora
Universitária UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50.740-530
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | edufpe@nlink.com.br | editora@ufpe.br

Editora Associada a



Catálogo na fonte

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, Crb4-1748

E83 Etapas da vida : jovens e idosos na contemporaneidade /
[organizadoras.] Marcia Longhi, Maria da Conceição Lafayette
de Almeida. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.
173 p. – (Família e gênero, n.15)

Vários autores.
Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-85-7315-975-2 (broch.)

1. Família. 2. Ciclo vital humano. 3. Juventude. 4. Idosos. 5.
Relações entre gerações. I. Longhi, Marcia (Org.). II. Almeida,
Maria da Conceição Lafayette de (Org.). III. Série.

306.85 CDD (22.ed.) UFPE (BC2011-160)

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. *Todos os direitos reservados.*

Apresentação

Parry Scott

A coletânea aqui apresentada abarca dois grandes segmentos populacionais que têm inspirado frutíferas reflexões teóricas sobre categorias, processos e significados relacionados com cursos de vida e com gerações, bem como excelentes pesquisas etnográficas com grupos particulares que elaboram estratégias e representações próprias. Os textos de *Etapas da Vida - Jovens e idosos na contemporaneidade*, insistem na enorme diversidade e variabilidade encontradas no interior destes segmentos, bem como a importância das suas relações com outros segmentos populacionais. A ampla experiência das pesquisadoras e professoras do Núcleo Fages, Marcia Longhi, da Universidade Federal da Paraíba, e Maria da Conceição Lafayette de Almeida, da Universidade Federal de Pernambuco, serviu como guia para reunir textos que conjugam contribuições de autores com histórias de pesquisa de campo rigorosa sobre a qual refletem com originalidade e discernimento teórico. O resultado é um conjunto instigante de textos que, sem esquecer assuntos correntes nas abordagens sobre jovens e idosos, abre novas fronteiras e apresenta realidades de campo com interpretações que podem ser transpostas para contribuir para a compreensão de realidades correlatas. A riqueza desta diversidade, ao mesmo tempo em que clama para uma multiplicidade de medidas para integrar políticas públicas que possam lidar com as especificidades de cada segmento, assinala a premência de cautela e de respeito pela agência própria de jovens e de idosos ao pensar formas de intervir sobre os contextos sociais e experiências de vida vividas e sentidas por eles.

Esta coletânea se inclui no conjunto de trabalhos com o novo formato visual adotado para a série **Família e Gênero** desde 2011 pelo Fages - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Pernambuco. O que ocasionou a iniciativa foi a aprovação

da ação 1433 - Cidadania e efetivação de direito das mulheres, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, da Presidência da República que forneceu um apoio a Núcleos de Gênero com recursos para fortalecer os seus grupos. A elaboração de quatro coletâneas organizadas por integrantes do Fages faz parte do conjunto de atividades realizadas nesta ação. Cada coletânea reúne trabalhos sobre temas de interesse para os estudiosos do campo de gênero, abordando famílias, práticas profissionais em saúde, gerações jovens e idosas, e violência contra as mulheres. Tornou-se uma oportunidade de reunir textos dispersos já publicados sobre família (Famílias brasileiras: Poderes, desigualdades e solidariedades do coordenador do Núcleo, Parry Scott) e de disponibilizar textos de pesquisadores com trabalhos recentes, atualizando as informações e animando a discussão entre leitores interessados da academia, dos movimentos sociais e da gestão de políticas públicas.

Os resultados das pesquisas dos integrantes de Fages sobre gerações, jovens e idosos, têm sido publicados em diversos locais. Na própria série Família e Gênero, jovens e idosos foram abordados no número 01: **Pesquisando gênero e família (I)** *Revista Antropológicas* n. 1 (1996); no número 06: **Pensando família, gênero e sexualidade** - *Roberta Bivar Carneiro Campos, Judith Hoffnagel (Org.)*. (2006); no número 08: **Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas** - *Parry Scott, Renato Athias, Marion Teodósio de Quadros* (Edufpe, 2007); número 09: **A diversidade do Iburá: Gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife** - *Parry Scott e Marion Teodósio de Quadros* (Edufpe, 2009); e número 12: **Gênero e geração em contextos rurais** - *Parry Scott, Rosineide Cordeiro, Marilda Menezes (Org.)*. (Editora Mulheres, 2010). Portanto, esta coletânea dá prosseguimento e apresenta novos caminhos para debates que estão em curso.

Recife, maio de 2011

Introdução

Marcia Longhi
Maria da Conceição Lafayette de Almeida

O ritmo cada vez mais acelerado com que as transformações sociais vêm ocorrendo, sugere que já não é mais possível dar conta da complexidade do mundo social sem levar em conta as especificidades de seus atores. Conceitos como gênero e geração vêm se constituindo em dimensões importantes através das quais é possível a apreensão da diversidade existente no meio social.

Enquanto a introdução do conceito de “gênero” permitiu trazer à tona problemas enfrentados pelas mulheres na experiência cotidiana, possibilitando o direcionamento de políticas públicas para atender suas necessidades, a incorporação da perspectiva geracional, somada a questões anteriores, potencializa maior clareza às particularidades de cada geração, já que a mesma “situa jovens e velhos quanto à pluralidade de modos de viver o curso da vida” (Lins de Barros, 2006: 21).

A coletânea *“Etapas da vida - Jovens e idosos na contemporaneidade”* reúne um conjunto de artigos que refletem sobre a condição geracional na contemporaneidade. Mesmo partindo de contextos e temáticas bastante diversificados, os textos têm em comum a forma original de levar o leitor a refletir sobre universos já estudados, mas nem por isto esgotados na sua possibilidade de contribuição acadêmica e social sobre a vivência da juventude e o envelhecimento.

Enquanto sujeitos políticos, jovens e idosos provocam demandas sociais, dispõem de políticas públicas específicas e constituem-se nas etapas de vida que, por diferentes motivos, despertam preocupações e mobilizam o poder público.

Os textos apresentam, em sua maioria, reflexões resultantes de ricas experiências etnográficas. Neste sentido, eles não têm a intenção de propor políticas públicas, mas através da análise consistente do

cotidiano oferecem pistas capazes de sugerir e influenciar programas adotáveis pelo setor público.

Por fim, deve-se ressaltar a leitura rica e iluminadora dessa coletânea que oferecendo um material precioso permite aos interessados conhecer e transformar o lugar social dos atores que se encontram em cada uma dessas etapas de vida.

Os jovens

Os três primeiros capítulos exploram o universo juvenil e trazem contribuições valiosas para aqueles que atuam junto a este segmento social. A partir de experiências etnográficas consistentes, as autoras fogem do lugar comum e buscam iluminar novas facetas de temas caros às Ciências Sociais, como o trabalho e a participação política. O leitor é provocado a refletir sobre a importância do cotidiano e de como determinadas categorias são fundamentais para não apenas conhecermos mais sobre esta etapa de vida como também para apreendermos algumas mudanças que a contemporaneidade tem provocado na organização social dos jovens, principalmente daqueles que integram as camadas de baixa renda.

O capítulo de **Monica Franch** aborda, de forma bastante original, a vivência da juventude dando destaque à forma que esta geração percebe e organiza o tempo. Através das quatro narrativas apresentadas a autora nos insere na realidade de jovens de grupos populares, e nos mostra como a vivência do trabalho é determinante para os usos e sentidos que a categoria tempo ganha. Totalmente sintonizado com as discussões contemporâneas sobre as incertezas do mundo do trabalho o presente capítulo nos traz elementos para pensarmos a realidade nacional e nos mostra a importância de esmiuçarmos o cotidiano juvenil para melhor compreendermos os significados de suas vivências.

O texto de **Karla Galvão Adrião** faz um interessante entrelaçamento entre as categorias gênero e geração tendo como pano de fundo o movimento feminista nacional. A autora, através da análise de discursos de representantes do movimento de jovens feministas

nacional, entre os anos de 2005 e 2006, apresenta o impacto das reivindicações das jovens feministas no movimento como um todo, e evidencia a atualidade de determinadas temáticas. Mostra que novas (e, às vezes, antigas) demandas ao mesmo que incomodam, indicam renovação. O presente capítulo é, antes de tudo, um convite a reflexão sobre o imbricamento de dois sujeitos políticos: Mulher e jovem.

Marcia Longhi parte de um recorte pouco explorado: Jovens, pobres que estão construindo trajetórias vistas como promissoras pelo seu grupo social. A partir desta estratégia, a autora foge das discussões sobre violência e debruça-se sobre trajetórias normalmente invisibilizadas. Seu objetivo principal é iluminar a trama de relações e o jogo entre os capitais simbólicos presentes no cotidiano das comunidades de baixa renda e pensar na permanente negociação para garantir e alimentar o pertencimento local, ao mesmo tempo em que se busca burlar as barreiras impostas pela condição social de origem.

Os idosos

Os textos que abordam a etapa da vida referente aos idosos, guardam entre si diferenças significativas. Dois deles discutem conceitos e categorias referentes ao envelhecimento assumindo uma perspectiva mais teórica. Os outros dois não apresentam qualquer relação similar a não ser no que diz respeito a configuração etária dos sujeitos investigados.

Entretanto, a existência de abordagens distintas permite ao leitor circular pelo o universo de problemas que envolvem a etapa do envelhecimento tanto em seus aspectos mais negativos como em seus aspectos relativamente promissores.

O texto de **Alda Britto da Motta** trabalha a importância da velhice e a sua repercussão entre outras gerações. Para tanto a autora argumenta sobre a importância de se entender que “a velhice é plural” e se distribui entre “os mais conservados e os mais desgastados”. Mas essas configurações, ressalta ela, são arbitrariamente construídas pelas sociedades que conferem significados às etapas do curso da vida e

estabelecem “funções e atribuições preferenciais ou até obrigatórias a cada segmento de idade e de sexo na divisão social do trabalho e dos papéis na família”.

Passeando por autores como Bourdieu, Ariés e Lenoir, Britto da Motta demonstra a construção das definições geracionais e vai tecendo considerações a respeito do que se constitui a velhice. Questiona os marcadores do momento, a partir do qual, alguém se considera ou é considerado “velho”. A intenção da autora é discutir a repercussão dessa construção nas relações familiares do idoso que com afeto e cuidados ou sem nenhum nem outro, pode passar a ser respeitado, ignorado e quase sempre cerceado. As atitudes em torno do idoso dependem de fatores vários, como demonstra a autora que após tecer as considerações de ordem mais teórica, conduz o leitor ao encontro de seus personagens, num bela construção etnográfica. O texto de Britto da Motta conjuga teoria e dados da realidade indispensáveis a quem pretende compreender o significado da velhice e do envelhecer.

Isolda Belo retoma os questionamentos realizados a partir da década de 60 sobre a velhice. Percorrendo os caminhos da produção realizada, ressalta a atualidade das discussões das décadas de 80 e 90 por pesquisadores que “relutavam em desnaturalizar os conceitos e teorias elaboradas sobre a velhice”. Segundo a autora os elementos biológicos ainda continuam referenciando a normatização de uma velhice uniformizada mesmo sendo perceptível as conquistas realizadas pelos idosos em termos de conquista de novos espaços.

Como Britto da Motta, defende a velhice como uma construção social e plural, dependente do contexto socioeconômico mais geral. O envelhecimento, como diz a autora, é “um processo biopolítico”, e assim os conceitos e as alternativas que apontam para a vivência dessa fase, não podem se restringir simplesmente ao processo físico natural. A compreensão da velhice exige a incorporação de outros elementos que ultrapassam a dimensão física, devendo-se considerar, também, “a dinâmica econômica e social em um momento histórico específico”. A leitura do artigo de Belo conduz o leitor a uma revisão importante sobre a concepção de velhice tornando-se indispensável para quem

pretende pensar o assunto quer numa dimensão teórica, quer numa dimensão mais voltada para a definição de políticas públicas e de gestão.

Os artigos cuja apresentação passamos a fazer, distinguem-se dos anteriores com relação ao objetivo de estudo embora mantenham o foco sobre a população idosa direta ou indiretamente.

Demócrito José Rodrigues da Silva, por exemplo, analisa a geração de cuidadores dos portadores da Doença de Alzheimer. Exemplifica-se assim o que Britto da Motta ressalta em seu artigo a respeito da “repercussão da velhice entre outras gerações”. Com bom embasamento nos estudos voltados para a temática da velhice, Silva analisa o impacto da Doença de Alzheimer sobre a família do portador desse transtorno.

A partir da deterioração que a doença vai causando, o autor mostra a dependência que o doente passa a ter do seu cuidador para realizar as tarefas mais simples do cotidiano. O impacto dessa dependência é mostrado através da investigação que faz com os cuidadores, onde de forma perspicaz coloca a questão de gênero como uma variável importante na análise, já que a maioria dos cuidados realizados são exercidos pelas mulheres. Com efeito, são as mulheres da família aquelas que se encarregarão d’á por diante em acompanhar o doente membro da família.

Segundo Silva, “*as relações familiares são consideravelmente atingidas pela demência*”, porém à medida que o tempo vai passando a experiência e o aprendizado levam as mulheres a estabelecer uma rede de cuidadores, minimizando até certo ponto o peso da responsabilidade inicial. Não se pode deixar de chamar atenção para importância do estudo feito com relação à implantação de políticas públicas que visem minimizar os impactos sobre a família, causados não só pela doença de Alzheimer, mas também por todos os tipos de transtorno que repassam para a família a responsabilidade e o cuidado com o doente.

Por fim o trabalho de **Maria da Conceição Lafayette de Almeida** tem como objetivo compreender as relações de gênero vivenciadas por mulheres de camadas médias, casadas e nascidas em Recife entre 1919 e 1931. O trabalho parte do pressuposto de que, contrariamente à visão

amplamente difundida pelo feminismo radical dos anos da década de 70, a posição das mulheres, embora de subordinação, não implicava a ausência total de poder ou mesmo de passividade, mesmo quando se considera o fato de que as mulheres estudadas viviam em uma sociedade patriarcal tal como descrita por Gilberto Freyre.

Partindo da suposição de que uma relativa autonomia, bem como formas veladas de resistência, se fazia presente na vida das mulheres, Almeida buscou caminhos teóricos metodológicos que, sem negar a estrutura de dominação em que viviam as mulheres, permitissem apreender poderes, autonomias ou resistências vivenciadas no espaço da casa, por vezes da rua ou em sua intersecção.

Embora o trabalho não tenha contemplado a temática da velhice nem explicitado o conceito de geração, a delimitação da época de nascimento das mulheres, de certa forma, aponta na direção de uma certa perspectiva geracional.

Revelar um tipo de empoderamento feminino, mesmo protagonizado no espaço doméstico pode contribuir para lançar luz sobre as possibilidades disponíveis às mulheres nesta etapa da vida.

Entre a fantasia e a exploração Tempo e trabalho entre jovens de grupos populares do Grande Recife

Monica Franch | Ufpb

Dentre as mudanças que marcam a vivência da juventude na atualidade, aquelas que afetam as formas de perceber e organizar o tempo são especialmente relevantes. Este trabalho aborda tais mudanças na vida de jovens moradores de bairros populares do Grande Recife, a partir de um recorte temático específico: O tempo social do trabalho. Os dados que constituem a base empírica deste ensaio provêm de pesquisas desenvolvidas nos anos de 2001 a 2007, em três localidades de baixa renda das cidades de Recife e Camaragibe. A reflexão sobre o tempo de trabalho está inserida num esforço maior de compreender os usos e sentidos do tempo desses jovens, que redundou em minha tese de doutorado (Franch, 2008). A pesquisa de campo, de cunho antropológico, incluiu observação direta nos bairros, escolas, centros profissionalizantes e outros espaços de socialização juvenil, além de entrevistas e grupos de discussão com um total de 45 jovens. Foram igualmente aplicados 48 questionários abertos em uma das localidades pesquisadas¹.

1 Os questionários, bem como boa parte das entrevistas e grupos de discussão realizados entre 2001 e 2004, faziam parte da pesquisa internacional *Os jovens e a cidade: Habilidades, conhecimentos e reprodução social*, promovida pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Copenhague em três cidades “do Sul”: Recife, Hanoi e Lusaka. Em Recife, a pesquisa foi desenvolvida pelo Ppga da Ufpb, sob coordenação de Parry Scott e de Anne Line Dalsgaard. Algumas das entrevistas utilizadas neste artigo foram feitas em colaboração com a geógrafa Katherin

O capítulo começa com uma rápida contextualização da temática do trabalho a partir de duas interfaces - tempo e juventude. Em seguida, apresento quatro narrativas relativas a diferentes inserções dos jovens no mundo do trabalho, de modo a ilustrar a variedade de situações encontradas em campo. Por fim, teço algumas interpretações a respeito do modo como a vivência no mundo do trabalho afeta os sentidos e a organização do tempo dos jovens pesquisados.

Mudanças no mundo do trabalho

O trabalho constitui uma das dimensões mais importantes na organização do dia a dia, bem como na conformação do tempo biográfico dos indivíduos. Na literatura sobre juventude, o ingresso no mundo do trabalho costuma ser apresentado como um dos marcos tradicionais de passagem à idade adulta, sobretudo para os homens jovens e, cada vez mais, para as mulheres. As mudanças que vêm acontecendo no mundo do trabalho alteram, contudo, essa organização temporal, modificando o cotidiano e o tempo biográfico juvenis. A flexibilidade, as descontinuidades, a instabilidade e a fragmentação fazem parte das condições postas pelo mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas, multiplicando as situações de incerteza que atingem os trabalhadores e contribuindo para a desinstitucionalização do curso da vida. Todavia, essas situações não são totalmente desconhecidas para os grupos populares dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo no Nordeste do país, que há tempos estão relativamente à margem do mercado de trabalho formal e de seus corolários, como a segurança e a estabilidade.

Lado a lado com a precarização, percebe-se uma diversificação crescente no mundo do trabalho, tanto no que tange às condições de realização como aos setores de atividades, com a multiplicação de novas profissões surgidas a reboque do desenvolvimento das tecnologias de

Gough, que também participou do projeto. Outras entrevistas foram feitas com a antropóloga Anne Line Dalsgaard. Para a tese, esse trabalho foi complementado e aprofundado, sob orientação da professora Rosilene Alvim.

informação. O sociólogo português José Machado Pais (2003) utiliza a metáfora do arco-íris para definir o mercado de trabalho que os jovens europeus encontram hoje (*black market*, *blue market*, *white market* etc). O autor sugere, igualmente, que estão em curso combinatórias diferentes das tradicionais éticas do trabalho por parte de jovens que tentam compatibilizar trabalho e lazer, nem sempre de forma fácil. Outro aspecto da esfera do trabalho é a maior incorporação das mulheres, o que se traduz numa expectativa maior das garotas quanto à sua inserção no mercado de trabalho, comparativamente a outras gerações.

No Brasil, a questão do trabalho figura entre as mais importantes nos debates e intervenções voltadas para a juventude, sobretudo nas últimas duas décadas. Com efeito, a geração que fez seu ingresso no mundo de trabalho depois dos anos 90 no país encontrou um contexto desfavorável, marcado pelas dificuldades de conseguir emprego e pela precarização das condições de trabalho. Os jovens foram os mais afetados pela redução das formas de emprego regular em favor de contratos temporários e em tempo parcial (Castro e Aquino, 2008; Singer, 2005). Eles também detêm as taxas mais altas de desemprego, sendo o fator idade mais decisivo na desvantagem para conseguir uma vaga no mercado de trabalho que qualquer outro, incluindo sexo e raça (Silva e Kassouf, 2002). Em 2006, enquanto o desemprego entre os adultos (30 a 59 anos) era de 5%, esse índice aumentava consideravelmente entre os jovens: 22,6% na faixa de 15 a 17 anos, 16,7% entre jovens de 18 a 24, e 9,5% para os jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos (Castro e Aquino, 2008).

Pensando especificamente na experiência temporal juvenil, essa conjuntura faz emergir algumas questões: De que maneira os jovens vivenciam as intermitências nas suas trajetórias profissionais e outras possíveis situações de inserção precária? Estará existindo uma relativização do peso do referencial trabalho na identidade social masculina? E entre as mulheres? Como esses jovens organizam seu tempo cotidiano, uma vez que o trabalho é, historicamente, uma das principais atividades que estruturam o ritmo do dia a dia? Até que

ponto a retração do mercado formal de trabalho afeta suas expectativas para o futuro?

Para começar a discutir essas questões, escolhi quatro narrativas de inserção no mundo do trabalho que ilustram, sem esgotar, a diversidade de situações encontradas em campo: Uma jovem que trabalhou como empregada doméstica e agora está desempregada; um rapaz inserido no mercado formal, porém ocupando uma posição que não lhe agrada; um outro jovem galgando degraus na nova economia do mundo da computação; e, por fim, um rapaz cujas experiências com a criminalidade questionam, aparentemente, a ética do trabalho. Passemos a suas histórias.

Narrativas de inserção

Carol: “A gente andava igual a elas”

À primeira vista, a vida de Carol não tem nada de extraordinário. Moradora de um dos bairros da periferia do Grande Recife, essa jovem de 19 anos se iniciou no mundo do trabalho tomando conta de crianças. No ano anterior ao nosso encontro, Carol largou a escola, onde amargava uma trajetória de abandono e repetências, e foi trabalhar como doméstica numa “casa de família”. Até aqui, a biografia de Carol é semelhante a de muitas outras jovens das classes trabalhadoras urbanas, ontem e hoje. O que chama a atenção na história de Carol não é, entretanto, a repetição de um destino atávico. Muito pelo contrário, a narrativa desta garota nos convida a refletir sobre a maneira pela qual velhas estruturas se articulam com motivações, expectativas e significados novos, num contexto ao mesmo tempo desfavorável e promissor.

A narrativa biográfica de Carol é marcada pela experiência de uma doença que interrompeu sua trajetória escolar e a transformou em uma pessoa diferente às demais crianças. Quando tinha nove anos de idade, Carol “pegou uma bactéria” numa das pernas que progrediu até deixá-la imobilizada numa cama. Durante sete anos, a jovem entrou e saiu de

hospitais fazendo tratamentos dolorosos para superar seu problema, o que afetou o seguimento de seus estudos, porém também lhe deu um sonho: Chegar a ser médica. Quando finalmente sarou e conseguiu se reintegrar à escola, se inseriu com maior facilidade entre seus pares do que no currículo escolar. Ao receber uma proposta de trabalhar como babá para uma vizinha, Carol resolveu sair da escola para começar a ganhar seu dinheiro.

Tomar conta de crianças é uma das ocupações mais comuns das garotas de grupos populares à procura de uma primeira fonte de renda. Para Carol, ser babá foi o primeiro passo antes de entrar no trabalho doméstico, área em que já trabalhavam sua mãe e sua irmã. Não se pense, entretanto, que Carol queria para si a mesma trajetória das outras mulheres de sua família. Muito pelo contrário, sua atitude em relação ao trabalho doméstico lembra, guardando as devidas distâncias, a postura de muitos jovens europeus e norte-americanos diante dos trabalhos temporários que lhes são reservados na atual fase do capitalismo. Para esses jovens, os trabalhos em tempo parcial não necessariamente produzem identidade nem se articulam com um projeto de vida. Antes, estão a serviço de seus planos de consumo, respondem a projetos de curtíssimo prazo ou, ainda, são percebidos como forma de acumular experiências enquanto se é jovem (Lasén, 2000). Na escolha de Carol, articulam-se elementos semelhantes. Por um lado, a jovem abre mão de um projeto a longo prazo, representado pela escola, em favor da recompensa imediata de começar a ganhar dinheiro com seu trabalho:

Entrevistadora: Parou [de estudar] em que série?

Carol: Na oitava.

Entrevistadora: Era porque você não queria mais o estudo ou você queria trabalhar?

Carol: Porque eu precisava em casa e também eu precisava comprar as minhas coisas porque nem todo tempo nossos pais podem dar, quando dizem [que] não tem, aí tem que aceitar. Então eu queria comprar minhas coisas, aí eu fiquei sabendo desse trabalho, aí eu fui trabalhar, não quis saber se era de quinze em quinze dias, ou o que era pra fazer, eu quis trabalhar. O estudo vai me garantir no futuro, dinheiro vai me dar no futuro e eu queria o dinheiro

no agora, no hoje. Ai eu peguei fui pra esse trabalho, mas me prejudiquei com problema de coluna. (grifo meu)

Embora Carol não negue a dificuldade econômica da família, começar a trabalhar se relaciona com sua busca por autonomia, ao permitir-lhe realizar escolhas na esfera econômica. Roupas, bijuterias, cosméticos e Cds, além dos gastos em saídas com os amigos, fazem parte dos itens de consumo juvenil que, em geral, não podem figurar entre as prioridades de uma família de baixa renda. Trata-se de objetos que imprimem uma marca geracional, e que são consumidos sobretudo pelos jovens solteiros ou sem filhos, uma vez que casamento e parentalidade introduzem novas responsabilidades que se manifestam, também, no âmbito do consumo.

Um aspecto que chama a atenção na descrição do trabalho dessa jovem é seu caráter de tempo extraordinário em relação à rotina. Com efeito, o trabalho em “casa de família” adquire, para Carol, características de experiência, de aventura, por lhe permitir sair de sua existência conhecida num bairro periférico para entrar, mesmo que pela porta dos fundos, num dos endereços mais nobres do Recife: O bairro de Boa Viagem, na zona sul da cidade.

*“[Lá em Boa Viagem] É outra realidade porque é fácil e diferente. As pessoas vivem bem, têm estabilidade, vivem passeando, se divertindo, estudando em colégios particulares, diferente, totalmente diferente dessa vida. **[É como se fosse] um outro lugar, uma coisa totalmente diferente da minha vida.** Não foi bom pra mim porque eu não me dava com as pessoas, eu me sentia assim... vi desigualdade, não me sentia igual com a pessoa. É bom você estar num lugar que se sinta igual, tenha igualdade, quando tiver que falar comunica com a pessoa de igual pra igual, mas quando a pessoa quer se engrandecer na sua frente não fica fácil, eu não gosto de pessoas assim, eu procuro pessoas que seja igual comigo de conversar, dialogar, discutir, assim, aquela coisa sadia, não é aquela coisa de humilhar.” (grifo nosso)*

A experiência desse “outro lugar” é, portanto, ambígua. Até certo ponto, Carol se integra na nova realidade através de um frágil jogo de manipulação de identidade. Nesse empenho, seu biótipo jogou a seu favor. Carol tem a pele clara e os cabelos loiros, cacheados. É

uma garota bonita, com alguns dos atributos estéticos celebrados pelas classes médias do Recife. No tempo em que trabalhou em Boa Viagem, aproveitava as horas vagas para sair com outras trabalhadoras domésticas e conhecer jovens moradores dos prédios vizinhos. Esse aspecto lúdico do trabalho é narrado às vezes com humor pela jovem, como uma prova de sua astúcia. Carol e suas amigas nunca diziam que trabalhavam em casa de família. Ocultavam esse estigma lançando mão de um expediente muito comum entre as classes médias: A figura da sobrinha que mora no interior e precisou vir para a capital para estudar. Embora divertida, a farsa podia ser descoberta a qualquer momento e as jovens eram então brindadas com o desprezo social que as classes médias não raro destinam para os membros dos grupos populares. Nesse momento, a consciência da desigualdade, a humilhação, a falta de valor social são claramente percebidos pela jovem, mostrando os limites de seu jogo de manipulação de identidade:

Carol: Teve uma mesmo que falou que trabalhava em casa de família e ela quando passava aí ficava uma turminha arriando “olha a piniqueira!”, humilhando. A gente andava igual a elas, roupa, calçados pra elas não saber que a gente trabalhava. Não é que a gente tinha vergonha, pra evitar constrangimento. Algumas, não todas.

Entrevistadora: *O que é humilhar?*

Carol: Assim, você passar e falar “piniqueira!”, não ter amizade, se afastar. Algumas são, mas outras são humildes, chega... nem parece que tem diferença social...

Entrevistadora: *E você dizia o quê?*

Carol: Eu dizia que morava aqui em Camaragibe, mas que tava lá na casa de uma tia, eu e as meninas dizia, a gente era tudo amiga do prédio, a gente dizia que estava na casa de uma prima, de uma tia [...] As vezes alguns meninos iam levar até o apartamento que a gente morava, aí a gente entrava em outra rua: “Não, está bom, está bom aqui, a gente vai embora”. Aí ficava olhando pra trás pra ver se eles não estavam seguindo a gente pra saber onde a gente morava, a gente ia desviando, ia cortando caminho pra chegar lá no apartamento que a gente trabalhava.

Trabalhar numa “casa de família” em Boa Viagem comporta, igualmente, outras ambiguidades decorrentes das características do trabalho doméstico. Nesse sentido, o caso de Carol ganha contornos dificilmente comparáveis com outras situações de trabalho temporário

juvenil. Para essa jovem, a experiência do trabalho doméstico foi também uma experiência pessoal, quase familiar. Nesse sentido, a farsa da sobrinha do interior não era apenas uma encenação, mas uma forma simbólica de elaborar as contradições desse tipo de trabalho. Por um lado, os patrões a tratavam “como se fosse da família”, o que se expressava sobretudo, na hora das refeições, quando Carol sentava à mesa com todo mundo, tratamento diferente ao que a mãe e a irmã recebiam nas casas onde trabalhavam. Por outro lado, a jovem estava inserida numa relação de forte exploração. Na casa dos patrões, Carol lavava, cozinhava, arrumava a casa e tomava conta de duas crianças. Somente lhe era permitido visitar sua família quinzenalmente e trabalhava mais horas do que deveria, impedindo a continuidade de sua trajetória escolar.

Nesse sentido, a relação de trabalho em que Carol esteve inserida funciona como um bom exemplo de “violência simbólica”: “Insensível, invisível para suas vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento - ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2003: 07). Esse caráter de exploração somente se mostra com clareza para Carol no momento em que, novamente, a doença faz sua aparição, e ela é mandada embora:

***Carol:** Eu quando eu trabalhava eles me tratavam como pessoa da família, eu jantava com eles, eu almoçava, eu não ia jantar na cozinha, eu jantava na sala. Aí quando eu adoeci, eu pedi pra sair porque eu não tava agüentando mais, ela também me colocou pra fora, aí eu pedi pra sair, aí depois disso eu vi que era só enquanto eu estava lá, que eu era considerada como da família depois que eu adoeci eu não prestava mais pra nada. Vim pra casa, fiquei doente...*

***Laura:** Uma coisa sem valor*

Deste modo, aquilo que começou como um tempo extraordinário, como uma forma de ganhar dinheiro, mas também de acumular experiências, termina, no relato desta jovem, como um profundo sofrimento social. Ao se sentir abandonada por sua segunda família, Carol mergulha numa depressão de que somente sai graças a um curso

profissionalizante oferecido em seu bairro, ocasião que lhe serviu para fazer uma re-conexão com seu contexto de vida.

O curso de profissionalização em panificação inaugura o momento presente de Carol. Aparentemente, sua experiência como trabalhadora doméstica foi encerrada, bem como as sequelas que dali decorreram. Aparentemente, sua saúde não lhe impede levar uma vida normal, algo limitada em seus movimentos, porém com condições de imprimir continuidade em seus projetos de vida. Para quem sonha em ser médica, aprender a fazer pão não parece o caminho mais adequado. Mas se a história de Carol nos ensina alguma coisa, é o grande fosso que separa, para essa geração, o sonho da realidade. A fantasia da exploração.

Roberto: “Cadê a oportunidade?”

De todos os jovens que conheci, Roberto foi um dos que melhor exemplificava o “teto de vidro” que boa parte da juventude pobre encontra em seu sonho de ter uma vida melhor. Depois de seguir à risca todas as obrigações da carreira educativa concluindo o “segundo grau” (correspondente ao ensino médio), conseguiu aquilo que muitos de seus colegas sonhavam: Um emprego com carteira assinada. Sua empolgação inicial com o trabalho, contudo, deu logo lugar ao desencantamento quando percebeu que as chances de sair de sua posição de servente numa rede de supermercado eram poucas. Na época que realizei esta entrevista, Roberto se encontrava num momento de reavaliação de sua vida. O resultado, embora em alguns aspectos positivo, estava longe daquilo que sonhara um tempo atrás, quando ainda se considerava “jovem”. O desencontro entre as expectativas e a realidade marcava o momento presente, em que o jovem sentia-se amarrado a um presente cansativo e, à primeira vista, com poucas alternativas.

Roberto começou a trabalhar ainda na infância. Com apenas 10 anos de idade, andava pelas ruas do Recife acompanhado de seu irmão mais velho, atrás de sucata para vender em ferro-velho. O orgulho com que se refere a esse tempo nos informa da construção de uma

identidade fortemente ligada ao trabalho e à responsabilidade com a família, que ainda hoje constituem os dois pilares de sua vida:

Roberto: *Comecei a trabalhar a partir dos 10 anos, 11. Trabalhava com ferro-velho, né, negócio de ferro velho, lata, plástico, essas coisas velha, apanhava, juntava numa carroça e levava pra um depósito que tinha ali, que fechou e vendia... papelão, essas coisas recicláveis, papel, ferro, lata...*

Entrevistadora: *Você andava com uma carroça?*

Roberto: *Eu puxava carroça. O pessoal até se admirava de ver, eu menino, puxando uma carroça.*

Entrevistadora: *E foi de tu mesmo que começasse, foi a família que te incentivou, como foi?*

Roberto: *Eu mesmo, eu sempre fui esforçado.*

Um trabalho pesado, insalubre e pouco valorizado marca o início da trajetória desse jovem pelo mundo do trabalho, que sofreria uma primeira transformação aos 16 anos, quando conseguiu um estágio como *office-boy* pela Fundação Estadual da Criança e do Adolescente. Graças aos contatos feitos no estágio, Roberto conseguiu se empregar, posteriormente, em duas firmas “terceirizadas” de limpeza: Nove meses numa e um ano em outra. Eu o conheci num intervalo entre esse trabalho e o trabalho atual. Na época, embora desempregado, se divertia bastante saindo com os amigos e tocando pagode. Mas tratava-se de umas “férias” que não podiam se prolongar por muito tempo. Sua família continuava precisando dele.

Quando o entrevistei de novo, em 2001, Roberto tinha 24 anos e vivia num presente inaugurado dois anos e meio atrás, quando começou a trabalhar como servente numa conhecida rede de supermercados da região. O trabalho no supermercado mudou totalmente o cotidiano de Roberto. Entrando cedo pela manhã e saindo tarde à noite, Roberto chegava cansado em casa e não tinha muita vontade de estudar, tocar pagode ou fazer qualquer outra coisa além de ficar na frente de casa: “Conversando com os meninos aqui [...], a gente fica conversando aí na frente. Às vezes fico sozinho também, refletindo um pouco, pensando um pouco, botando algumas ideias no lugar, fico ali, vendo o movimento também, as meninas passando, fico fazendo uma horinha”.

O final do dia era o horário dessa particular “sociedade de esquina” se encontrar e Roberto gostava de encerrar seu expediente entre conversas e pensamentos. Sua única folga semanal estava inserida num sistema de rotação, de modo que apenas a cada sete semanas coincidia com um domingo. Deste modo, ficava difícil se sincronizar com os amigos em outros horários que não os da noite, dificuldade acrescida ainda pelo parco salário, que precisava entregar por completo à família, diante das importantes dificuldades financeiras pelas que todos passavam.

Com pouco tempo para a sociabilidade e menos ainda para estudar ou dedicar-se a algum divertimento, o trabalho no supermercado tomava seu tempo da vida, marcando seus dias com a precisão do relógio. No passado, Roberto gostava do seu trabalho. Hoje ele vê que é um serviço “pesado”, um setor “desvalorizado”, se sente “discriminado”, mal pago e não consegue uma promoção. Isso apesar de ter uma escolaridade superior à da maioria de seus colegas no serviço, homens mais velhos, que muitas vezes mal concluíram o ensino fundamental, enquanto Roberto tinha completado o nível médio de estudo. Apesar de insuficiente para realizar seu sonho de um trabalho “de colarinho branco”, o ensino médio oferecia a Roberto uma importante valorização em seu grupo social. O trabalho no supermercado era, igualmente, um avanço em relação a seus inícios, quando trabalhava puxando uma carroça pelas ruas do Recife. Mas terminar o segundo grau não lhe permitiu sonhar com a mobilidade social que seus pais projetaram para ele. Além disso, com o passar dos anos suas expectativas de promoção no trabalho foram se frustrando, gerando nele uma insatisfação crescente:

“Apesar que preconceito tem muito, né, inclusive nesse setor que eu estou lá, isso aí existe muito preconceito porque, por causa do que eu falei mesmo antes de quando tem promoção. Tem promoção agora pra têxtil, teve uma pessoa que pediu pra sair, aí eu quero ir para têxtil, aí eu falei para o gerente do setor, falei pro meu gerente e não saiu nada, foi indicada uma pessoa, uma menina embaladora. Quer dizer, a gente não tem muita oportunidade de ir pro outro setor, a gente é como se fosse discriminado lá dentro. Quando tem vaga pra outros setores, as pessoas de frente de loja que vão, mesmo tendo menos tempo de que eu. Quando eu cheguei lá disseram que a pessoa com 6 meses já pode ir pra outro setor. Já estou com dois

anos e seis meses já e já vi muita gente chegando, não passa nem seis meses direto e já vai pra outro setor [...] Eu tenho 2º grau, eu tenho também experiência, cadê a oportunidade?”

Difícil é perceber que a oportunidade que Roberto recebeu foi, justamente, essa: A de ser um trabalhador braçal.

Joaquim: “Eu sou mil utilidades”

Quando conheci Joaquim, ele tinha 19 anos e cursava o ensino médio numa escola do centro da cidade. O lugar onde o jovem e sua família moravam situava-se a poucos metros da casa de Roberto, porém era marcado por uma sensível diferença de status: Roberto morava numa antiga favela, que hoje todos chamam de “comunidade”, enquanto Joaquim morava numa “vila”. A vontade de diferenciação e ascensão social, herdada da sua família, marca suas estratégias de inserção profissional, também motivadas pela necessidade premente de galgar independência financeira, para poder cimentar uma autonomia tolhida pelos frequentes conflitos com a autoridade paterna.

Como muitos jovens de sua idade, Joaquim se iniciou no mundo do trabalho ainda na infância, trabalhando no ferro-velho propriedade de seu pai, mas logo encontrou outras maneiras de ganhar dinheiro. Diferentemente de Roberto, que se inseriu no mundo de trabalho a partir da força física, atributo inequivocamente masculino, Joaquim desenvolveu habilidades de fronteira. Uma delas era a dança, que transformou em capital econômico ao ingressar na qualidade de dançarino num conhecido conjunto musical do Recife. O pai e o irmão mais velho desaprovaram essa atividade: “(...) Dançava escondido do meu pai, depois foi que ele ficou sabendo, porque meu pai ele é muito conservador....então para ele homem não podia dançar”.

Conciliando o estudo e a dança, Joaquim conseguiu juntar algum dinheiro ainda em casa dos pais. Nessa época já havia deixado de ajudar o pai no ferro-velho, e iniciado um estágio na prefeitura onde aprendeu os primeiros passos na informática. Logo abandonou a dança e foi

experimentar outras “virações”, enquanto complementava o estágio, para as quais a experiência com seu pai na administração do ferro-velho foi de muita utilidade: “Vendi coxinha, cachorro-quente e trabalhei com ornamentação de festas, já trabalhei com buffet como garçom, sei transformar uma mesa de bar numa mesa para buffet com pouco material, sei aproveitar de tudo um pouco...”.

Se a vida profissional apresentava um caráter cumulativo, embora diverso, a esfera familiar caracterizava-se por frequentes conflitos e uma crescente urgência por rupturas, que acabaram acontecendo pouco depois de completar dezoito anos, quando Joaquim saiu de casa para se estabelecer com Marluce, sua então namorada. Por essas épocas, foi convidado a trabalhar com o dono de uma pequena empresa privada na área da construção civil, onde Joaquim exerce atividades no escritório: “Na verdade eu sou multiuso na empresa... trabalho no departamento pessoal e também no departamento de cobrança e de vez em quando sou telefonista também...” Sua trajetória sugeria uma notável plasticidade, uma estratégia temporal flexível baseada na abertura para o novo, adaptando-se rapidamente às situações e aproveitando as oportunidades que lhe aparecem, em conjunção com as demandas de um mercado de trabalho que se transforma continuamente.

Algum tempo depois, o reencontrei. Joaquim continuava na mesma empresa, onde continuava sendo o jovem “mil utilidades”, mas já havia mudado de casa, se instalando na rua que faz a fronteira com o bairro vizinho. Esse movimento espacial condensa uma ideia de mobilidade social, como ele bem assinala: “Ali é talvez o lado pobre, talvez aqui o lado civilizado, não que a pobreza virasse a civilização, mas o pessoal ali faz com que as suas coisas fiquem cada vez pior, ao invés do oposto, melhorar”. Novos planos para o futuro estavam entre suas intenções do momento: “Eu gostaria muito de trabalhar com minha esposa e por isso penso em abrir um dia, quem sabe, uma manutenção em micro, Sos Computer, ou um restaurante, porque ela gosta de cozinhar...”

Driblando as dificuldades e com uma atitude aberta e flexível para captar o fluxo de oportunidades, Joaquim parecia condensar

os atributos da carreira juvenil adaptada aos tempos de incerteza. O sucesso ou fracasso dessa estratégia foge aos objetivos deste trabalho.

Luis: “Negócio fácil”

Conheci Luis em 1999 numa escola de música que funcionava na comunidade onde o jovem morava. Sendo eu uma “forasteira” e ele um rapaz “esquisito”, logo simpatizamos. Naquela época, eu não entendia os motivos da “esquisitice” de Luis, da qual apenas me chegavam certos indícios, principalmente a ruptura de vínculos institucionais (escola, igreja, escola de música...), que os moradores atribuíam à sua idiossincrasia: “Ele é doido, você não percebeu ainda?”, foi o que escutei em várias ocasiões. Quando reencontrei Luis dois anos depois, os moradores continuavam a considerar Luis um rapaz “esquisito”, porém também me alertavam a respeito dele. “Você está sabendo que esse rapaz é errado?”, perguntavam os mais enfáticos. “Vá com cuidado, ele anda fazendo coisa errada”, comentavam os mais discretos. A dicotomia certo/errado corresponde a uma outra oposição muito estudada nos trabalhos recentes sobre grupos populares - aquela entre trabalhadores e “bandidos” (Sarti, 1996; Zaluar, 1985). A ideia mais comum é que existe, entre os jovens envolvidos com atividades criminosas, notadamente com o tráfico de drogas, um questionamento do trabalho como valor, que se expressa na rotulação dos trabalhadores como “otários”. Para complementar a ilustração das experiências de trabalho juvenis, apresentarei aqui alguns dos eventos biográficos que fazem parte da incipiente “carreira desviante” (cf. Becker, 2008) desse jovem, bruscamente interrompida numa sexta-feira do mês de julho de 2003, quando Luis contava com 21 anos de idade.

Segundo Howard Becker, “O primeiro passo na maioria das carreiras desviantes é o cometimento de um ato não apropriado, um ato que infringe algum conjunto particular de regras” (Becker, 2008: 36). Na vida de Luis, esse ato foi um furto numa conhecida loja de departamentos do Recife. Se ele já havia cometido outras transgressões antes dessa, ou mesmo se ele teve realmente a intenção de cometer

um furto naquela ocasião, nunca saberei, mas foi esse o evento biográfico que Luis apresentou como ponto de inflexão em sua vida, a partir do qual a percepção das pessoas em relação a ele começou a se transformar. O momento, portanto, em que sua trajetória de “jovem errado” começou a ser traçada.

Em sua fala, Luis enfatizava não ter tido intenção de roubar as canetas, e frisava que tudo não passara de um mal-entendido com um colega. Como recorrência desse evento, porém, o jovem foi parar na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (Dpca), onde passou a noite. Ter sido preso deixou nele marcas profundas. Disse-me que, depois disso, a mãe não confiou mais nele como antes. Na escola de música que frequentava, também passaram a olhá-lo com desconfiança: “Foi por isso que eu saí de lá”. O afastamento do grupo de jovens da igreja respondeu a motivos semelhantes.

Afora as mudanças na percepção dos outros, a passagem pela Dpca colocou Luis em contato com todo um aparato jurídico para jovens infratores. Designaram uma “orientadora” para ele, que o visitava regularmente em casa. Vez por outra recebia notificações para comparecer ao Juizado de Menores. As visitas, os telegramas e o fato de ter estado na Dpca funcionavam como um sinalizador para todos seus vizinhos e conhecidos, um lembrete de que ele era um jovem sobre o qual podia se lançar todo tipo de suspeita.

Pouco tempo depois do episódio na loja de conveniência, Luis deixou de frequentar a escola. Sua trajetória escolar havia sido descontínua, marcada pela repetência e pelas dificuldades em acompanhar as matérias, o que também gerava uma dificuldade em aceitar a disciplina escolar: “O ruim era ficar preso lá na sala. O cara não pode fazer nada”. Como costuma acontecer nesses casos, Luis se atribuía a responsabilidade pelo abandono da escola, que foi desencadeado por uma briga. A saída da escola, logo depois da acusação de furto, provocou uma perigosa descontinuidade em sua vida, num momento em que as pessoas da comunidade começavam a olhá-lo com desconfiança. Quando as suas duas tentativas de se encaixar (igreja e escola de música) também falharam, Luis foi jogado

numa situação de liminaridade, um tempo indefinido em que se distraía jogando videogame numa *lanhouse* próxima de sua casa. Àquela época, tinha poucos amigos, razão pela qual passava mais tempo em casa do que na rua. O encontro com um amigo encerrou esse momento de relativa anomia e possibilitou que Luis começasse a construir uma identidade mais positiva para si, a partir da progressiva inserção em pequenas contravenções, que se iniciaram com o comércio de celulares roubados.

O “negócio do telefone” era descrito por Luis como uma tarefa que não demandava nem muito tempo nem esforço físico, apenas alguns deslocamentos espaciais, contatos e o conhecimento necessário. Luis havia sido apresentado ao “negócio do telefone” três anos antes de nossa primeira entrevista. Porém, seu relato não é construído na forma passiva, como simples receptor de um conhecimento alheio. Muito pelo contrário, Luis tenta caracterizar sua iniciação nesse assunto como um processo simétrico, em que ele tanto aprendeu como ensinou ao mestre. A esperteza e a agilidade mental são qualidades implícitas em seu relato, contrastando com a situação da loja de departamentos, em que o jovem não teve qualquer controle da situação, e com a sua passagem pela escola, onde não conseguia responder às expectativas dos professores:

Entrevistadora: Como começou isso?

Luis: Eu conheci um rapaz que fazia, aí ele começou a me ensinar.

Entrevistadora: Você fez amizade com uma pessoa que fazia isso?

Luis: Aí ele começou a me ensinar, e eu também ensinei um negócio a ele, aí eu fiquei direto.

Entrevistadora: O que foi que ele te ensinou?

Luis: Ele me ensinou a preencher a nota, a entrar pra mexer na programação...

Entrevistadora: É você mesmo que faz isso. Eu pensava que você levava pra algum lugar pra reprogramar.

Luis: Eu que programo.

Entrevistadora: E como você aprendeu? Mexendo ou você conhece alguém?

Luis: Eu chegava na loja e as pessoas me ensinavam.

Entrevistadora: Tu dizia que tu ia comprar?

Luis: Eu pedia a programação, aí ela não podia dar, aí eu começava a conversar aí ela me dava.

Entrevistadora: Só conversando?

Luis: Só conversando. Ai ela dava.

A valorização da esperteza, que se expressa no fato de ter conseguido convencer as atendentes da loja a darem a informação de que ele precisa “só conversando”, traz à memória o universo da malandragem, tão bem descrito por Roberto DaMatta (1983). O “jovem errado” e o malandro partilham a rejeição à ética do trabalho, e a busca de formas de ganhar a vida que impliquem o máximo lucro com o mínimo esforço. Como observou Luis, reprogramar telefones roubados é “um negócio fácil. Ganha dinheiro sem fazer bem dizer nada”. Porém, conhecendo a trajetória de Luis é importante salientar que essa “ética da malandragem” é construída a *posteriori*, como justificativa para uma trajetória que foi sendo marcada pela exclusão social de forma cada vez mais irreversível.

Do ponto de vista da experiência temporal, o “negócio” com os telefones não introduz uma rotina repetitiva e estruturadora do cotidiano. Trabalha-se quando se quer, ou quando se precisa ou, ainda, quando a oportunidade é irrecusável, mas sempre se pode optar por ficar em casa ou matar o tempo na rua. Não se conhece, igualmente, o mecanismo de adiamento das satisfações, trabalhar um mês inteiro para depois receber um (miser) salário. Ser “esperto” foi, paulatinamente, tornando Luis mais confiante em relação a si mesmo. Sendo esperto, livrava-se do estigma da loja de departamentos, substituindo uma atitude passiva (ser pego) por uma ativa (fazer “negócios”). Sendo “esperto” contestava, igualmente, os comentários dos outros a seu respeito, que costumavam pôr em questão sua inteligência e bom juízo (“ele é doido”, “ele é meio abestalhado”).

Até onde pude entender, as experiências de trabalho e os pequenos golpes, como a habilitação de celulares roubados, não constituíram duas áreas diferenciadas na vida de Luis. Ambas as esferas se conectavam, ora se sobrepondo, ora se sucedendo, ora se complementando de uma forma um tanto paradoxal. Para tentar evitar que Luis escorregasse para a marginalidade, o padrao conseguiu um trabalho para ele como

segurança num supermercado. Mas o cálculo de Luis foi frio que nem contabilidade:

“Eu tava trabalhando com meu padrasto. Nisso, era o que? Cada dia era dez reais trabalhando com ele, mas eu passava o dia todinho pra ganhar dez reais. E esse trabalho com celular, cada viagem que eu dou é 180, cada vez que eu vou pra cidade é cento e pouco, e eu não preciso passar o dia todinho trabalhando. Vou agora, volto com negócio de meia hora, uma hora, já ganhei cem, depende do aparelho. Ai tem isso: Eu não vou me ferrar o dia todinho pra ganhar dez reais.”

Pouco dinheiro para muito trabalho. Esse raciocínio, calcado no momento presente, parece extremamente lógico quando desprovido de qualquer valoração moral. Por isso, Luis começou a criar justificativas para seus atos, afastando a ideia de que eles pudessem ser “errados” ou moralmente incorretos. Essa mesma lógica temporal, que privilegia a dimensão do presente, dominava a esfera do consumo:

Entrevistadora: *Esse dinheiro que tu ganha guarda alguma coisa pra mais na frente*

Luis: *Não, não, de vez em quando eu guardo assim mas eu não consigo guardar muito não.*

Entrevistadora: *Tu gasta mais com que?*

Luis: *Se alguém me chamar pra uma diversão, eu tô dentro.*

A importância dada aos divertimentos, que começaram a levar a fatia mais grossa do dinheiro que Luis ganhava, mostra uma reviravolta em sua vida social. De garoto “estranho”, com poucos amigos, havia se transformado num rapaz se não totalmente popular, ao menos considerado o bastante para ter com quem passar o tempo. O espaço da casa, domínio do tempo privado onde Luis se refugiava nos momentos mais difíceis de sua vida, foi sendo substituído pelo espaço das ruas, onde as coisas começaram a se complicar.

Novos amigos e dinheiro no bolso. A maior circulação de Luis pelas ruas veio acompanhada de confrontos que deram ensejo a sucessivos círculos de reciprocidade negativa. Os conflitos afetavam sua mobilidade e definiam áreas de afastamento e de convivência, que foram mudando ao longo do tempo. A facilidade com que o dinheiro

entrava e saía terminou gerando uma dívida considerável com os traficantes de crack, droga que Luis consumia em grandes quantidades em suas saídas com os amigos. Aquilo que no início parecia uma alternativa para a falta de perspectiva imediata havia se transformado, em três anos, num estilo de vida perigoso e, aparentemente, sem volta. “Não dá mais”, era assim que avaliava qualquer outra alternativa. E realmente não deu. Luis morreu numa sexta-feira à tarde, baleado, a poucas ruas de sua casa.

Os trabalhos e os dias

Nestas últimas páginas, destacarei aqueles aspectos que a análise das experiências juvenis de trabalho permitem abstrair, quando utilizamos como fio condutor a categoria tempo. Trata-se de reflexões relativas à vivência do cotidiano, à percepção do tempo biográfico, à organização do curso da vida e, por fim, às representações a respeito do futuro. A partir dessas análises, é possível conhecer melhor alguns dos aspectos da experiência juvenil contemporânea, em contextos de exclusão social, bem como características da cultura temporal que está se forjando, neste momento, nas periferias brasileiras.

Quando pensamos especificamente na dimensão do cotidiano, um primeiro aspecto a destacar é que, comparativamente a outras esferas da vida dos jovens, o tempo do trabalho mostra-se especialmente inapreensível, apresentando grande dificuldade na hora de se estabelecer padrões ou recorrências. A pluralidade de experiências e de relações que os jovens estabelecem com o trabalho parece confirmar que essa é, de fato, uma esfera sujeita a grandes transformações tanto no que tange às condições objetivas (mercado formal ou informal, modalidade de contratação etc) como no terreno dos valores. A relevância do trabalho no cotidiano relaciona-se a uma série de circunstâncias, que compreendem desde a quantidade do tempo que o jovem dedica a essa atividade até sua identificação subjetiva com essa esfera, quer através daquilo que o trabalho lhe permite ser (um “trabalhador”, um chefe de família ou um consumidor), quer pelo trabalho em si mesmo,

enquanto uma atividade valorizada pelas suas características intrínsecas. Nesse sentido, e mesmo correndo o risco de uma certa simplificação, podemos estabelecer uma gradação de experiências temporais de trabalho, que nos permitam discutir melhor o papel dessa atividade na organização do cotidiano juvenil.

Num dos pólos, teríamos as experiências de jovens, majoritariamente do sexo, masculino que exercem “trabalhos pesados” e mal remunerados: Um cotidiano totalmente tomado pelo tempo de trabalho, numa atividade desvalorizada econômica e socialmente, sem o gozo de quaisquer direitos trabalhistas. Nesses casos, o tempo de trabalho recebe seu significado externamente, quer seja pela possibilidade de ter dinheiro para o próprio consumo ou, o que é mais comum, para permitir arcar com as responsabilidades familiares. Um pouco melhor é a situação de rapazes como Roberto que, apesar de passarem muitas horas fazendo um “trabalho pesado”, gozam do amparo proporcionado pelo mercado formal, que atua como uma garantia diante de situações como doenças, além de permitir planejar o presente e projetar algumas ações para o futuro. Nesse sentido, o contrato de trabalho põe um freio à precariedade que, conforme afirma Pierre Bourdieu (1998), está hoje por toda parte, o que faz com que “trabalhar fichado”, com carteira assinada, seja uma das expectativas mais comumente encontradas entre os jovens.

O “trabalho pesado” constitui um tipo de atividade que raramente figura entre as expectativas desta geração. Por isso, o estatuto do tempo de trabalho é ambíguo para esses jovens, tendendo a ser percebido como “tempo roubado”, mesmo quando eventualmente certos aspectos possam ser considerados interessantes - aprender a se relacionar com outros, ter contato com os clientes, além de outras habilidades que se adquirem na esfera pública. Um exemplo paradoxal deste tipo de distanciamento nos foi dado por Carol, que construía uma outra identidade para si que lhe permitisse trabalhar como empregada doméstica sem *ser* uma empregada doméstica. A diferença entre *fazer* e *ser* é uma das características apontadas por Zerubavel (1981: 140) ao descrever a maneira pela qual os tempos públicos e privados são

separados nas sociedades industriais, e uma das formas possíveis de individualismo, em que o indivíduo pode exercer uma multiplicidade de papéis sociais sem que eles dêem conta da totalidade de sua identidade pessoal. O aumento das expectativas desses jovens bem como o caráter desinteressante de boa parte dos trabalhos a que essa parcela da juventude têm acesso - que frequentemente reduzem os jovens à função de “pernas ágeis” e “braços fortes” (cf. Souto, 2000) - acirram a separação subjetiva dos indivíduos com seu trabalho, lembrando de algum modo experiências de outros trabalhadores desqualificados nas chamadas economias desenvolvidas. Richard Sennett encontrou semelhante desapego entre os trabalhadores de uma padaria mecanizada na cidade de Boston: “Repetidas vezes as pessoas me disseram a mesma coisa com palavras diferentes: Não sou padeiro mesmo. Eis aí pessoas cuja identificação com o trabalho é fraca. Se Bill Gates não é muito apegado a produtos específicos, essa nova geração é indiferente a trabalhos específicos” (Sennett, 2003: 83).

Situação diferente é vivenciada por jovens como Joaquim, que desenvolvem afinidade com seu trabalho. Para eles, existe uma sobreposição maior entre o tempo do trabalho e o tempo da vida, de modo que o trabalho não é apenas um ganha-pão, mas constitui um tempo plenamente vivido e incorporado à imagem de si. Aquilo que se é aproxima-se, deste modo, àquilo que se faz. Cabe salientar que o trabalho de Joaquim tem algumas características que o tornam mais adequado para isso: Não é um “trabalho pesado”, envolve responsabilidades que valorizam o jovem diante de seus colegas e, por fim, incorpora novidades e aprendizagem no seu dia a dia. Nesse sentido, o trabalho de Joaquim se afasta do sentido negativo de “rotina”. Tem, ainda, características consideradas, pela literatura, como as mais desejadas pelos membros das novas gerações, que buscam aproximar a esfera do trabalho de outras áreas de suas vidas, principalmente do lazer, criando uma nova ética do trabalho pautada na novidade e nas experiências e não na repetição e na estabilidade (cf. Lasén, 2000; cf. Pais, 2003). Contudo, é importante destacar que para os

jovens estudados a estabilidade é uma situação desejada, que permitiria, em tese, furtar-se a angústia de viver na incerteza.

Entre os jovens que trabalham em empresas ou firmas, públicas e privadas, percebe-se uma temporalidade do tipo industrial, dominada pela medida do relógio. Esses jovens trabalhadores costumam ser precisos na descrição de sua jornada, fazendo frequentemente referência ao horário em que começam e terminam suas atividades, ao tempo que gastam nos deslocamentos, no almoço, bem como em cada uma das diversas tarefas realizadas no local de trabalho. Assim a narrativa de Roberto pontua a descrição de um dia normal com contínuas referências às horas em que cada atividade é realizada: “Eu acordo seis, seis e meia no máximo pra me aprontar, tomar banho, todinho, trocar de roupa e trabalhar. Chego lá sete e meia, pego de oito horas. Chego lá de sete e meia, sete e quarenta”; “Eu bato a saída de cinco e vinte, dezessete e vinte eu bato a saída”; “Almoço lá, dá duas horas de intervalo, aí eu bato de meio dia pra o almoço e retorno às duas, catorze horas.” Não apenas Roberto assinala precisamente o horário do dia em que realiza cada uma de suas atividades rotineiras como ainda dá as horas nos dois sistemas, de 12 e de 24 horas (“retorno às duas, catorze horas”). A alternância dia/noite, dias úteis/feriados é especialmente marcada nos jovens que trabalham, sendo que o “tempo para si” costuma apresentar caráter de exiguidade.

Um aspecto interessante nos relatos dos jovens que têm muito tempo tomado pelo trabalho é sua contínua referência ao “cansaço”. Mesmo jovens em situação de estágio sentem o peso de começar a trabalhar enquanto tentam manter suas outras ocupações: “Estudar é muito cansativo quando a gente faz estágio também. Tem hora que dá vontade de jogar tudo pro alto! Eu trabalho de oito a meio-dia e não sento nem um segundo porque eu sou cem por cento utilidades” (Nara, 17 anos, estagiária). O cansaço também fez com que Roberto deixasse de sair com os amigos e que um jovem como João, que trabalha numa padaria, quase abandonasse o futebol de várzea, sua paixão de toda uma vida. Podemos entender o “cansaço” de muitas maneiras mas, numa análise sobre o tempo, ele se torna interessante quando contraposto

a uma outra categoria que costuma ser acionada pelos jovens quando referem sua relação com o tempo institucional: A “preguiça”. Vez por outra, os jovens faltam a aula porque “dá preguiça”. Muitos projetos são abandonados porque “deu preguiça”.

Luana: É bom a pessoa estudar, a pessoa aprende mais coisas, mas às vezes a pessoa acorda sem vontade de estudar.

Entrevistadora: E aí vocês fazem o que? A mãe deixa vocês não ir pra escola?

Luana: Nem toda vez.

Flora: Hoje mesmo minha mãe, porque estava chovendo que só, eu disse: “Deixa ir pra escola não”. Ela não deixou não. Mas só não vai porque está chovendo.

Entrevistadora: [...] Por que é chato estudar?

Flora: Porque dá preguiça pra estudar.

Jade: Porque é sempre o mesmo assunto, toda vez o mesmo assunto, o professor começa a falar de um bocado de coisas, e a pessoa ali só escutando... chega dá sono na pessoa, só de ficar escutando.

“Preguiça” e “cansaço” são duas formas de responder à demanda por disciplinamento, bem como indicam os diversos graus em que a disciplina consegue se impor aos jovens - mais no trabalho, menos nos projetos e na escola. Com efeito, é na esfera do trabalho que os jovens se deparam com um maior disciplinamento do tempo, com um uso produtivo dos minutos e das horas imposto externamente, e que encontra na sanção econômica sua garantia de adesão. Já nas instituições juvenis, espera-se que o jovem se comprometa com a disciplina, que ele a interiorize e a transforme numa parte de si. Trata-se de um princípio básico da temporalidade moderna, que repousava, por um lado, na crença de que a autodisciplina e o adiamento das satisfações eram necessários para conduzir a própria existência e, por outro, na legitimidade da autoridade das instituições encarregadas por essa socialização temporal. No contexto estudado, essa legitimidade é posta em questão, bem como a existência de uma recompensa no fim da linha. O resultado é uma relação mais flexível com as instituições socializadoras, que admitem uma margem razoável de indisciplina por parte dos jovens.

A importância do trabalho no dia a dia costuma ser relativizada naqueles casos em que os jovens têm trabalhos que não lhes ocupam toda a jornada ou quando detêm certo controle sobre a organização de seu tempo. É nessas situações que se percebe uma autonomia maior na estruturação do cotidiano, menor dependência do tempo do relógio e uma interpenetração dos tempos do trabalho com outros regimes temporais. Essa era a situação de Saulo, dono de uma pequena barbearia que funcionava em sua casa:

Entrevistadora: *Qual é o horário da barbearia?*

Saulo: *De abrir?*

Entrevistadora: *É.*

Saulo: *Às vezes... fica até à noite aberto, enquanto eu tô aqui conversando com a rapaziada, porque eu moro aqui mesmo, aí enquanto eu tiver por aqui, a não ser que eu saia, mas eu estando aqui, aparecendo, eu corto.*

Entrevistadora: *De manhã, você abre a que horas?*

Saulo: *De manhã... hoje mesmo eu abri era dez e meia, mas abro geralmente de oito, de oito e meia... [...]*

Entrevistadora: *E dia de domingo?*

Saulo: *Dia de domingo é mais denegar aqui.*

Entrevistadora: *Fecha?*

Saulo: *Fecho. Agora, quando eu tô aqui em casa, eu deixo aberto, porque geralmente dia de domingo é dia de sair, de passear, de bater uma bola, de ir a um clube, aí eu fecho. Quando eu tô por aqui, fica aberto.*

Como se vê, apenas a pesquisadora tinha interesse no tempo do relógio, mas ele era muito pouco significativo para Saulo, cujo ritmo de trabalho não é cronometrado. Um cotidiano fluido, possibilitado pela não segmentação entre o espaço de trabalho e o lugar de moradia, permite uma conciliação maior dos diversos tempos da vida. Não há, aqui, lugar para o cansaço derivado de uma coação externa. Quando Saulo sente-se cansado, fecha a barbearia e dá um cochilo. Embora exista também uma diferença entre o *ser* e o *fazer*, pois Saulo é marceneiro e trabalha como barbeiro, ela não se mostra tão problemática, entre outros motivos, devido a essa fluidez temporal, que não se encaixa com as temporalidades industriais modernas (cf. Thompson, 1998).

Davi também trabalhava apenas quando aparecia o serviço. Auxiliar de uma oficina mecânica, esse jovem frequentador da Assembléia de Deus mostrava-se insatisfeito com sua situação, uma vez que o dinheiro era pouco e a flexibilidade do trabalho não se adequava ao modelo que seus pais tinham em mente. Acusavam-no frequentemente de não fazer nada e, à medida que os anos iam passando, a possibilidade de não conseguir mudar de situação profissional deixava ele preocupado sobremaneira. Neste caso, encontramos a justaposição de várias situações consideradas desfavoráveis para esse jovem: Um trabalho que não é identificado pelos outros como trabalho, por não ter “a cara” de um emprego, precarizado, ganhando pouco dinheiro e, ainda, submetido à autoridade de um chefe.

Por fim, há aqueles jovens que se encontram se não totalmente afastados do mundo do trabalho, o bastante para se considerar desempregados. Essa situação é significada de forma bastante diferente dependendo do momento da vida e da condição de gênero dos sujeitos. Enquanto as mulheres que não trabalham costumam pautar seu cotidiano pelas tarefas domésticas, sobretudo depois que se tornam mães, é comum que os homens recorram à sociabilidade, ao lazer e, em alguns casos, à convivência familiar como forma de “passar o tempo”. A presença do tempo do relógio, nesses casos, é mínima. São os eventos relativos à sociabilidade e ao divertimento que permitem contar o tempo, singularizar os dias e, deste modo, dar aos jovens um sentido de duração:

Entrevistadora: Hoje é três e é sábado. Ontem tu fizesse o que?

Douglas: Ontem eu passei o dia em casa jogando videogame com os meninos, o dia todinho. Acordei tarde aí passei a tarde aqui jogando.

Entrevistadora: Acordasse que horas?

Douglas: Acordei de onze horas.

Entrevistadora: Acordasse às onze horas, aí fosse jogar vídeo game aqui mesmo?

Douglas: Ele [um amigo] tem, aí foi com ele mesmo [...]

Entrevistadora: E à noite?

Douglas: A noite fiquei namorando. [...]

Entrevistadora: Ontem como foi?

Douglas: Quinta-feira? Passei o dia em casa também e à noite a gente saiu. A

gente foi pra San Martin pra uma festinha, pro parque. Ficamos bebendo lá até quase três horas da manhã e depois fui dormir.

Entrevistadora: *E em casa fizesse o quê na quinta?*

Douglas: *Passai o dia assistindo. Sempre é assim, assistindo, jogando dominó, conversando... [...]*

Entrevistadora: *E quarta-feira?*

Douglas: *Quarta-feira... não lembro. É a semana todinha sem fazer nada, a mesma coisa que a gente faz, por isso que fiquei sem assunto pra falar. Só muda quando é um feriado ou final de semana que muda que a gente sai, vai jogar bola, pra praia, mas de segunda a quarta e quinta-feira, quando não tem feriado é sempre essa rotina. Fiquei em casa a semana todinha [...]*

Entrevistadora: *Domingo passado tu lembra?*

Douglas: *Domingo passado eu lembro, fui pra um piquenique na Cachoeira do Urubu. (grifo meu)*

Desempregado, sem ainda ter formado sua própria família e sem nenhum vínculo institucional no presente, Douglas (23 anos) representa bem o desafio de “fazer tempo” quando existem tão poucos marcadores externos. A sincronização com os amigos e a eventual participação em atividades de lazer (ir à praia, jogar bola etc) são as únicas formas de fixar um tempo que esco, simultaneamente, veloz e devagar - veloz porque, sem referências que permitam sincronizar as temporalidades individuais e aquelas coletivas, a memória não consegue fixar os dias que se passam (cf. Halbwachs, 2006); e devagar porque as horas, quando não há o que fazer, parece que demoram mais a passar. Curiosamente, esvaziado o tempo, esvazia-se, de certo modo, o ser, e é por isso que Douglas afirma ter ficado “sem assunto pra falar”. O presente, nessas circunstâncias, passa a ser a dimensão temporal privilegiada, como também observou Pierre Bourdieu ao analisar a temporalidade dos membros do subproletariado na França:

“Excluídos do jogo, esses homens destituídos da ilusão vital de ter uma função ou uma missão, de ter que ser ou fazer alguma coisa, podem, para escapar ao não-tempo de uma vida onde não acontece nada e da qual não se pode esperar nada, e para se sentir existir, recorrer a atividades as quais, como as apostas no jôquei, a loteria esportiva, o jogo do bicho e os demais jogos de azar em todos os bairros miseráveis e favelas do mundo, permitem desguiar do tempo anulado de uma vida sem justificativa e, sobretudo, sem investimento possível, ao recriar o vetor temporal e

ao reintroduzir a expectativa, por um momento, até o final da partida ou até a noite de domingo, ou seja, o tempo finalizado que constitui por si só fonte de satisfação.”
(Bourdieu, 2001: 272)

Existe uma diferença, contudo, entre o contexto descrito por Bourdieu e aquele dos jovens que conheci nas periferias do Grande Recife. Na descrição do sociólogo francês transparece uma percepção do tempo fora do trabalho como um “não-tempo”, quase como um resíduo, duvidando-se deste modo da capacidade dos sujeitos encontrarem sentido e direção em outro lugar que não no tempo do trabalho. No contexto estudado, a importância atribuída à sociabilidade entre amigos, à rede familiar, aos afetos e ao divertimento, dimensões expressivas e situadas temporalmente no presente, podem diluir bastante a sensação de não-tempo descrita por Bourdieu. Isso não quer dizer que os jovens desempregados estejam (necessariamente) satisfeitos com sua situação, porém eles não estão sozinhos, e encontram nas relações com os outros uma certa medida do seu valor.

Mesmo sem intenção de ser exaustiva, uma análise do cotidiano e do tempo do trabalho estaria incompleta sem uma referência às trajetórias como a de Luis, que a literatura usualmente compreende a partir da ideia de negação da ética do trabalho (cf. Zaluar, 1985). Sob alguns aspectos, podemos ver o “negócio fácil” deste jovem como uma atividade inserida nas novas lógicas do mundo de trabalho, apresentando características que também são encontradas em outros setores da economia contemporânea: Organizado a partir de tarefas e não pelo tempo do relógio, cheio de novidades e aventuras, e que mistura lazer e trabalho. Conforme observa Amparo Lasén (2000: 58), “O tempo do trabalho não apenas deixou de ser a medida dos outros tempos, como também o tempo de lazer se transforma em modelo ideal do tempo de trabalho sonhado”. De forma semelhante ao que vimos em Saulo, existe no cotidiano de jovens como Luis uma constante interpenetração entre o tempo de trabalho e aquele de lazer, pois a partir das relações que se tem acesso aos “negócios”. Acirra-se, igualmente, entre esses jovens a recusa à rotina do “trabalho pesado” e mal recompensado embora, como a narrativa de Luis sugere, essa

recusa pode aparecer apenas como justificativa a *posteriori*, depois de uma vida marcada pela exclusão e pelo fechamento de portas.

Em suma, quando se trata de relacionar tempo de trabalho e cotidiano percebe-se que, entre aqueles jovens cujo dia a dia é pautado pelas obrigações de um trabalho a tempo completo e os jovens desempregados, pode-se encontrar uma multiplicidade de arranjos que conferem maior ou menor centralidade ao tempo de trabalho. É apenas entre os primeiros que encontra-se uma temporalidade do tipo descrita por E. P. Thompson, vinculada ao tempo do relógio e que subordina todas as outras esferas, ao ponto de às vezes se sobrepor ao estudo e ao tempo, tão precioso, que os jovens dedicam à sociabilidade.

Referências bibliográficas

- Becker, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- Bourdieu, Pierre. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Russell, 2003.
- Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Lusieni (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2008.
- DaMatta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. (Por uma sociologia do dilema brasileiro)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- Franch, Monica. *Tardes ao léu. Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- _____. *Tempos, contratempos e passatempos. Um estudo sobre os sentidos e as práticas do tempo entre jovens de grupos populares*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- Lasén, Amparo. *A contratiempo. Un estudio de las temporalidades juveniles*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.

- Pais, José Machado. The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*, v. 6, n. 2, 2003, p. 115-126.
- Sarti, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- Sennett, Richard. *A corrosão do caráter: As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Silva, Nancy de Deus Vieira; Kassouf, Ana Lúcia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- Singer, Paulo. A juventude como coorte: Uma geração em tempos de crise social. In: Abramo, Helena W. E.; Branco, Pedro Paulo Martoni (Ed.). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-36.
- Souto, Jane. Barreiras, transgressões e invenções de mercado: A inserção econômica de jovens pobres. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Abep, XII, 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2000. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trat19_2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- Thompson, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Zaluar, Alba. *A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- Zerubavel, Eviatar. *Hidden rhythms. Schedules and calendars in social life*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1981.

Jovens feministas, questões de gênero e geração: Entrelaçamentos de agendas?

Karla Galvão Adrião | Ufpe

Introdução

Este capítulo procura articular como se apresentam as demandas e agendas da juventude no âmbito do movimento feminista brasileiro¹, a partir da análise de discursos de representantes do movimento de jovens feministas nacional, entre os anos de 2005 e 2006. Tendo em vista que o mesmo encontra-se em fase de consolidação nas arenas de representação e debate das agendas e questões pertinentes ao movimento feminista e de mulheres no Brasil, estudar seu impacto dentro do movimento como um todo pode auxiliar a entender algumas das relações entre as categorias gênero e juventude. Além disso, concordo com Vivian Weller, no que se refere à relação entre Estudos sobre Juventude e Estudos Feministas. Segundo a autora a articulação entre estes estudos:

“apresenta uma importante contribuição para a desconstrução de algumas concepções vigentes sobre juventude, assim como para uma maior compreensão dos contextos sociais/ relacionais a partir dos quais as/ os jovens elaboram suas visões de mundo e constroem suas identidades.” (Weller, 2005: 112)

Uma aproximação entre feministas de distintas gerações além de um maior interesse e “simpatia” das(os) que se dedicam aos estudos

1 Apesar de saber da existência de diversos feminismos (perspectivas teóricas e metodológicas) que coexistem entre si, para efeitos de escrita, usarei o termo no singular.

feministas, para com as culturas juvenis contemporâneas, torna-se importante. Não somente para uma discussão dos rumos que o feminismo irá tomar nesse início de século, mas também para uma mudança da perspectiva de análise e compreensão sobre o que vem a ser a condição juvenil. A crítica mais contundente (Weller, 2005) é a de que as pesquisas sobre juventude continuam operando com definições há muito tempo criticadas nos estudos sobre gênero e relações raciais, ou seja, com uma concepção de juventude como categoria pré-social, caracterizada pela crise biológica e emocional vivida no processo de transição para a vida adulta. Entretanto, torna-se premente trabalhar com a noção teórico-metodológica de que para compreender as juventudes, é necessário acessar as narrativas dos próprios grupos sociais, de forma a entender como ela é vivida *de fato* pelos(as) adolescentes e jovens. Pesquisas que articulam gênero, direitos sexuais e reprodutivos e juventude, vêm sendo realizadas por diversos núcleos de pesquisa nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil (Toneli *et al*, 2006; Scott, Quadros e Longhi, 2002; dentre outras). Entretanto, a crítica que Weller (2005) aponta continua como importante dado, se levarmos em consideração os estudos sobre juventude em sua interface com políticas e com movimentos sociais, dentre estes, o feminista.

A esse respeito, comenta Mary Castro, que o pouco investimento de pesquisas feministas, na compreensão das culturas juvenis estaria relacionado “*ao fato de as mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão, sujeitos de uma cidadania ativa juvenil feminista*” (Castro, 2004: 298). Apesar de observar a pertinência do comentário da autora, levanto em que medida este não estaria pautado por uma visão “adultocêntrica”, na medida em que pontua a organização das jovens a partir de parâmetros que não levam em consideração as experiências de jovens que já se articulavam, ainda que a partir de formas próprias a elas mesmas. Além disso, as jovens feministas alçaram este *status* de grupo socialmente organizado. Autodenominadas de “Articulação Brasileira de Jovens Feministas”, desde 2006, este coletivo vem colocar em xeque a existência de discursos “adultocêntricos” nas arenas feministas nacionais, apontando

questões de saber e poder. O “surgimento” deste segmento, além de trazer especificidades “dentro” do próprio movimento feminista nacional, remete ao interesse em se fortalecer a interface entre estudos feministas e estudos sobre juventude na academia.

Ao pesquisar nos sites *SciELO* e *Google academics* a respeito das categorias “gênero e juventude” e “jovens feministas”, encontrei, entre os anos de 2000 e 2009, 3 artigos sobre a experiência deste “novo” segmento no movimento feminista. Além disto, sobre gênero e juventude apareceram 13 artigos que associavam gênero, juventude e direitos sexuais e reprodutivos. Quando se buscava a especificidade das questões da juventude na interface com gênero, destacou-se a coletânea sobre gênero e juventude da Revista de Estudos Feministas - Ref, no ano de 2005, e um Simpósio temático do Encontro Internacional Fazendo Gênero 8, que trazia textos a este respeito.

Dentre os textos encontrados, destaco o de Julia Giovanni, sobre a experiência do Acampamento da Juventude do Fórum Social Mundial (Fsm), em 2003. Este espaço, segundo a autora, e corroborado por entrevistas feitas com informantes-chaves para pesquisa resultou nos dados aqui apresentados, que trazem o espaço do Fsm como momento fértil de articulações que, mais tarde resultariam no grupo intitulado “jovens feministas”. Importante colocar ainda que, de acordo com a autora, “*a experiência de 2003 no Acampamento da Juventude apontou para as lacunas de uma ausência prolongada do feminismo em espaços de juventude*” (Giovanni, 2003). Retornarei a estes textos ao final deste capítulo, tendo em mente articular a experiência de campo com a literatura disponível sobre a questão.

Neste momento, proponho a(ao) leitor(a) uma incursão em torno da constituição desse segmento que articula gênero e juventude em suas prerrogativas: As jovens feministas.

A participação política das jovens tem se constituído em um grande desafio. De acordo com falas das próprias integrantes do movimento (diário de campo, 2005) elas não encontravam espaço de constituição autônoma nem no movimento feminista, tampouco nos movimentos juvenis. No primeiro, as que se aproximaram ficaram por muito tempo

sem ocupar espaços de liderança, pois mesmo que por vezes fossem percebidas como herdeiras das conquistas do feminismo, em geral eram vistas como inexperientes, condição que só seria alterada se as “feministas históricas”² não estivessem ocupando a liderança no movimento. Quanto aos movimentos juvenis a crítica que se faz é a de que as jovens exercem funções na base ou no trabalho operacional, tendo muito poucas, ou quase nenhuma, chegando a ocupar lugares de liderança e poder. Esta crítica é reforçada em outros trabalhos sobre jovens feministas no Brasil, como o de Julia Zanetti (2008). A autora comenta, baseada em Araújo (2001) que

“Esta situação que vem se alterando nos últimos anos. No início dos anos 2000, coletivos de jovens mulheres começam a aparecer no cenário nacional. Este é o caso do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas - Espaço Brasil, que começa a ser articulado em 2001 pela Fundação Friedrich Ebert - Fes, possivelmente a primeira articulação nacional exclusivamente voltado para este público. Também conhecido como Forito, esta é uma articulação de jovens que atuam em diferentes organizações, movimentos e espaços políticos.” (Zanetti, 2008: 08)

A Fundação supracitada já promovia fóruns como esse em outros países da América Latina, entretanto, no Brasil, o crescimento da participação da juventude se consolidou a partir do encontro no Fórum Social Mundial em 2003. Após este momento, grupos nos diversos estados brasileiros começaram a se organizar e a preparar uma estruturação que permitisse entrada nos espaços feministas a partir de um lugar de fala que marcasse a dimensão da geração - a juventude - como aporte. Este encontro se deu efetivamente no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em outubro de 2005, em São Paulo.

As dimensões do crescimento da participação da juventude no movimento feminista não podem ser avaliadas sem ter em mente o que aconteceu durante este Encontro, no qual 25% das participantes eram mulheres com menos de 30 anos (Adrião, 2008; Adrião e Toneli, 2008; Zanetti, 2008). Além de participarem como integrantes

2 Categoria étnica.

e na organização do evento, as jovens feministas trouxeram para o 10º Encontro suas próprias questões, demarcando um campo de reivindicações coletivas - organizadas em um segmento - que nenhuma outra geração jovem anterior havia reivindicado.

Caminhando em torno de um “novo”³ lugar no feminismo: As jovens feministas

O encontro com Ana se deu numa manhã de segunda-feira, em São Paulo, na sede da União de Mulheres, cinco dias após o 10º Encontro Feminista. Branca, de estatura média, com 25 anos e formada em Letras, Ana atua no movimento desde 1996, quando iniciou um curso de jovens lideranças na Ong União de Mulheres, em São Paulo. Desde lá, vem militando e se identificando como feminista. Porém, quais especificidades as jovens feministas trazem em seus discursos? Para além da discussão sobre hierarquia dentro do movimento, onde feministas mais experientes teriam mais poder e visibilidade, essas jovens se preocupam em se colocar em espaços de discussão não apenas como observadoras ou coadjuvantes dos processos. Antes, elas querem discutir e ter acesso aos debates, assim como outras parcelas e segmentos dentro dos movimentos. Mas será que há uma especificidade ou várias especificidades que coloquem as jovens feministas como mais um segmento dentro do movimento feminista?

Ana diz que não tem clareza quanto a isto. Lembramos juntas da tomada do centro da plenária, no último dia do 10º Encontro, quando mais de 30 jovens leram sua moção. Existiam especificidades naquela carta? Ana me diz que este momento retrata algo de novo sim, mas que este novo não é produto final, constituindo um processo. Coloca

3 Alvarez *et al* (2003) trazem comentários históricos sobre o primeiro aparecimento das jovens feministas, no final da década de 90, em Juan Dolio, na República Dominicana (1999), no 8º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Naquele momento, as questões eram as mesmas que as atuais, evidenciando que este segmento continua causando “estranhamento” nas demais feministas participantes destes eventos.

então a discussão sobre os dois nomes/conceitos que identificam este segmento: Jovens e feministas. Por que “jovens” antes de “feministas”? As jovens com quem dialogaram nos dias do encontro, vindas, principalmente, da Nicarágua, do Chile e do Peru, autodenominavam-se feministas jovens, posto que eram feministas, em primeiro lugar. Mas Ana, assim como as demais jovens brasileiras, também são “feministas em primeiro lugar”. Entretanto, diz mais uma vez Ana que colocar o nome “jovem” antes do nome feminista revela uma demarcação de visibilidade. *“Ou seja, somos jovens feministas sim e mesmo com toda a ambiguidade que este discurso traz em si, colocamo-nos enquanto segmento dentro do movimento feminista mais amplo”* (Ana, jovem feminista).

No 10º Encontro, as jovens feministas organizaram uma oficina de diálogo e compartilhamento de experiências entre “as jovens e as velhas” feministas⁴. A atividade que não estava inscrita, foi impulsionada *“a partir de um desejo das mulheres jovens que estiveram no Fórum de Mulheres Jovens, no dia 10 de outubro, durante o 10º Encontro, com o objetivo de troca entre as gerações e de se reconhecer e construir ações comuns”* (Fernanda Grigolin, jovem feminista, página do 10º Encontro na internet). Neste momento, duas a duas, as mulheres de gerações distintas se encontravam para dividir suas experiências de militância, sua entrada no movimento, suas demandas e especificidades. Esta foi uma tentativa de lançar ao diálogo e na agenda do movimento o debate geracional.

O Fórum de Mulheres Jovens Feministas, citado no parágrafo anterior, ocorreu no dia 11 de outubro, durante o 10º Encontro, e contou com mais de cem jovens de toda a América Latina e do Caribe. O momento, considerado de articulação, foi importante porque ali se discutiram as demandas, especificidades e estratégias das jovens feministas. Entre as demandas, as jovens destacaram:

“Ser necessário não construir espaços adultocêntricos e verticais, garantir que as mais diversas jovens expressem suas necessidades e apreensões dentro do processo, além de se trabalhar conjuntamente nos movimentos de juventudes e feministas, sem deixar de pensar, considerando as inter-relações com as demais identidades, raça/etnia,

4 Miriam Grossi (1998) destacou a relação entre jovens e velhas feministas em seu texto “Velhas e novas feministas no Brasil”.

classe social, condições sócio-geográficas, culturais e orientações sexuais.” (Fernanda Grigolin, jovem feminista, página do 10º Encontro na internet)

Outro momento que se destaca é a conversa entre a socióloga feminista Sonia Alvarez e jovens feministas vindas da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Em pé, no meio do pátio central do 10º Encontro, antes de seguirem para mais uma oficina, conversavam sobre a especificidade de ser jovem e feminista. Um dos argumentos trazidos era o do estranhamento da acadêmica com relação a esta categoria, não nova, mas que se reconfigurava de forma tal que pedia por discursos de especificidade enquanto categoria identitária dentro do movimento feminista como um todo.

Importante situar a inclusão dos lugares de imposição de agendas e discussões sociais, tomando a conformação de movimentos de jovens e redes de juventudes neste lócus. Nas duas últimas décadas o que assistimos é a conformação e segmentação de identidades políticas e, nestes espaços, os movimentos de jovens têm se tornado cada vez mais participantes do cenário geral. Veja-se, por exemplo, o contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, onde o acampamento da juventude é um dos espaços políticos de grande impacto internamente e, também, junto à mídia e ao que é veiculado e percebido pela população em geral. Assim, o encontro de mais este movimento, de jovens, vem se agregar de maneira distinta das vivências das feministas jovens das décadas de 80 e 90, no Brasil. Existiam sim feministas jovens, entretanto, neste momento, o que parece se conformar é um espaço onde “ser jovem” tem um valor/peso de ordem semelhante ao “ser feminista”, afirmam as jovens feministas. Entretanto, questiono esta afirmação, visto que considero que o debate não se concentre no ato de “medir uma dupla participação” e sim no peso que a imbricação de dois significantes, orientadores de dois segmentos específicos - movimento da juventude e movimento feminista - têm quando aparecem juntos.

A importância das jovens é inegável. Traz à tona a existência de uma hierarquia interna do movimento, na qual quem tem mais tempo ali, ou seja, as “históricas”, tem mais poder. Esta evidência, aparentemente óbvia, fundamenta parte das reivindicações das jovens

e faz emergir as formas pelas quais as relações de poder fundamentam-se. Além disso, vem questionar o nível de participação, a igualdade de participação e de poder decisório quanto a pautas, já que propõe temas de debate que nem sempre estão na ordem do dia para o movimento, como a preocupação com a concepção e contracepção do ponto de vista da idade fértil e do direito de ter filhos e creches; e a participação “igual” para jovens e “históricas”⁵. Também levantam a questão da participação masculina no movimento, concordando em alguns casos com a presença dos homens nas reuniões de jovens feministas.

Desestruturam a ordem, ao mesmo tempo em que pedem licença às “mais velhas” para participarem, exaltando o que já foi conquistado e levando em consideração as lutas travadas anteriormente. Ou seja, reconhecem o passado histórico, sem abrir mão de alterações no presente, de forma que sejam não apenas ouvidas, mas tenham acesso aos espaços decisórios. De certa forma, isto já vem acontecendo, visto que uma das jovens feministas estava presente na Comissão Organizadora do 10º Encontro e que o debate sobre as jovens feministas fez parte da programação oficial do evento, tendo uma jovem feminista em cada mesa de debate dos diálogos complexos⁶.

As jovens feministas utilizam estratégias de busca de igualdade dentro do movimento ressaltando suas “diferenças específicas”. Ou seja, movimentam internamente o feminismo com a inserção de demandas situadas e contextualizadas como “de um movimento jovem”. Ao mesmo tempo, percorrem caminhos que outras mulheres de outros segmentos já percorreram como foi o caso das negras, indígenas e lésbicas. Trazem a reflexão de volta para a questão interna do movimento feminista acerca da sua unidade, traduzida em termos

5 Termo êmico.

6 Momento importante dentro do 10º Encontro Feminista, no qual, a cada dia, se elencava um grande tema a ser discutido por todas as participantes, em diversas salas, coordenados por mulheres que fossem representantes destas pautas. Dentre os diálogos complexos, houve: Um sobre raça e etnia, e outro sobre lesbianidade (Fonte: Caderno de Programação do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe).

de questões da mulher. Levantam o paradoxo em dois sentidos: Um deles reforçando a existência da diferença sexual (Scott, 2002), a partir da afirmação de que são feministas e mulheres, unindo-se, dessa forma ao todo do movimento; e o outro afirmando a diferença no interior do movimento, ao trazer mais uma desigualdade que se encontrava na margem, a de geração, portanto, situada e específica para o todo do movimento feminista. Os percursos deste “novo” segmento auxiliam a compreender as dinâmicas discursivas pelas quais se produzem sujeitos legítimos, com demandas aceitas dentro do contexto feminista.

As perguntas dos diálogos complexos podem apontar algumas análises. Com relação a “Feminismo e Juventude” a preocupação central girava em torno da busca de uma plataforma própria, a qual justificasse a especificidade deste “novo” segmento. Quanto ao tema “Feminismo e Racismo”, há o questionamento de se realmente os demais segmentos acoplam as especificidades raciais e as tornam tão importantes quanto a própria categoria mulher - “maior” identidade feminista. Ou seja, torna-se claro que há uma hierarquia interna ao movimento e que a ideia de pluralidade permanece mais no plano das ideias do que no plano das concretizações. Ao mesmo tempo em que o feminismo não se faz enquanto plataforma de ação sem as reivindicações das mulheres negras, há ainda a necessidade de demarcação deste lugar (assim como há para outros segmentos, mas a força de mobilização, produção teórica e tempo de organização deste segmento o coloca em lugar de destaque nos debates).

A hierarquia interna também é movimentada pela assunção das “jovens feministas” que declaram haver um jogo de poder no movimento, para o qual “ser histórica” é sinônimo de destaque. Embora não seja esta uma autodenominação, há uma identificação por parte daquelas que “não o são”.

Demandas e agendas da juventude no âmbito do movimento feminista brasileiro: Entrelaçando gênero e geração?

As jovens feministas apareceram como grupo que vinha se consolidando nos espaços feministas. O que elas me mostravam: Que era possível pensar algumas tensões pelas quais os movimentos feministas no Brasil passavam, tendo em mente a tensão entre teoria e prática, ou seja, entre como algumas das teorias feministas retornam aos espaços políticos dos movimentos feministas. Dito de outra forma, como a categoria gênero vem sendo trabalhada em ambos espaços: A partir das relações de poder ou apenas como “uma construção social”, de forma que termine por reafirmar uma possível essência feminina (Nogueira, 2001)? Se as disputas por legitimidade dos diversos sujeitos políticos feministas aparecem como questões de poder e hierarquia no interior do movimento, retoma-se a crítica teórica feminista que se propunha a desconstruir e desnortizar o estabelecido. Ou seja, questiona-se a “dupla função” que as jovens feministas apresentam, para o movimento como um todo, qual seja, a de incomodar os saberes e poderes instituídos, trazendo ares de “renovação”. Havia portanto, um entusiasmo na recepção a elas, e também um certo incômodo em aceitá-las enquanto segmento, com especificidades. O ponto central do incômodo, segundo as demais integrantes do movimento era a não especificidade de pautas, enquanto que para as jovens feministas, haveria a evidenciação de um discurso “adultocêntrico”, demarcado nos espaços feministas. Estas duas posições, longe de serem simples e óbvias, possuem complexidades e alguns desdobramentos que pretendo abordar neste momento.

As jovens feministas enquanto “segmento” pediam por uma especificidade que “incomodava” e que “enaltecia” o espaço do 10º Encontro: Incomodava por não apresentar especificidades concretamente, segundo as feministas “históricas”, e enaltecia por mostrar que o feminismo ainda é um movimento atual e importante, que as desigualdades continuam existindo e que as jovens se interessam

por este movimento. Além disso, suas pautas evidenciavam tensões que falam de uma interseção entre gênero e juventude, ou seja, de como estudos sobre juventude vem sendo tratados neste contexto, de que ainda há uma invisibilidade das questões específicas das jovens, tanto no movimento feminista quanto em espaços de movimentos da juventude.

As jovens feministas, entretanto, se organizaram “formalmente” e reivindicaram em espaços consolidados do feminismo seu espaço próprio, tal qual relatado aqui nas páginas anteriores. Dentre as especificidades demarcadas estão algumas agendas que não vêm sendo mais evidenciadas no seio do movimento como há 20 anos - ter ou não ter filhos - trazendo questões práticas como a das creches, jornadas de trabalho (diminuição), contracepção. Questões pelas quais as jovens estão passando como experiência individual e coletiva, neste momento de suas vidas. Aqui a tensão se dá porque as “históricas” questionam a especificidade destas agendas. Há uma disputa por legitimidade e poder nas relações entre diversos segmentos, e mais ainda, há uma disputa geracional que aparece “sem querer ser nomeada”. Nestes termos, Ana (líder do movimento no Brasil) diz que colocar o nome “jovem” antes do nome feminista revela uma demarcação de visibilidade:

“*Ou seja, somos jovens feministas sim e mesmo com toda a ambigüidade que este discurso traz em si, colocamo-nos enquanto segmento dentro do movimento feminista mais amplo.*” (Ana, entrevista, 2005)

As questões em torno do segmento das jovens feministas no movimento levantam um **paradoxo** reforçando a existência da diferença sexual (Scott, 2002), a partir da afirmação de que são feministas e mulheres, unindo-se, dessa forma ao todo do movimento. Além disso, esse paradoxo também é evidenciado ao afirmarem a diferença no interior do movimento, ao trazerem mais uma desigualdade que se encontrava na margem, a de geração, portanto situada e específica para o todo do movimento feminista.

O impacto das jovens feministas também se faz na tensão entre elas e outros movimentos juvenis. Ao afirmarem o feminismo como dimensão fundamental da prática dos movimentos e dos projetos

de “um outro mundo possível”, elas questionam alguns mitos que circulam no senso comum a respeito do feminismo, tais como “que o feminismo não é mais necessário enquanto corrente de pensamento pois as mulheres já conquistaram os espaços públicos e de poder”, o de que “as feministas fazem um movimento contra os homens, e que “são mal-amadas”. Fazer a crítica a estas visões deturpadas da realidade social, buscando consolidar o feminismo e suas ações em espaços não feministas, não é tarefa fácil, e tampouco seria mais fácil entre jovens do que entre ‘adultos’, como poderiam fazer pensar as frequentes naturalizações da rebeldia da juventude e o mito de que todo jovem tem ‘a cabeça aberta’.

Portanto, os percursos deste “novo” segmento auxiliam a compreender as dinâmicas discursivas pelas quais se produzem sujeitos legítimos, com demandas aceitas dentro do contexto feminista, além e tornar possível a continuidade de um projeto societário feministas para as novas gerações, dentro e fora do movimento feminista.

Referências bibliográficas

Adrião, Karla Galvão; Toneli, Maria Juracy Filgueiras. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: Sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 465-474, 2008.

Adrião, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo - Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia.* 2008. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Alvarez, Sonia *et al.* Um outro mundo (também feminista...) é possível: Construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 1/2, p. 533-540, 2003.

Castro, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: Acessando gênero e raça, na classe, focalizando

- juventudes. In: Novaes, Regina; Vannuchi, Paulo (Org.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 275-303, 2004.
- Giovanni, Julia. D. Ruiz. Jovens, feministas, em movimento: A marcha mundial das mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 655-660, 2003.
- Grossi, Mirian. P. Velhas e novas feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 28, 1998.
- Nogueira, Conceição. *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e perspectiva crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.
- Scott, Joan. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- Scott, Parry; Quadros, Marion Teodósio; Longhi, Márcia Reis. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 219-228, 2002.
- Toneli, Maria Juracy; Adrião, Karla Galvão; Perucchi, Juliana; Beiras, Adriano; Tagliamento, Grazielle. Paternidad y juventud: Investigando El universo de estratos populares em El sur de Brasil. *Revista de Estudios de Genero La ventana*, Universidad de Guadalajara, Mexico, n. 23, p. 213-236, 2006.
- Weller, Wivian (Org.). Seção Temática Gênero e Juventude. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, 2005.
- Zanetti, Julia (2008) Jovens Feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no Feminismo. In: Fazendo Gênero, VIII, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ufsc, 2008. p. 10.

Homens jovens, pobres e ‘promissores’: Reflexões sobre alteridade e estratégias de pertencimento e reconhecimento

Marcia Longhi

O presente capítulo tem por objetivo iluminar trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife que guardam entre si uma especificidade: Serem identificados pela sua comunidade como jovens que estão construindo caminhos promissores e potencialmente exitosos. Tendo este elemento como ponto de partida, proponho-me refletir, a partir de dados de pesquisa de campo, o que estas trajetórias têm em comum e no que divergem, considerando categorias utilizadas nos estudos sobre transição para a vida adulta: Trabalho, educação e vida familiar¹.

No entanto, julgo necessário alguns esclarecimentos iniciais. O grupo em questão foi escolhido após inúmeras conversas com moradores da comunidade pesquisada. Os critérios ‘nativos’ para incluir ou não os rapazes na categoria ‘jovens promissores’ foram basicamente três: Serem moradores (antigos) da comunidade, não estarem envolvidos com “*gente errada*” e se *destacarem* por vários motivos. Entre tais motivos, podemos ressaltar a trajetória escolar [três eram universitários]; o ‘sucesso’ profissional [terem trabalho com carteira assinada, serem empreendedores, ou terem vínculo com instituições

1 Este texto é uma re-elaboração do terceiro capítulo da Tese (posteriormente publicada pela Editora Universitária da Ufpe através do Programa de Publicação de Teses e Dissertações) “*Viajando em seu cenário: Reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*” defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Ufpe em abril de 2008.

respeitadas, como o exército]; ou ainda serem ‘reconhecidos’ por um **dom** pessoal [dois são músicos e um tem o dom da oratória e era (por ocasião da pesquisa) presbítero da Assembléia de Deus].

A faixa etária e o sexo foram previamente delimitados pela pesquisadora: Homens entre 18 e 25 anos. A decisão de trabalhar unicamente com rapazes amparou-se em dois fatores: O interesse pelos estudos sobre masculinidades e a hipótese de que o grupo em questão - homens, jovens e pobres - encarna, mesmo que involuntariamente, a negatividade associada ao segmento social do qual fazem parte: Grupos populares urbanos².

Conforme foi anunciado, optei por trajetórias consideradas exitosas. Esta escolha abre flancos para possíveis críticas. À primeira vista, poder-se-ia afirmar que trabalhei com a categoria “dos bonzinhos”, o que em si encerra uma dicotomia perigosa: Bem e mal, mocinhos e bandidos e por aí vai. Sendo assim, vale à pena reforçar dois pontos que justificam a escolha e ao mesmo tempo atenuam as eventuais críticas. O primeiro é que apesar de ter sido minha a decisão de privilegiar trajetórias promissoras, foram os moradores do Bode³ que definiram quem se encaixaria neste critério. Sendo assim, trata-se de uma categoria nativa que nos informa sobre construções locais de reconhecimento, o que, por si só, é um dado relevante.

Mas a questão não se esgota aí. Sou eu que estou perguntando e certamente trago comigo uma gama de representações que interferem nas respostas que obtive. Eu, neste momento, sou o “outro”, aquele que não pertence ao Bode, que vem de um espaço instituído de poder (a Universidade) e que por princípio incorpora o *status* de sucesso. Eu - não pretendo negar - fui parte ativa nesta construção, na medida em que fiz a proposta e em que trouxe comigo as representações

2 Esta questão é discutida em detalhes no segundo capítulo da Tese referida anteriormente.

3 A comunidade do Bode fica no Pina, bairro localizado na Zona Sul da cidade do Recife. A pesquisa de campo que fundamentou a Tese de Doutorado cujos dados estão sendo discutidos neste texto foi realizada nesta comunidade no 2º semestre de 2005 e primeiro semestre de 2006.

pertinentes ao grupo social do qual faço parte. No entanto, buscava aqueles que estavam construindo trajetórias diferenciadas e eram bem vistos pela comunidade. Neste sentido, coloquei as relações sociais dentro do espaço de pesquisa como um elemento decisivo para a resposta que eles me dariam. As narrativas dos rapazes, que serão mostradas a seguir, em alguma medida reforçam meu argumento, pois, em vários momentos e de diferentes formas, reafirmaram o papel fundamental que o sentimento de pertencimento tem na construção de suas identidades positivadas. O segundo ponto, é que faltam trabalhos sobre jovens com trajetórias promissoras em espaços vistos como sendo de pouco valor. Neste sentido, inverteo a lógica e concretamente imponho outro olhar sobre um espaço historicamente conhecido e desconsiderado.

O que foi encontrado, no entanto, não se limitou a 'bons caminhos'. As trajetórias narradas mostraram uma realidade rica e complexa, que nos ajuda a desnaturalizar conceitos cristalizados. A dicotomia enfrentada, apesar do risco, esta sim pertinente na análise que está sendo feita, é a de dentro/fora, pertencimento/não pertencimento. Os rapazes, tanto os que compõem o núcleo da pesquisa, como os outros com os quais conversei, deixam claro que serem rapazes pobres e, na grande maioria, negros, os coloca frequentemente diante da constatação de que alguns espaços ou alguns benefícios, ou algumas formas de tratamento não foram feitas para eles. Neste sentido, eles se percebem fora de uma dimensão relacional, que é possível para aqueles que dispõem de um maior capital social.

A categoria classe já se mostrou, por vezes, ser pouco eficiente quando queremos entender, em toda sua complexidade, a realidade dos pobres urbanos no nosso país. Bourdieu, através da conceituação de campo, trajetória e posição social, contribui significativamente com uma leitura menos homogeneizadora daqueles que integram 'uma mesma classe'. O cruzamento entre campo, posição social e trajetórias familiares possibilita a convivência de diferentes formas de pensar e se posicionar, *mesmo suas práticas estando marcadas pelo*

destino coletivo (Bourdieu, 2007: 104). Proponho-me, no limite que um capítulo permite, apresentar a diversidade existente entre as trajetórias individuais dos rapazes e, ao mesmo tempo, evidenciar a trama social na qual os jovens estão inseridos e que atribui sentido a suas práticas cotidianas. Trata-se de uma visão exploratória que objetiva iniciar um diálogo entre dados quantitativos e uma realidade específica.

“Iguais”, mas também diferentes

Alguns dados merecem ser destacados e refletidos. O primeiro deles refere-se à cor da pele. Dos nove entrevistados cinco são negros, dois pardos e dois brancos. Este dado é relevante, principalmente quando verificamos que a própria cor foi identificada por alguns jovens como um dos fatores responsáveis pela falta de consideração de que são vítimas. É também uma das categorias mais pesquisadas nos estudos sobre exclusão. Vale destacar que um dos rapazes brancos e os dois rapazes pardos são os universitários do grupo. Esta proporção vai ao encontro das estatísticas que atrelam pobreza e cor e direcionam para outra questão fundamental que as pesquisas quantitativas apontam: Os jovens negros das periferias das cidades estão mais suscetíveis aos riscos da violência (Santos, Santos e Borges, 2005). Como coloca Barbosa (1998), o racismo é ator determinante no modo de viver, adoecer e morrer. Os dados revelados pelo Mapa da Violência IV confirmam que os jovens negros morrem mais por causas externas do que os jovens brancos.

A questão étnica apareceu no trabalho de campo em diferentes contextos. Um antigo morador, ex-presidente da União de Moradores e coordenador de um projeto social da comunidade, mostrou-se defensor fervoroso da causa afro. Em sua opinião, as escolas de comunidades predominantemente negras deveriam incluir em seus currículos a história dos negros no Brasil e suas tradições religiosas.

Em outro momento, quando visitei a Escola Novo Pina⁴, também tomei conhecimento de ações que inseriam a temática afro. As professoras relataram um projeto que culminou em uma festa com várias atividades. Entre elas, um desfile de moda inspirado nas roupas, indumentárias e cabelos afro. As professoras narraram o acontecimento com grande entusiasmo e concluíram dizendo que foi muito positivo para a auto-estima das jovens participarem e protagonizarem aquele momento. Enfim, a questão racial não se encerra em uma análise simples e linear. Os jovens sentem-se discriminados e estigmatizados pela cor da pele (agregada a outros fatores, tais como, classe social e geração), principalmente quando estão fora dos limites da comunidade, mas existem, concomitantemente, práticas que valoram positivamente sua origem racial. Encontramos, no Bode, dois maracatus, terreiros e grupos de afoxé e a população é predominantemente negra.

Outro ponto que merece destaque entre as semelhanças dos jovens pesquisados é a ‘antiguidade’ de suas famílias na comunidade. Algumas, inclusive, estão citadas no livro que narra a história do Pina, como fundadoras. Pertencer a famílias antigas e conhecidas foi relatado como um aspecto importante e atribuidor de valor. Muitos deles usavam este dado quando queriam justificar o fato de não temerem andar pela comunidade ou quando afirmavam não desejar sair dali, mesmo no futuro. Frases do tipo: “*Aqui todo mundo me conhece*” ou então “*minha avó é uma das fundadoras do Bode*”, ou ainda “*minha família inteira mora aqui*” foram repetidas com frequência e orgulho.

Alguns trabalhos acadêmicos têm ressaltado a fragilidade das relações sociais em locais fortemente penalizados pela precariedade da estrutura física e também pelo domínio da violência, principalmente mediante a instalação do tráfico. Estes estudos revelam que predominam relações submetidas ao medo e à imposição da força física ou do poder bélico (Freitas, 2007). No trabalho de campo realizado no Bode também foi possível observar que as drogas, principalmente o crack, ganharam espaço e contribuem com a alteração do tipo de

4 A escola Novo Pina é uma escola da prefeitura e muito atuante dentro da comunidade.

criminalidade no bairro. No entanto, a etnografia mostrou a riqueza das relações sociais e a negociação permanente em busca de consideração e poder entre os seus diversos atores e atrizes. A relação histórica das famílias com a comunidade, não determina, mas contribui com o valor atribuído ao pertencimento local. Negar estes significados é negar a existência de relações significativas que se constroem sob a determinação dos matizes macro estruturais, mas coloridas pelos sentidos locais das práticas sociais⁵.

Família, famílias...

Com relação ao núcleo familiar, encontramos realidades bastante diversas. Fernando⁶ vive com os pais e uma irmã solteira. Homero atualmente mora com sua companheira, seu filho e a mãe de sua companheira, mas até alguns meses atrás residia com os pais. A residência de Robinho, sua esposa e o filho de sete anos fica em cima da casa de seu pai, com quem morava anteriormente. Sua mãe faleceu quando ele ainda era criança. Dimas vive com a avó e o tio. A mãe morreu quando era adolescente e o pai mudou-se para outra comunidade. Flávio, no momento da pesquisa, dormia no salão da Igreja Batista, mas pouco tempo antes morava com a mãe, a irmã, o cunhado, o sobrinho, o tio e um irmão. O pai faleceu quando ele ainda era criança. Diego mora com a avó, duas tias e duas primas. Ele não conheceu o pai, e a mãe há muitos anos fixou-se em São Paulo, mas mantém contato e ajuda a família economicamente. Milton

5 No dia 22 de novembro de 2007 o Jornal do Commercio publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Moradores do Coque caminham pela Paz”. O Coque é uma comunidade do Recife que tem um alto índice de criminalidade e é bastante estigmatizada, devido à sua fama de ser reduto de criminosos. Na manifestação, os moradores leram uma carta intitulada “Uma concepção de paz para o Coque”, na qual eles expressam todo tipo de necessidades da população, que vão muito além da segurança pública.

6 Todos os nomes citados são fictícios, com exceção de Kcal, que é uma figura pública e autorizou sua identificação.

não conheceu o pai biológico. Vive com a mãe, o padrasto, a quem considera um pai, e uma irmã dois anos mais velha. Robson mora com a mãe e o irmão. Até seis meses atrás, compartilhava do mesmo espaço de moradia com a bisavó, tios e primos. Relata que viu o pai uma única vez. Kcal reside com sua companheira e seus dois filhos. A família de ambos é da comunidade. O pai de Kcal já faleceu, mas ele conta que não conviveu com o mesmo.

Os três jovens que são pais não se planejaram para isto, mas enfrentaram a questão diferentemente: Robinho casou-se logo que soube que a namorada estava grávida e estão juntos há sete anos. Não tiveram outros filhos e esta possibilidade não está nos planos do casal, pelo menos a curto prazo. A paternidade para Homero também foi fruto de um descuido. Conta que resolveu morar junto, mas deixou claro que está com ela por causa da criança e pretende se separar quando o filho estiver mais crescidinho. Dimas, por sua vez, tem dois filhos de mães diferentes, não mora e nunca morou com nenhuma delas, mas sua família participa da criação das crianças, inclusive economicamente.

Assim como aconteceu na Dissertação de Mestrado, deparei-me com uma grande diversidade de arranjos familiares, o que reifica impressões anteriores (Longhi, 2001). Falarmos de famílias de grupos populares exige um exercício de relativização além de uma contextualização histórica para não corrermos o risco de cairmos em explicações preconceituosas e estereotipadas. Os arranjos nos falam sobre as condições de sobrevivência, mas não dizem nada, *a priori*, sobre a qualidade da educação e do cuidado. Apenas através dos relatos e das observações etnográficas, é possível construirmos um quadro mais fidedigno do significado e do peso destas relações para as definições de rumos e escolhas.

As falas dos rapazes entrevistados revelam certa dubiedade. Inicialmente todos fazem questão de afirmar que seu caminho construiu sozinho. Enxergam-se como homens diferentes e, às vezes,

até “*estranhos*”. Homero é um deles. Conta que na adolescência não gostava de sair, de ir para a farra. Só queria namorar sério e seus envolvimento eram com garotas que ele vislumbrava a perspectiva de um futuro casamento. Por outro lado, sempre correu atrás do que queria, em oposição a muitos que ele considera “*acomodados*”. Inicialmente não relaciona isto à família, que nas suas palavras, o ignorava. No entanto, à medida que narra sua história, é possível perceber que a família é extremamente presente. Seus amigos são seus primos e tios. Seu primeiro trabalho foi com um tio e a mãe, apesar das queixas do rapaz, pareceu ser muito atenta às suas companhias. Outras narrativas também mostraram a participação da família nas escolhas dos percursos educacionais, mesmo que isto seja negado, quando afirmam autonomia e decisão.

Milton, por sua vez, tem um discurso bastante positivo em relação à família. Foi o padrasto que decidiu que ele estudaria em uma escola que ficava no centro da cidade, onde o ensino era considerado melhor. Este fato foi determinante para sua bem sucedida trajetória escolar⁷. O medo de decepcionar a mãe foi um fator decisivo para o não envolvimento com o tráfico. Relata que com 10 anos de idade já era abordado para ser aviãozinho. Sua mãe também retoma este tema:

“Na entrevista que fiz com sua mãe ela narra um episódio que Milton não contou, ou por esquecimento ou porque não quis. Ele ainda era bem pequeno, tinha em torno de 8 anos. Existia a desconfiança que um vizinho seria aliciador de menores e ela ficava muito preocupada, pois precisava trabalhar e os filhos ficavam sozinhos em casa. Certo dia, quando chega do trabalho, Milton lhe mostra, todo feliz, o relógio que o tal senhor lhe havia dado. Diná o fez devolver o relógio na mesma hora e o ameaçou, dizendo que se ele aceitasse mais alguma coisa daquele homem, ela o colocaria em um colégio interno e não iria mais buscá-lo. Apavorado com a possibilidade, Milton chorou muito e prometeu nunca mais aceitar nada de ninguém.” (trecho do diário de campo)

A mãe de Robson também relata posturas bastante duras em algumas ocasiões. Ele era um garoto muito levado e com frequência

⁷ Durante o período de pesquisa de campo o rapaz estudava Ciências Sociais na Ufrpe.

arrumava briga na rua. Normalmente já estava dormindo quando ela chegava do trabalho, mas se ficava sabendo que o filho havia *aprontado* alguma, o acordava e resolvia a questão na mesma hora. Foi o que aconteceu quando soube de sua briga na escola. Robson levou uma surra e Joelma prometeu não falar mais com ele enquanto não demonstrasse que havia mudado. E realmente ficou um mês sem lhe dirigir a palavra.

Na entrevista Robson reforça a fala de sua mãe e acrescenta:

“eu era virado; se eu não tivesse rédea, não sei se estava aqui, desse jeito, buscando uma coisa melhor na vida, procurando outro horizonte, ter fugido um pouco da realidade da comunidade, mas não esquecendo da comunidade...” (trecho de entrevista com Robson)

Estes relatos me remetem aos dados sobre as preocupações familiares com relação aos jovens de baixa renda encontrados na pesquisa coordenada pela Unesco (Castro e Abramovay, 2006). Nas entrevistas, as mães revelam suas ações sem nenhum constrangimento. Para elas, ser dura e, inclusive, fazer uso da violência física são os recursos de que dispõem para enfrentar um inimigo que se mostra bastante poderoso. Este fato remete-me ao comentário que ouvi em minha pré-banca, da dissertação de mestrado: *As pessoas de classe média não precisam afirmar que são pessoas de bem* (independente de serem ou não). No caso das famílias que estou estudando, eles sabem que por serem pobres e morarem em favela são quase que automaticamente associados ao que não é bom. Reafirmar a positividade é na verdade se contrapor às representações construídas pelo senso comum. E esta positividade é buscada através da tentativa de se aproximar de modelos ‘socialmente aceitos’. No entanto, nem sempre os códigos locais se encaixam com aqueles que pautam as condutas de outros grupos sociais. As narrativas sobre as trajetórias escolares e sobre o significado dos estudos ajudam a visualizarmos algumas contradições.

Estudar é bom, mas...

A educação é um tema importante e complexo, que merece ser abordado com cuidado. As grandes pesquisas nacionais revelam que a proporção de crianças e jovens na escola tem crescido nos últimos anos e é inegável o efeito dos programas federais, como bolsa-escola e bolsa-família, neste sentido (Ibge, Pnad). No levantamento “perfil da juventude brasileira”, verifica-se, no entanto, que estar inserido no sistema educacional não significa não estar no mercado de trabalho. A pesquisa revela que apenas 24% dos jovens da amostra não se colocavam na população economicamente ativa. O acesso à educação superior, entre jovens de baixa renda, continua sendo bastante limitado.

Nos últimos anos, algumas Teses e Dissertações têm se dedicado a entender melhor as trajetórias de jovens de favela que chegam à universidade. Com frequência amparam-se em Bourdieu para compreender as trajetórias sociais e as negociações entre os diferentes capitais: Econômico, social e cultural.

Esta abordagem permite que não depositemos toda explicação no fator econômico (caso contrário, a questão *Por que uns e não outros?*⁸ não faria sentido), nem no desempenho cognitivo do indivíduo. Souza e Silva (2003) utilizou o conceito *inteligência institucional* para falar da confluência de uma série de variáveis, que passa também pela capacidade cognitiva, mas vai além. Para ter uma trajetória escolar bem sucedida, o aluno precisa conhecer e incorporar os códigos valorizados no meio educacional, tais como disciplina e submissão. Ele ainda deve construir estratégias para superar as dificuldades concretas, como falta de dinheiro, falta de capital social e cultural. Bourdieu (1998) trata esta questão fazendo uma alegoria com o jogo. A partir do capital simbólico disponível, as regras se definem e cada um cria suas próprias estratégias para alcançar seus objetivos, dentro de seu campo de possibilidades. Nem sempre entre os objetivos está o aprimoramento educacional. Souza e Silva (2003) também faz uma oposição entre a predisposição

8 Título do livro de Jailson de Souza e Silva (2003).

para o mundo da rua e a “vocação para a escola”. O fundamental é sair de uma lógica classista que cria uma uniformização de seus integrantes.

Existe uma imposição dos grupos dominantes que elege o conhecimento adquirido nas escolas como *o conhecimento* que distingue e atribui valor à pessoa. Mas como esta informação é decodificada na práxis cotidiana dos grupos “subalternos”, é algo que precisa ser olhado, considerando as diferentes posições que cada um ocupa no grupo social, fugindo da armadilha da homogeneização.

Considerando as expectativas governamentais podemos dizer que a escolaridade do grupo pesquisado não é satisfatória. Três deles são universitários, dois terminaram o Ensino Médio e pararam de estudar; dois estão iniciando o Ensino Médio (retornaram após longas interrupções); um parou de estudar antes de iniciar e o outro interrompeu os estudos antes de concluir o Ensino Médio. Todos, no entanto, revelam habilidades adquiridas a partir dos caminhos trilhados. Esta me parece uma questão interessante, pois nos faz refletir sobre o que é considerado “capital cultural” em contraposição a conhecimentos incorporados na práxis.

Os rapazes que estão na universidade são reconhecidos em seu espaço social como jovens inteligentes, “*com cabeça boa para os estudos*” e com perspectivas de melhorar de vida, mas não existe exatamente um consenso neste sentido.

O estudo não é visto como único e muitas vezes nem é considerado o melhor caminho. Percebe-se certa ambiguidade que paira em torno do valor dos estudos. As pessoas que buscam o conhecimento intelectual são vistas com admiração, mas também com certa desconfiança. Existe a ideologia propagada que estudar é importante, pois é a única forma de quebrar o ciclo vicioso da pobreza, mas, na prática, esta crença nem sempre se confirma. Os estudos muitas vezes são vistos como um bem individual, onde apenas uma pessoa será beneficiada, ao contrário do trabalho, que tem uma conotação mais coletiva e solidária.

Na entrevista que fiz com a mãe de Robson, escutei algo interessante neste sentido. Robson é um rapaz brilhante, que sempre se saiu muito bem nos estudos e tem claramente um perfil acadêmico.

Quando pergunto sobre o sucesso de seu filho, ela deixa claro que tem muito orgulho, mas que vê suas vitórias como conquistas pessoais. Quando soube que passou no vestibular, a primeira coisa que ele fez foi ligar para a mãe. Ela mesma conta que ficou contente, mas ele esperava mais. Então lhe disse: *“Meu filho, eu estou feliz, mas quem tem que estar mais feliz é você, pois isto é uma coisa boa para sua vida.”*

Os jovens que se dedicam aos estudos também são vistos como jovens com grandes probabilidades de se afastar da comunidade, física e simbolicamente. Isto reforça o olhar desconfiado que o grupo social lhes dirige. Acredito que não é fruto do acaso o fato dos dois rapazes universitários fazerem questão de reafirmar, em diferentes oportunidades, o pertencimento local. Ser inteligente e bem sucedido nos estudos é, em certos momentos, uma fragilidade que eles precisam administrar.

No entanto, esta tensão também foi observada nas outras trajetórias que estamos chamando de diferenciadas. Serem vistos como jovens que estão viabilizando novas perspectivas para suas vidas é um fator que propicia reconhecimento, mas ao mesmo tempo, ameaça. Quem estuda, começa a falar *“difícil”*; quem trabalha, começa a ganhar dinheiro, comprar bens de consumo e se sentir *“importante”*. Apesar disso, o trabalho mantém um caráter de compartilhamento, diferente dos estudos, que é algo incorporado ao indivíduo. Esta contradição entre conquistar um *status* diferenciado e ao mesmo tempo manter-se *“dali”* é um dos *“nós”* reflexivos da tese e uma das razões para o reconhecimento ter sido escolhido como o fio teórico condutor. Ficou claro que o reconhecimento vem também da relação que eles constroem com a comunidade.

Trabalhar é preciso...

O trabalho, diferentemente dos estudos, é um consenso: Jovem trabalhador *é considerado*. Mas também, nesta categoria, existem as nuances que revelam os diferentes posicionamentos sociais. A maioria dos rapazes pesquisados começou a trabalhar em torno dos catorze anos. Não fazem parte deste grupo Fernando, que, aos dezessete, trabalhou durante um ano como auxiliar do irmão em uma serigrafia e Dimas, que arrumou o primeiro emprego aos dezoito anos. No entanto, neste caso, apesar de não ser caracterizado como trabalho, pois não havia remuneração, ele participava desde muito cedo das atividades do Maracatu Porto Rico e do terreiro, ambos considerados e assumidos como compromisso e fonte de renda familiar.

Os demais rapazes narraram longas trajetórias sobre as mais variadas atividades. Diego trabalhou durante muitos anos, com a avó, vendendo bebida na praia e só parou quando isto se tornou fisicamente inviável⁹. Não precisou a idade, mas quando o conheci, com 15 anos, já trabalhava há algum tempo. Flávio, com 14 anos, trabalhava em um bazar na comunidade durante 10 horas por dia e era praticamente o provedor da família. Homero também trabalhava com pessoas da família desde os dez anos e seu primeiro objeto de consumo foi um computador, um bem raro na comunidade naquela época. Robson também começou a trabalhar muito cedo auxiliando o tio que era pintor. No seu caso, os trabalhos sempre foram temporários. Robinho trabalhava em uma sala de videogames como auxiliar do irmão desde os 16 anos, também na comunidade. Kcal conta que fazia bicos, qualquer coisa que aparecesse.

Alguns pontos chamam atenção, além do fato de praticamente todos terem começado a trabalhar ainda muito jovens. Um deles é a inserção no mundo do trabalho através de familiares ou da rede de vizinhança. Este dado foi observado (e destacado) na pesquisa

9 Aos 16 anos, foi vítima de uma bala perdida quando saía de um pagode, e a partir de então os movimentos do braço e da perna esquerda ficaram parcialmente comprometidos.

realizada pela Unesco (2006), o que mostra que não se trata de um caso pontual, mas uma tendência generalizada. Este fato reforça nossa crença em que o grupo de convivência é fundamental na construção de estratégias de reconhecimento, mesmo quando nos referimos a espaços desvalorizados socialmente.

Inúmeros cientistas sociais (Oliveira, 2007; Soares, 2004; Freitas, 2007) falam da cooptação do tráfico sob o argumento que os jovens não encontram outras alternativas em seus grupos de sociabilidade. As oportunidades são efetivamente escassas e se pensarmos que a outra alternativa é o “otário”, realmente visualiza-se uma situação quase sem saída. A praticamente inexistência de oportunidades é um fato, mas a realidade é muitas vezes captada na polaridade: Ou uma coisa ou outra, sem que se considerem as inúmeras “vias” alternativas, que se não são dignas de admiração, também não se limitam a uma vida de “otário”, sem nenhuma compensação ou reconhecimento. As narrativas aqui iluminadas nos permitem visibilizar a riqueza de estratégias e relações que são articuladas a partir dos capitais disponíveis. Os trabalhos dos jovens da pesquisa permitem-nos refletir sobre esta questão das “vias”. Ao compararmos algumas trajetórias, estas questões ficam mais evidentes.

Durante alguns anos, Flávio trabalhou em um bazar da própria comunidade. Entrava às 9 horas da manhã e saía às 7 horas da noite, com uma hora de almoço, nem sempre respeitada. Não tinha carteira assinada e recebia menos do que um salário mínimo. Cheguei a conversar com ele nesta época. Sempre sorridente, dizia que agradecia a Deus por ter um trabalho, pois era de seu parco salário que saía o sustento de sua família. Soube que havia largado a escola. Na época, sua história me entristeceu muito, pois conhecia Flávio do projeto social e a lembrança que tinha era de um menino muito criativo e inteligente¹⁰. Ele e um amigo estavam sempre idealizando teatros de fantoche ou coreografias de números musicais. Foi na época do bazar

10 A pesquisadora havia trabalhado em um projeto social da comunidade do Bode anos antes do trabalho de pesquisa em questão e conhecia alguns moradores e alguns dos jovens pesquisados que haviam frequentado o projeto referido.

que Flávio, conforme ele diz, “*encontrou Jesus*”. Começou a frequentar a Igreja Batista e não muito tempo depois foi convidado para trabalhar para um “irmão”, vendendo biscoitos na rua. Esta atividade o ocupava menos horas e, pouco a pouco, foi inserindo-se nas atividades da Igreja. No caso de Flávio, a inserção na Igreja Batista abriu brechas para ele construir estratégias rumo a seus objetivos.

Um dos objetivos era dedicar-se a atividades artísticas, principalmente a dança. Seu entusiasmo fez com que abrisse espaço dentro da própria Igreja e, hoje, coordena o grupo de dança entre os jovens. Também é responsável pela parte de iluminação e cenário nos eventos promovidos pelo templo. Como ouvi da pastora, “*Flávio é uma bênção*”.

Outro objetivo era ter seu próprio negócio. Ainda através de “irmãos”, arrumou um trabalho com carteira assinada em um restaurante que fica numa galeria no bairro de Boa Viagem. Ele é registrado como auxiliar de serviços gerais, mas na realidade faz de tudo: Paga conta, faz limpeza, verifica o estoque, serve os clientes. Como ele mesmo diz, é explorado, mas, na sua análise, tem suas compensações. Conhece muita gente e recebe “*direitinho*”. Com as gorjetas conseguiu juntar dinheiro e hoje tem uma videolocadora do lado da Igreja. Flávio não pretende parar por aí em nenhum de seus projetos. Tem planos de ampliar a área artística da Igreja e tem, igualmente, planos de ampliar seus negócios. Já está pensando em comprar uma máquina de fazer batata frita. Enfim, Flávio é um empreendedor. Voltou a estudar e tem o sonho de ser advogado.

Robson também começou a trabalhar muito cedo, mas seus caminhos foram bem diferentes. Apesar de viver modestamente, não precisava contribuir com o sustento familiar e suas atividades não o ocupavam o dia todo. Em nenhum momento ele parou de estudar. Sua primeira motivação para o trabalho foi realizar um sonho de consumo. Desejava muito ter a coleção de bonecos Power Ranger, mas sua mãe não tinha condições de comprá-los. Nesta época, ele estava com dez anos. Era período de férias escolares e seu tio foi contratado para pintar uma escola de classe média e precisava de um ajudante para

limpar as folhas das plantas respingadas de tinta, exigência da diretora. Robson topou o convite. Conta que trabalhou durante um mês e, no final, comprou três bonecos. Continuou, por um tempo, auxiliando seu tio nos finais de semana. Sua mãe não mandava, mas também não o impedia de trabalhar. Só não permitia que ele interrompesse os estudos. Algum tempo depois, Robson foi ser ajudante de pedreiro em uma obra em frente à sua casa. Quando a obra terminou foi trabalhar na padaria, que fica na mesma rua. Acordava às 4 horas da manhã para colocar os pães no forno, ia para a escola e quando terminavam as aulas, voltava para a padaria para concluir o que faltava. Robson conta suas histórias com entusiasmo e orgulho. Acredita que foi uma época de muito sacrifício, mas também de aprendizagem. Sabe levantar as paredes de uma casa, assim como sabe fazer um pão. Aos 16 anos, começou a dar aulas particulares. De lá para cá, esta é sua atividade remunerada e, hoje, ele contribui significativamente com o sustento familiar. Seu relato chama a atenção pela clareza de objetivos. Sempre sabia o destino que daria ao dinheiro que iria ganhar. É um rapaz que tem muitos projetos e como ele mesmo diz, sempre tem o plano B. No ano em que fez vestibular para Engenharia, também fez um concurso para o Banco do Brasil e explica: Seu grande sonho é cursar o Ita - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, mas não quer ser militar e, sendo assim, terá que ter recursos para se manter em São José dos Campos. Fazendo o concurso para o Banco do Brasil, poderia pedir transferência e teria como se sustentar, enquanto estivesse estudando. Passou no concurso, mas ainda não foi chamado.

O que estas duas histórias nos mostram é que o respaldo familiar é um elemento fundamental nas trajetórias pessoais. Ambos os jovens começaram a trabalhar muito cedo, mas no caso de Robson o trabalho adaptou-se ao horário escolar - porque ele tinha a manutenção básica garantida, sua mãe não o deixou abandonar os estudos e porque a rede de parentesco e vizinhança viabilizou uma realidade que tornava possível unir trabalho e educação.

Flávio dispunha de um capital econômico e social menor. Ele não trabalhava para satisfazer seus sonhos de consumo, mas para colocar

a comida na mesa. Através da Igreja, conquistou um *upgrade* em seu capital social e, a partir daí, construiu estratégias para viabilizar seus projetos. Hoje ele tem a respeitabilidade de seu grupo social, mas sua identidade é atrelada à sua inserção na vida religiosa. Ele é “*uma benção*” para o grupo da Igreja e é um bom rapaz e um bom filho no olhar da comunidade, porque é temente a Deus, trabalhador e ajuda a família economicamente. O pertencimento é atrelado a algumas contingências.

Homero, por sua vez, é o caçula em uma família de dez filhos. Este fato permitiu que ele não precisasse contribuir com a manutenção da casa, mas por outro lado, segundo ele, fez com que passasse um pouco “desapercebido”. Sempre foi independente e tomava suas próprias decisões desde muito cedo, tendo pouca interferência familiar. Começou a trabalhar com um tio, aos 12 anos, para poder comprar suas próprias coisas. Seu grande sonho era ter um computador. Tomou contato com a Informática através de um projeto social do bairro. Conta que ficava atrás do professor, mesmo depois da aula, para tirar suas dúvidas. Como era um aluno muito interessado e que aprendia rápido, foi convidado para ser monitor. Depois disso, tudo que fez foi voltado para esta área de conhecimento. Quando serviu o Exército, seu conhecimento em computação foi determinante para sua permanência na instituição. Hoje é cabo e está esperando o tempo necessário para ser promovido.

Através de sua narrativa, percebemos que Homero atribui todas as suas conquistas ao seu interesse pela computação. Conta que muitos colegas são maltratados ou vítimas de perseguição. Ele, por saber informática, ficou em um setor considerado tranquilo, com pouca cobrança. É um rapaz bastante reflexivo e seu dilema, por ocasião da entrevista, era se continuava no Exército, onde tem estabilidade e uma rotina confortável, mas está inserido em uma estrutura muito hierarquizada e autoritária, ou se saía e se arriscava na iniciativa privada, onde teria maior liberdade, chance de ganhar mais dinheiro, mas também enfrentaria muita concorrência. Completou o 2º grau e tem muita vontade de fazer uma faculdade, mas tem consciência que o ensino público é fraco e suas chances de ser aprovado são muito

pequenas. Teria que fazer um cursinho preparatório, mas agora que é pai de família, este se tornou um projeto pouco viável, pelo menos a curto prazo.

O que impulsionou e abriu brechas para Homero construir estratégias e ampliar suas perspectivas foi o acesso a um novo tipo de conhecimento oferecido por um projeto não-governamental. Descobrir a informática e seu fascínio pela mesma permitiu que ele atingisse um patamar diferenciado da maioria dos jovens de sua idade, moradores da mesma comunidade. Se no caso do Robson o impulso veio de certo capital social familiar e no de Flávio, da aproximação e identificação com a Igreja Batista, para Homero veio da oportunidade de participar de um projeto social.

Conforme pontuado anteriormente, os jovens, em nosso país, vivem uma realidade bastante perversa no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. As estatísticas mostram que é o grupo com maior índice de desemprego. Este dado desnuda outro: Os jovens estão sacrificando a formação escolar e profissional. Além disso, é este grupo que termina por preencher as vagas com condições mais precárias de trabalho e com pior remuneração, geralmente situadas no setor informal. (Branco, 2005) No entanto, estes jovens, sobre os quais estamos falando, têm identidade e endereço: São de bairros de baixa renda, em grande número, negros.

As histórias narradas ilustram bem os dados que as grandes pesquisas nos têm apresentado. E vão além. Como já foi colocado, fica evidente que as redes familiar e vizinhança determinam os caminhos “do trabalho” que os jovens trilharam. A maioria relata que precocemente começou a realizar atividades caracterizadas como trabalho, no mercado informal, sem alguma garantia. Eles não falam de programas governamentais de transferência de renda ou capacitação profissional e, neste caso, a idade destes jovens os deixa fora destas ações. Mas fica claro que os caminhos trilhados são personalizados e imbuídos de um misto de sacrifício e solidariedade.

Além disso, os caminhos atribuem valor aos jovens, não pelo trabalho em si, mas pelas conquistas indiretas. Eles vão sendo

reconhecidos pelo compromisso com que desempenham suas tarefas, pela facilidade que demonstram em aprender o que é ensinado, pela boa vontade e flexibilidade nas relações. Cria-se um ciclo vicioso onde a consideração é a moeda de troca. Flávio é um rapaz extremamente dedicado às tarefas da Igreja. Ser considerado “uma benção” exige doação, mas permite que ele durma na Igreja, o que facilita seu cotidiano; amplia sua rede de amizades, o que é bom para seu negócio, a videolocadora, que é vizinha da Igreja; permite que ele ande tranquilamente pela comunidade, pois é querido por todos.

Minha intenção não é defender o trabalho infantil e nem a informalidade. Acredito que as histórias também denunciam o lado nefasto da realidade: Trajetórias escolares sacrificadas, exploração de mão de obra, péssimas condições de trabalho, falando apenas do que está mais evidente. Pretendo refletir sobre um universo relacional que se constrói às margens da formalidade e também em decorrência das ineficiências das políticas públicas, e que muitas vezes é totalmente ignorado. Estes jovens não estão procurando o primeiro emprego, porque eles já trabalham há muito tempo. Eles querem, isto sim, fazer parte de uma lógica macro que promete ser menos perversa para aqueles que jogam o jogo com as regras que eles determinam. Os jovens e seu entorno existem, jogam, aprendem, criam estratégias com os recursos de que dispõem. Mas na dimensão macro-social, eles não existem, ou existem e incomodam.

Políticas públicas são necessárias e importantes, mas certamente seriam mais eficientes se dessem maior visibilidade à vida que pulsa nos espaços “marginais”. Existe visibilidade de alguns projetos ou manifestações culturais, mas não dos meandros do cotidiano não valorizado. As trajetórias narradas também nos falam do papel das instituições sociais na definição dos rumos seguidos. A família, a igreja, projetos sociais não-governamentais e o exército foram fundamentais para instrumentalizar estes jovens e possibilitar que eles encontrassem as brechas em um contexto social mais ou menos enrijecido. Estas são apenas algumas.

Uma última consideração

Através dos relatos acima, poder-se-ia dizer que estes jovens são aqueles que se enquadraram nas regras do jogo e reproduzem a lógica das desigualdades. Concordo que suas vidas são pautadas pelo sacrifício e pelo desejo de “fazer a coisa certa”. Mas, na minha percepção, isto não é o mais importante. O que me parece merecer destaque é como eles criam estratégias e à medida que avançam, incorporam conhecimentos e habilidades que abrem novas portas. Não precisam de medidas paternalistas, e sim, de serem respeitados em seus direitos de cidadão para viver, em todas as dimensões, seu potencial.

Referências bibliográficas

- Barbosa, Maria Inês. *Racismo e saúde*. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- Bourdieu, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- _____. *A distinção: Crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.
- Branco, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: Desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: Abramo, Helena Wendel; Branco, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam (Coord.). *Juventude, juventudes: O que une e o que separa*. Brasília: Edições Unesco, 2006.
- Freitas, Alexandre Simão de. Violência, juventude e aprendizagem de si: O ponto cego das políticas públicas. In: Congresso de Sociologia, XIII, 2007, Recife. Anais... Recife: Sbs, 2007. (Trabalho apresentado no Gt Sociologia da Infância e Juventude)
- Longhi, Márcia Reis. *Ser homem, pobre e pai: A construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

- Santos, Gevanilda; Santos, Maria José P.; Borges, Rosângela. A juventude negra. In: Abramo, Helena Wendel; Branco, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- Soares, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: Novaes, Regina; Vannuchi, Paulo (Org.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- Souza e Silva, Jailson de. *"Por que uns e não outros?" Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.
- Oliveira, Pedro Paulo. Intersecção de redes: Juventude, pobreza e criminalidade. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII, 2007, Recife. *Anais...* Recife: Ufpe, 2007.
- Organização das Nações Unidas - Unesco. Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. (Coord.) *Juventude, juventudes: O que une e o que separa*. Brasília: Edições Unesco, 2006.

Envelhecimento e relações entre gerações

Alda Britto da Motta

*“De l'enfance à la vieillesse, le
rapport au temps intérieur comme au temps
social est donné par les rapports entre générations”
(Atlas-Donfut, 1988: 206)*

*Sabemos que o suicídio é excepcional na idade infantil
e que diminui entre os idosos nos derradeiros limites da vida; [...]
A sociedade está ainda ausente da criança
que não teve tempo de formar à sua imagem;
e começa a se retirar do velho
ou, o que dá na mesma, ele se retira dela.
Por isso criança e velho se bastam mais.
(Durkheim, 1982: 167)*

As pesquisas sobre gerações nunca partem do ponto de vista das suas relações como de poder. Apesar das repetidas evidências, ignoram-se os jogos de poder que norteiam essas relações - tanto as que se realizam no âmbito privado, cotidiano, como as que regulam ou oprimem na esfera pública. Bourdieu (1994: 64) tem a possível explicação para desacertos, inconformidades e conflitos que se dão nessas relações, embora não para a omissão generalizada deles:

“... Os conflitos de geração opõem não classes de idade separadas por propriedades da natureza, mas habitus que são produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas e inversamente.”

O fato é que as sociedades, ao longo da História, vêm conferindo significados específicos às etapas do curso da vida dos indivíduos: Infância, juventude, maturidade, velhice. Ao mesmo tempo, estabelecendo funções e atribuições preferenciais ou até obrigatórias a cada segmento de idade e de sexo na divisão social do trabalho e dos papéis na família. Essas atribuições são em grande parte arbitrárias, porém, emanando de segmentos sociais que detêm o poder, são incorporados como necessidades ou obrigações pela generalidade das pessoas. Bourdieu (1983: 112) enfatiza as consequências disso: “As classificações por idade (também por sexo e classe) acabam sempre impondo limites e produzindo uma ordem em que cada um deve se manter... em seu lugar”.

Lenoir (1998: 68) explica: “... O que está em questão é a definição dos poderes associados aos diferentes momentos do ciclo da vida, sendo que a amplitude e o fundamento do poder variam segundo a natureza das implicações - peculiares a cada faixa etária ou a cada fração de faixa - da luta entre gerações”.

Ariès (1978: 48) foi dos primeiros a analisar a alternância histórica de lugares de gerações, considerando as “idades da vida” como interesse e como construção social: “[...] A cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: A ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX e a ‘adolescência’ do século XX”.

E dá-nos a deixa para continuarmos analisando construções de idades mais recentes. O que Lenoir (1979: 57) faz com rara pertinência, começando com a referência à eufemística e atualmente ubíqua, “terceira idade”, “cette nouvelle étape du cycle de vie tendant a s’intercaler entre la retraite et la veillesse...”. Categoria utilitária para legitimar uma nova gestão da vida dos velhos, estendida, a partir da década de 60, ao oferecimento de serviços específicos de lazer e “cultura”, avidamente aproveitados por segmentos médios, que dispõem de tempo livre, pensões e aposentadorias (Britto da Motta, 1997).

Ao mesmo tempo, vai corresponder, - enquanto a designa também a constrói - a uma nova imagem, mais livre e leve do idoso mais “jovem”, que sai da clausura familiar para encontros e atuações com pessoas do seu grupo de idade (Britto da Motta, 1997).

Nos anos seguintes, com a continuidade do fenômeno demográfico de extensão do percurso de vida e conseqüente aumento da população de velhos, e cada vez mais longevos, foi-se cunhando uma outra categoria, a “quarta” idade; abrangendo os maiores de 85 anos, agora seguida de uma outra, de introdução ainda tentativa, a “quinta idade”, para os centenários. Para estas últimas, os serviços serão outros, mais restritos, embora menos prescindíveis, materializados nas figuras do geriatra e do cuidador (ou melhor, cuidadora); e a nova imagem é mais desbotada...

Realmente, tratando-se de situações que se definem e delimitam socialmente, as relações que se estabelecem entre as diferentes idades e gerações se constituem segundo esses jogos de poder. Que se dão em diferentes proporções - do âmbito da estrutura e do Estado ao da vida cotidiana dos indivíduos na família. Aí incluídas as normas costumeiras, mas também as prescrições legais sobre as idades “certas” para ingresso ou saída de cada grau escolar, assim como para participar do mercado de trabalho, para iniciar casamento, candidatar-se a cargo eletivo etc, em suma, para ter definidas as maioridades sociais... Mas também as minoridades. Encerrando-se estas com a evitação ou o descarte - “morte” social - para os “muito velhos”.

Sobre essa manipulação das classificações em termos de idade, é fundamental analisar-se o contexto em que elas se dão, inclusive porque, insiste Lenoir (1998: 68) “... a fixação de uma idade é o produto de uma luta que envolve diferentes gerações”.

Escolho trabalhar com a velhice e a repercussão da sua existência entre as outras gerações. Uma luta reconhecida, em que se estabelecem posições, situações e atribuições diferenciadas. Entretanto, para chegar-se a atribuições, tem-se que ter, prévias, as definições: Que é um velho? Para começar, é preciso lembrar que a velhice é plural. É uma condição biossocial que não existe singularmente nem de modo tão evidente

como se costuma referir. Para iniciar a discussão, observe-se a aparência física dos corpos idosos por toda a parte entrevistados: Há uma gama de “velhices”, que se distribuem nas figuras dos mais “conservados” aos mais “envelhecidos” ou “desgastados”, como é expresso no cotidiano. Dos mais ágeis e dinâmicos aos mais “desabados”, como se brinca de dizer.

O que ilustra a heterogeneidade que caracteriza todo fenômeno social. Mas os idosos diferenciam-se, ainda mais basicamente, segundo o sexo e as relações de gênero que vivenciam; segundo a classe social a que pertençam; segundo suas características étnico-raciais e até conforme os seus próprios e diferentes segmentos de idade enquanto idosos, na sociedade longeva atual (Britto da Motta, 1999, 2004). Só a partir daí retorna-se à aparência.

Tem-se pensado, para essa definição de entrada na velhice, em marcos sociais, como a aposentadoria, mas esta está-se dando cada vez mais cedo, enquanto os problemas “finais” de saúde estão se dando cada vez mais tarde. A “velhice” tarda, portanto... Às vezes a adulez dos filhos e a chegada dos netos, situam, à maneira tradicional, fases de amadurecimento (Seeger, 1980); mas características cronológicas como a idade civil, expressa no registro do número de anos já percorridos na trajetória de vida, têm-se firmado como o critério burocrático - administrativo formal desse reconhecimento; mas que ainda assim não se torna consensual: 60 ou 65 cinco anos? Varia com o estágio de “desenvolvimento” das regiões no mundo e segundo o documento oficial e político que o enuncia: Leis nacionais ou instituições de saúde internacionais.

Se não há consenso social, como fica a identidade de velho? Esta se constitui em uma percepção quase repentina, atestam os depoimentos, pois não se constrói ao longo da vida dos indivíduos em torno de uma condição existencial constante, como a sexuada, a racial, ou a de classe social. Ainda vale, portanto, o depoimento de Simone de Beauvoir (1980) sobre como a velhice chega primeiro pelos olhos dos outros. É condição difícil de ser assumida, porque esses *olhares dos outros* carregam avaliações e expectativas informadas por preconceitos em

torno de uma figura que é socialmente representada através de perdas: De aparência “desgastada”, pouco ágil fisicamente e com ideias que remetem frequentemente ao passado, “naturalmente” fora do mercado de trabalho e de quem se espera a “sabedoria” de ser comedido em sua participação social e familiar. Essas características ainda definem, como uma pecha, a existência das pessoas idosas, impregnando todos os atos esperados de sua vida, para as outras gerações. Como expressou Hahim Hazan (1994: 63): “Age becomes an embedded feature of every relationship and situation in which elderly people find themselves”.

Mesmo na atualidade, em que se começa a ter do idoso uma imagem mais dinâmica e alegre, ele é sempre visto ou considerado, em suas ações e participações sociais, sobretudo pela sua condição de velho, antes que pela de gênero, profissão, ou mesmo de classe, que sempre definem os adultos jovens. Pior, quando o próprio velho acredita (pois é socializado para isso desde a infância) naquela imagem caricata do envelhecimento.

Como já tive ocasião de acentuar (Britto da Motta, 1998a), a velhice como autoconvencimento porta uma carga pesada de negatividade, não apenas existencial, mas também política, na medida em que adjudica ao indivíduo toda a responsabilidade pelos problemas que enfrenta como idoso e que são, em maior parte, de caráter social e cultural - como as limitações econômicas (baixas aposentadorias) e a exclusão de espaços de participação (Belo, 1990). Isso dificulta ao indivíduo a sensação de bem estar e a percepção de que pode lutar por seus direitos de cidadania.

Entretanto, apesar da predominância, ainda hoje, de uma imagem social modelada pela desinformação sobre a velhice e o desinteresse pelos sentimentos (nunca auscultados) dos velhos no mundo, algumas iniciativas grupais de idosos se delinearão e gradativamente se desenvolveram, principalmente a partir da década de 90, como o movimento conduzido por associações e federações de aposentados; no Brasil, com grande evidência no auge da reivindicação do pagamento da diferença de 147% a eles devida pela Previdência Social (Simões, 1998, 2000). Essa mobilização, ao final vitoriosa, foi objeto de constante

noticiário da imprensa da época e contribuiu decisivamente para aquele redesenho mais colorido e dinâmico da imagem social do idoso.

Mais recentemente, esse movimento tem sido, ao mesmo tempo, confrontado pela inesperada (contradição em termos?) criação de sindicatos de aposentados (Azevedo, 2005) e, - principalmente depois da promulgação do Estatuto do Idoso, uma luta política de que também participaram - também se empenhado na criação de grupos políticos de idosos com interesses mais abrangentes que o econômico, de que é exemplo mais avançado um Fórum Permanente em Defesa do Idoso, criado em Salvador em 2004, que congregou vários grupos locais, alguns com inesperada liderança feminina (Azevedo, 2010).

Paralelamente à constituição de grupos com atividade política, cresce, lentamente, o interesse científico e a pesquisa sobre os modos de vida dos idosos. Apesar do mérito da maioria desses trabalhos, o modelo social do idoso como personagem ultrapassado ainda é o que prevalece. Fora do Brasil também como expressa, novamente, Hahim Hazan (1994: 63): “The fine internal differentiations between various stages of ageing such as the ‘young old’ and the ‘old old’ may occupy the minds of experts but have no bearing in the immutable umbrella concept of old age”.

Com as categorias idade, grupo etário e geração se constrói socialmente, e também se analisa, o envelhecimento e a velhice como projeções e desenvolvimentos no tempo - mas um tempo multifacetado ao mesmo tempo (social, geracional, dos indivíduos) e cambiante, sujeito a limites variados e constantes redefinições. Inclusive segundo o gênero e suas relações (Britto da Motta, 1999).

A idade, como já lembrado, não é uma característica natural, é sobretudo simbólica, definição cultural. É uma certa representação corporal e ideacional referida à passagem do tempo, que se convencionou para regular a participação social, primeiro de grupos - grupos etários, em graus etários - mais tarde na História em relação também aos indivíduos. A idade, expressa em número de anos vividos, é também, como anteriormente referido, unidade classificatória/administrativa e perante a lei de cada país - de pessoas e segmentos

demográficos - os “jovens”, os “velhos”; que em princípio não constituem grupos sociais propriamente ditos. A não ser quando, como unidades geracionais (Mannheim, 1928), participam de movimentos políticos ou culturais.

A noção de geração reúne vários sentidos e definições, segundo as disciplinas científicas e as dimensões consideradas (Britto da Motta, 2005) - basicamente a família ou a estrutura social mais ampla. Neste sentido, pode-se resumir na definição de Mannheim (1928: 136-137): “... O fenômeno social ‘geração’ nada mais representa do que um tipo particular de identidade de posição de ‘grupos de idade’ incrustados num processo histórico-social [o que significa a predisposição para] [...] um certo modo de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante”.

Na dimensão da família, geração refere-se principalmente à filiação, guardando um sentido classificatório, hierárquico, em relação a posições nesta. Mas além de incluir as posições geracionais na família, alcança a própria organização social mais ampla em um sentido, hoje retomado, de contrato social fundador, de que é exemplo a ainda tentativamente discutida “solidariedade entre as gerações”, para justificar certas formas de proteção social e a escassez de obrigações do Estado para com os velhos.

A família tem sido espaço preferencial de pesquisa na tentativa de desvendamento das relações entre gerações. É particularmente útil para se analisar o envelhecimento, pelo sentido genealógico que essa dimensão expressa, espaço/tempo onde se repõem os papéis, hoje com ênfase nos avós; não mais apenas em sua tradicional relação afetiva e de cumplicidade com os netos, mas também de apoio à família inteira.

Ainda que Attias-Donfut (1988) lembre, com propriedade, que a essas posições genealógicas não corresponde, necessariamente, um critério de idade, no caso dos avós a imagem que povoa as relações familiares ainda é a dos mais avançados em anos, por isso mesmo mais capacitados para o exercício de “autoridade e afeto” (Lins de Barros, 1987) e prestação de ajudas, como se torna cada vez mais necessário, na atualidade. Tanto para tomarem conta e serem, elas, momentaneamente,

mães substitutas das crianças das suas filhas que, como mulheres das gerações mais jovens, trabalham (Tobio, 2001; Lins de Barros, 1987) como para complementarem - avós e avôs- o orçamento doméstico dos filhos desempregados ou precariamente empregados (Britto da Motta, 2001).

As idades podem ser vistas de um modo mais individualizado - a idade de cada um -, mas gerações têm sempre sentido eminentemente coletivo, além de referenciadas umas às outras. No âmbito, as idades e gerações constituem um par conceitual mutuamente referido e sujeito a contingências históricas e sociais. Lenoir (1998: 68) enfatiza: “[...] Não seria possível tratar a ‘idade’ dos indivíduos como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido, tanto mais que a fixação de uma idade é o produto de uma luta que envolve diferentes gerações”. Mais uma vez, Lenoir (1998: 69) enfatiza a importância de analisar essas lutas, simbólicas, frequentemente materializadas em ações, enfocando a velhice como inflexão de idade e campo de conflito: “É precisamente a determinação dessa idade [“velho”] momento em que as gerações mais jovens obrigam as gerações mais velhas a se retirarem das posições de poder a fim de vir ocupá-las, que constitui o pretexto das lutas entre as gerações”.

É importante lembrar, porém, que tanto as lutas diretas como o exercício do preconceito entre gerações se dão entre todos os grupos de idades e em várias direções, segundo os diferentes momentos históricos. Assim é que, em épocas anteriores, sabe-se, os mais velhos manipulavam datas e condições de realização de eventos, protelando o reconhecimento da condição de adultos dos filhos, inclusive o direito ao casamento e ao conseqüente acesso aos bens de família.

Na atualidade, em verdade, todas as lutas persistem - a fixação de idades legais, por exemplo, se exerce em ambas as direções: Seja a da maioria dos jovens, seja a da aposentadoria dos ‘velhos’, tornando claramente gerais, e visíveis, seus efeitos sobre essa luta entre as gerações. Ao mesmo tempo são fruto dela. Os vencedores são os adultos plenos - mas suas vitórias são datadas, também eles envelhecerão...

Mas é contra os velhos a luta geracional principal, hoje. Uma luta que também encerra nítidas *nuanças* de gênero e discriminações diferenciadas também segundo as ‘regras’ desenvolvidas nessa dimensão, enquanto muito do seu ímpeto principal é direcionado a uma classificação de ‘velhice’; da idade a partir da qual os indivíduos se tornam ‘velhos’, isto é “[...] ‘velhos demais’ para exercerem determinada atividade ou terem acesso, de forma legítima, a certas categorias de bens ou posições sociais” (Lenoir, 1998: 68).

Attias-Donfut (1988: 198) enfatiza a importância da estrutura e expressão geracionais na reprodução das sociedades:

“Rapports intergénérationnels et découpage des âges sont deux aspects d’un même système d’organisation sociale, l’un exprimant l’autre [...] Plus généralement, chaque étape de la vie exprime (et est donnée par) un certain état des relations intergénérationnelles. Les “crises” ou les périodes clefs [...]”

Analisa o confronto das gerações como um meio de sensibilização à história e condição de assimilação das experiências históricas, ponto de resolução do que seria um conflito do tipo sócio-cognitivo:

*“Chaque génération se produit sans se connaître et se définit par rapport aux autres dans une référence/ opposition permanente. **La conscience, la formation et la définition d’une génération se confondent avec son vieillir. La conscience de génération se constitue d’abord contre la précédente.**” (Attias-Donfut, 1988: 194. Grifo da autora)*

Exemplificando com o revezamento dos estilos na sequência da História, conclui: “La définition sociale ne s’opère qu’après coup, au milieu du parcours et à la faveur de la montée d’une nouvelle génération”. Essas situações e tipos de conflito, como referido, variam historicamente, segundo tempos e lugares. Alcançando, na sociedade contemporânea, padrões de singular peculiaridade.

As possibilidades de multiplicação de casos e modos variados de confrontos e de realização de atos de discriminação etária e geracional estão crescendo, ensejados pela própria estrutura da sociedade longeva atual e seu aumento do número de gerações em presença e, portanto,

em simultaneidade social que produz muitas e diferentes demandas, por vezes conflitantes. A contemporaneidade de quatro e até cinco gerações vem produzindo, em vários âmbitos, uma reconfiguração da estrutura geracional tradicional. Reconfiguração essa que se dá nos dois âmbitos fundamentais: No cotidiano, principalmente na estrutura da família, e em dimensão mais ampla, tanto nas relações diretas como nas prescrições que se dão no mundo do trabalho e da política.

Como venho discutindo, (Britto da Motta, 1998b, 2007) a família é cenário desdobrado, com novos personagens, novos papéis, inclusive superpostos e em vivência mais longa deles - avós atuais, não raro são também netos; multiplicam-se os bisnetos; gerações maduras e idosos “jovens” (já caracterizados como geração ‘pivô’ ou geração intermediária) cuidam de filhos e netos, mas também de pais mais velhos. As famílias se apresentam em diferentes modelos que nem sempre perduram - são nucleares, ampliadas, recompostas... tendo ao mesmo tempo que aprender, cada vez mais instantaneamente, novos modos de solidariedade, porque o mundo em torno cada vez se fecha mais em competições. Como já expressava Francis Godard (1993: 92)

“Notre monde est devenu un monde contractuel [...] D’où ce découpage des rapports entre les âges em société et en famille. Ici les rapports entre les âges perdent leur connotation familialiste, pour se redéfinir dans l’espace du marché et de la citoyenneté, c’est-à-dire dans un espace où le conflit se dégage fortement de ses connotations affectives pour se redéfinir dans l’espace du contrat entre individus libres.”

A família ainda é, portanto, o âmbito social onde têm oportunidade de interagir mais direta e claramente as várias gerações, e onde os velhos são vistos e tratados mais positivamente do que em outros grupos e instituições. Mais positivamente, com mais afeto, porém nem sempre de modo igualitário, como adultos plenos.

Por isso centro a análise nas relações entre as gerações na família, em suas nuances enquanto relações de poder, mas que são, ao mesmo tempo, de conteúdo densamente afetivo e, por isso mesmo, plenas de ambivalência e ambiguidade. A ambiguidade, sempre um entreato na vivência de relações de poder.

Por constituir-se neste cenário tão explícito das contradições humanas é tão difícil - repito sempre - pesquisar-se a família. Inclusive por se tratar do mais fundamental espaço de expressão do sentimento de intra-grupo para a maioria dos indivíduos e, portanto, de valorização etnocêntrica, ao mesmo autovalorização, e de intimidade relutantemente desvendada.

As pesquisas revelam que a família é ao mesmo tempo aquele espaço privilegiado de demonstração do exercício - ora velado, ora muito claro - de poder; e, sobretudo, de forte ambivalência - não fosse a família, como já em momentos anteriores enfatizei, um campo de afetos radicais: De grandes amores e desprendimentos; de ciúmes, de disputas e de ódios inconciliáveis (Britto da Motta, 1998b). Também por isso a pesquisa torna-se difícil, porque as contradições sentidas/vividas entre esses afetos polares podem não deixar claras as situações, até para aqueles que as vivem.

Ao mesmo tempo, um desejo de família, a persistência de um modelo familiar afetivo (ainda que social e historicamente construído), acompanha os indivíduos na modernidade contemporânea, século XXI a dentro. Lenoir (1998: 75) chega a mencionar “uma espécie de obsessão pela permanência do grupo doméstico”. Bourdieu (1997: 124) detém-se sobre esse “espírito de família”, lembrando a sua aparição histórica recente e sua própria e fascinante construção enquanto é enunciada nos estudos: “[...] Uma constelação de palavras - casa, unidade doméstica, ‘home’, ‘household’ - que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constróem a realidade social”.

Estabelecendo-se normas de ação ou atuação, modos “adequados” de viver em família, sentimentos “certos”, torna-se esta “[...] um princípio de construção ao mesmo tempo imanente aos indivíduos (enquanto coletivo incorporado) e transcendente em relação a eles, já que o reencontram sob a forma objetivada em todos os outros...” (Bourdieu, 1997: 128).

Apesar disto, ou talvez por isto, é difícil viver em família, repetidamente admite-se; e esta dificuldade cresce, assumindo contornos especiais, e pouco estudados, quando convivem,

principalmente na mesma casa, gerações adultas - particularmente quando pelo menos uma delas é de velhos.

Observando-se a trajetória dos grupos familiares, percebe-se que acompanhando o ciclo de vida das diferentes gerações há um tempo de troca da balança de poder na família como “natural” ou modelar. Isto se realiza, ou tenta realizar-se, em variadas dimensões ou aspectos, que vão da divisão e/ou direção do trabalho doméstico, à contribuição para o orçamento familiar ou seu controle, até a regulação de ações individuais, e a própria representação de chefias. Minhas pesquisas sobre o tema têm registrado essas alternativas e suas nuances.

Ao mesmo tempo cuidadosos e imbuídos de exagerada segurança, definem, frequente e, não raro impositivamente, os filhos adultos, às vezes também alguns netos, o que é “melhor” para os seus velhos: Dietas, gastos de pecúlios e pensões, roteiros e restrições ao sair de casa e impedimentos à realização de tarefas que definem como “esforço”. Tendem a torná-los literalmente *aposentados*, isto é, retidos em seus aposentos. Imobilizados por tantos cuidados. Estes têm respondido conforme conseguem - alguns com a aceitação conformista de que esse tipo de relação traduz amor; ou que, “é natural”, “sempre foi assim”; ou ainda, com revolta interiorizada, surda. Outros almejam ou planejam morar sozinhos, em um sonhado “sossego”, acompanhado, se possível, da sempre referida “intimidade à distância” - e conseguem. São geralmente os idosos “jovens”, que confiam nas suas condições de saúde. Essas pesquisas¹ têm propiciado a identificação de casos modelares, abundantes, de relações equivocadas. Exponho alguns, tendo como figura central os muito idosos, diretamente observados em família e ouvidos em entrevistas.

1 Projetos “Relações entre gerações: Pais e filhos idosos” (2002 a 2004) e “Relações de gênero e entre gerações: Pais, filhos e netos” (2005 a 2007). Ambos contaram com o apoio do Cnpq (Bolsa Pq), do Pibic e do Pibic/Fapesb (Bolsa Ic). Participaram do primeiro os estudantes: Zilmar Alverita da Silva, Fabiana de Santana Medeiros, Hugo Lessa Gama e, do segundo Carolina Santana de Souza e Jeane Rangel.

Sr. Cândido, 97 anos, e a esposa, D. Marta, 90 anos, moram com a filha de 73 anos, Zélia, viúva e aposentada, mas muito ativa, e uma bisneta de 17 anos, Anita. Seu modo de vida é ilustrativo de várias das situações contraditórias vividas pelos muito idosos e seus filhos não tão jovens.

Logo na primeira entrevista, Sr. Cândido declara, percebendo diferenças possíveis entre chefia de família e chefia do domicílio:

“O chefe da família sou eu; agora, quem está chefiando a casa é minha filha, mas o chefe da família sou eu, e graças a Deus e a Maria Santíssima que eu vivo muito bem. Tem essa filha... que é tudo pra mim.”

Em outro momento, tenta reexplicar a situação e superpõe ou troca as chefias, ao mesmo tempo em que revela um percurso material, que é também simbólico, do seu dinheiro, passando e retornando, de mão em mão, na família.

“É, agora, eu justamente sou o pai da casa. Eu sou o chefe da casa, mas quem manda é a filha, porque ela é quem toma conta de tudo. Eu recebo o dinheiro, esse tal de salário mínimo, chega aqui, dou a ela. É ela quem recebe, vem com o dinheiro lá da rua e quando chega aqui me entrega e eu torno a passar para ela, para ela passar para a mãe dela... Vivemos felizes, afinal de contas, né?”

Sobre suas atividades e as limitações a estas, relata:

“Já trabalhei muito, mas hoje [...] mesmo que eu queira trabalhar eu não posso, porque a minha força não dá mais para trabalhar. Às vezes eu quero fazer certas coisas dentro de casa, aí Zélia diz logo: “Meu pai deixa isso aí!” Pronto, acabou [...] Minha filha me diz: “Pai, vá se aquetar!” Ela diz: “Vá se deitar!” e eu aí fico por aqui, depois eu vou embora para o quarto, me deito, descanso, fico lá uma temporada, ela esquece até de mim; quando eu apareço, ela diz: “Oh, meu pai, chegou?” Eu digo: “Cheguei”. Eu estava dormindo porque ela mandou eu dormir. E assim eu vou vivendo até o dia que Deus quiser.”

Também a observação direta registra uma contradição cotidiana entre a satisfação de sentir-se cuidado e, ao mesmo tempo, tolhido por um excesso desses cuidados e de proteção, ou de regulações

“burocráticas”. Anotações no diário de campo fazem uma boa síntese dessa situação:

“Sr. Cândido, antigo funcionário municipal, é bastante forte e alegre. Está fisicamente bem mais conservado que a esposa (D. Marta, também por nós entrevistada), apesar de ser 7 anos mais velho que ela. É de média estatura e caminha perfeitamente bem. Apenas queixou-se de uma dor de cabeça, que sente desde muito jovem e que às vezes o incomoda muito. É muito inquieto e disse que sempre gostou muito de trabalhar. Apesar de afirmar constantemente que é muito feliz, às vezes parecia insatisfeito com a [...] situação de idoso que não pode mais nem pegar um objeto no chão que a filha pede para deixar que ela mesma pegue. Disse gostar de sair, mas desde que foi atropelado por uma moto [...] não teve mais a liberdade de ir à rua sozinho. Hoje tem como opção assistir à Tv e dormir. Sempre que sai é com a filha.”

Ao mesmo tempo, Sr. Cândido demonstra admiração pela filha, tanto pelo cuidado que tem com os pais como pelo fato de não ter tido outro homem depois de viúva, ainda jovem. Comportamento **feminino** muito valorizado em pessoas dessa geração.

Reencontro um interessante diferencial de gênero na situação de Sr. Cândido, como já tive ocasião de abordar (Britto da Motta, 2002). Os homens muito velhos mantêm uma espécie de *status* subjetivo - quase nunca admitem, pelo menos em entrevista, outra posição que não a de chefe de família, embora regulem muito pouco até da própria vida.

Às mulheres mais idosas, pouco ocorre a pretensão de chefia, que não faz parte de seus papéis tradicionais; ao mesmo tempo são mais reativas ao imobilismo posto sobre a idade avançada e ao controle ou superproteção dos filhos, na casa. Ajudadas pelo hábito ou necessidade, de toda uma vida, de realizar ou gerir tarefas domésticas, afinal, seu meio tradicional maior de expressão, continuam, com mais naturalidade, nelas, ou pelo menos em algumas, da sua predileção (como veremos adiante), embora não deixem de ser, também tolhidas de realizá-las.

D. Adélia, moradora de bairro “nobre”, é um desses casos, começa se apresentando, ativamente, na primeira entrevista, em 2002:

“Eu tenho 101 anos. Nasci no dia 9 de julho de 1901 [...] 101 anos. Acho que essa idade está errada! [Ri] Graças a Deus, com essa idade eu não tenho preguiça de trabalhar - só não

gosto de varrer casa; agora, lavar prato, fazer comida, um bife, um escaldado de galinha [...] [ri novamente].”

Viúva, sem filhos, morou sozinha até os 97 anos, em cidade do Recôncavo. Depois de um assalto em sua casa, está com um sobrinho que criou, de 74 anos, e a presença frequente de uma sobrinha de 84 anos, que esteve presente à entrevista e ficava tentando informar “melhor”. Fala bem deles e comenta:

“Eles me fazem como menina. Quando eles querem me levar [para passear] eu vou. Gosto de ir ver meu [outro] sobrinho de Lauro de Freitas. É um condomínio muito bonito. Graças a Deus eu sou uma velha muito querida... dos meus. Não chego para quem quer.”

Apesar da origem de classe, D. Adélia constitui um dos numerosos exemplos da desvalia a que podem chegar alguns idosos, principalmente mulheres (geração de escassa participação no mercado de trabalho), com seus parcos proventos ou pensões, se não contarem com o apoio da família. Apesar de estarem, ao mesmo tempo, dividindo esse “meu pouco”, crescentemente, com a família (Britto da Motta, 1998b; Medeiros, 1998); muitos têm de que se queixar:

“A aposentadoria é tão pouca que se não tivesse meus sobrinhos para me ajudar, não dava...”

Relata, repetidamente, atividades que realiza; às vezes, também como estas não são bem aceitas na família. Mas persiste:

“Estou costurando uma toalha para aquela mesa [aponta]. Eu quero fazer comida para eles e eles não deixam. Eu virei menina, minha filha!”

Adiante, comenta que cozinha porque gosta, e só gosta de comida feita por ela própria. Além de que:

“Eu nunca fico sem fazer nada. O dia todo eu tenho o que fazer. Faço croché e flores. É minha profissão [ri].”

Levanta-se várias vezes para pegar e mostrar trabalhos de costura feitos por ela, com desenvoltura e sempre sorridente. Relata que sai para visitar um outro sobrinho, que mora próximo à sua casa e que sobe e desce a escada sozinha. Ao longo da entrevista recitou poesias que fez em vários momentos da vida, e com uma delas encerrou a conversa.

D. Guiomar é também dinâmica, além de representar, ao mesmo tempo, o protótipo da matriarca de vasta descendência, esse modelo novo e cada vez mais frequente, de família longeva contemporânea. Tem seis filhos, vinte e seis netos, quarenta e dois bisnetos e oito trinnetos. Comemora:

“De vez em quando a Jacira vem me buscar para tirar retratos; eu sou muito querida, graças a Deus [...] Não preciso estar na casa de nenhum, eu fico aqui no meu cantinho, mas sou muito querida. No mês de janeiro, no meu aniversário, todos estão aqui em casa; eu não convido, eles já sabem que podem vir comer o meu feijão. Agora estão inventando que quando eu fizer 100 anos vão fazer uma festa...”

Tinha 98 anos quando da primeira entrevista (em 2002) e continua acompanhada, através de sucessivos projetos por mim desenvolvidos, até os seus atuais 106 anos, festejados em janeiro último². Viveu condição atípica para as mulheres da sua geração: Fez ginásio completo, separou-se cedo do marido alcoólatra que “fazia e acontecia”, foi funcionária pública dedicada até mais de 70 anos de idade, quando foi tangida pela aposentadoria compulsória. Ainda lamenta ter parado. Mas, em casa, continua:

“Não fico parada, não. Eu ainda trabalho... Eu já fiz muito nesta casa, de pintar janela, passar... Há uns três anos foi que eu deixei mais... Mas continuo fazendo algumas coisas [...] Tem pouco tempo que eu deixei de cozinhar; é a minha outra aposentadoria; terminou aqui, cozinha não é mais comigo [...] Não é que eu

2 Projeto “Personagens geracionais na família contemporânea: Centenários e pivôs” (em andamento); com bolsas Pq e Pibic/Fapesb, e a participação das estudantes Clarissa Paranhos Guedes, Elaine de Carvalho Lima, Liv Lobo e Iracema Sousa de Medeiros Costa.

não saiba, não, viu? [sorri] É porque eu não quero. Eu gosto é de lavar umas roupinhas...”

Fala com orgulho da casa onde mora, que construiu sozinha e de onde não quer se mudar. Moram com ela uma filha e, no andar de cima, uma neta com o marido e filho. Sai pouco, e agora acompanhada, “por causa das minhas vistas”, e a conselho da filha, que cita: “Mãe, a rua está muito violenta, é cheia desses pivetes...”

A filha estava presente no momento da primeira entrevista, mas não tentou interferir, como é relativamente comum em entrevistas com idosos. Ao contrário, logo saiu, afirmando que a mãe tinha condições de responder às perguntas sozinha, porque “ela sabe de tudo” e, inclusive, quando tem que ir ao médico é quem informa a data. Entretanto, e contraditoriamente, quando do contato inicial, por telefone, para a marcação da entrevista, fez-se passar pela mãe, e marcou data, sem consultá-la, o que só foi perceber-se durante a primeira visita, o que desagradou à velha senhora. Ao final, enquanto o bisneto brincava, barulhentosamente, na sala, D. Guiomar, sempre viva e curiosa, “entrevistou” a entrevistadora.

D. Guiomar é uma das idosas que continuamos, ao longo destes anos, visitando regularmente e participando de eventos de família, especialmente seus aniversários. Nestes oito anos, seu vigor já não é o mesmo: Entristecida pelos golpes da morte de um filho e doença incapacitante de uma filha, dolorosa presença cotidiana, já não tem a velha alegria e animação. Mas continua uma pessoa admirável, lúcida em seu dia a dia, e um excepcional exemplo de dona de seu ritmo existencial.

D. Marta, esposa de Sr. Cândido, é ao contrário, exemplo de esposa dócil e acomodada. Representa, com um toque de humor, as cenas costumeiras de ambivalência de posições e poderes entre as gerações, na família.

90 anos, escolaridade “até o 2º ano”, casada há 75 anos. Sobre sua posição na família, responde: “Eu sou dona de casa, não é?” E sobre quem tem a chefia da família: “É minha filha, e depois dela é o meu marido.” O marido, presente, interrompe: “O chefe da família sou eu,

mas hoje é ela”, e aponta para a filha, também sentada na sala durante a entrevista. D. Marta retoma: “É ela, mas, olhe, primeiro sou eu, viu?” (Todos riem bastante).

Falando sobre seus projetos de vida, resume-os ao círculo da família, em direção dupla:

“O que eu desejei foi cuidar da minha filha. Graças a Deus, ela agora está me cuidando [ri]. Ela agora está me “criando”; meus netos, tudo já casado, tudo isso. O que é que eu quero mais...? [E adiante] Agora tudo é [com] ela, porque agora eu não posso mais nada, porque agora ando com a bengala...”

Comentando sua maneira de ser, ilustra padrões nada raros:

*“Eu sou muito conformada, graças a Deus. Eu acho que é por isso que eu cheguei à idade que estou chegando, à idade boa; porque eu não me desespero por nada, **eu fico calada por tudo**. Deus me ajudou que tudo está correndo bem, as coisas estão melhorando...”*

Muitas outras disputas veladas, renúncias e aquiescências relutantes são percebidas, ou diretamente postas, de forma séria ou tentativamente brincalhona, por outros personagens na pesquisa. Exemplos:

Eu me considero a chefe da família, mas hoje quem comanda tudo é minha filha Leonor. (Vúva, 77 anos)
O chefe da família hoje, é meu filho Carlos, mas eu sou a matriarca da família (D. Judite, 93 anos, viúva) mais adiante:
Hoje não gostaria de morar sozinha, já estou muito velha para isso, mas sempre gostei de ter minha casa - sinto muita falta disso!

D. Alcina, 101 anos, depois de declarar “o chefe da família é minha filha”, arremata, adiante: “Aqui em casa **somos iguais. O que ela quer, eu aceito.**”

Entre esses acordos, reais ou aparentes, na convivência entre os muito idosos e sua família (principalmente seus filhos(as) maduros ou idosos “jovens”), reencontro o que denominei de “aninhamento” dos mais velhos (Britto da Motta, 2002), de referência a esse aquietar-se doméstico mais ou menos resignado, onde é preservada, quase

sempre ilusoriamente, uma sensação ou certeza de manter-se ainda em um lugar central na família - pelo menos afetivamente. São os “muito queridos”, as “matriarcas”, os que imaginam “o choque que será quando eu desaparecer”. A exemplo, aqui próximo, de D. Marta e D. Judite. Aquiescência ou resignação que são efeitos do mencionado protecionismo imobilizador dos filhos, que se exerce sobre esses “viajantes no tempo” (Mead, 1970), quase sempre já um tanto cansados e aquietados pelos descaminhos da vida e o próprio desgaste e limitações do corpo velho. Protecionismo da família, que se instala segundo diferentes motivações. Para alguns, fruto de pura afetividade, mas que pode estender-se em cuidados exagerados e, portanto, ao final, cerceadores. Para outros, torna-se possibilidade de exploração dos recursos dos velhos, principalmente quando mulheres e viúvas. Morar juntos, “cuidar”, ou “preocupar-se com a saúde e segurança” dos pais ou avós significando, com alguma frequência, posse real da casa, ou seu “governo” orçamentário e o controle da aposentadoria ou pensão dos idosos. Peixoto (1997: 150) também encontrou esse tipo de situação de modo nítido em relação ao uso da casa, estendido em ingerência sobre a vida privada e a própria movimentação das idosas:

“[...] são os filhos quem decide sobre o destino da mãe, principalmente quando ela é proprietária do imóvel onde mora. Das duas uma: Ou ela vai morar em casa do filho(a), liberando o imóvel para venda ou aluguel e os filhos se beneficiam do produto da negociação, ou um dos filhos vem morar com ela, deixando de pagar aluguel.”

Evidentemente, há os velhos que são realmente independentes e se mantêm assim pelo menos até uma idade razoavelmente avançada, como a citada D. Guiomar, 106 anos, D. Maria Altina, 84 anos, e D. Vitelvina, 80 anos, todas viúvas e com filhos que respeitam os limites postos por elas. D. Vitelvina tem 6 filhos, mas mora só. Além de declarar, com segurança, “Eu sou a chefe da minha família. Sou eu mesma que sustento a casa”, conta que os filhos estão sempre dispostos a ajudar, como ela também ajuda a todos, se precisarem, mas que é raro ela pedir algo.

“Adoro morar sozinha. Acho que já não conseguiria mais dividir a minha casa com mais ninguém; gosto assim.”

Conta que foi muito feliz no casamento, mas agora se acostumou a viver sozinha. Encerra: “E hoje gosto muito”.

D. Maria Altina tem 7 filhos, 23 netos e 25 bisnetos. Conta:

“[...] senti muita falta dele, como sinto até hoje, era meu companheiro; agora vivo só, os filhos todos casados [...] Eu que governo minha semana, eu que governo minha vida, resolvo meus problemas, sou eu, não dependo de filho nenhum, graças a Deus. Agora, porque não posso sair, peço a um para fazer as compras para mim, mas com os meus recursos próprios, e não ocupo nenhum deles. [continua] Na minha casa eu recebo quem eu quero, como quero e quando quero. Vivo às minhas custas. Nada de morar em casa de filho; só se for castigo. Eu digo, se não der, vou morar num abrigo [...] Enquanto eu estiver me mexendo...”

A realidade é que dificilmente se dá um tratamento adequado ao idoso - e isto, evidentemente, porque **não se vê** o idoso, **se supõe** o idoso, em uma fragilidade, insuficiência cognitiva ou “ranzinze” que ele não apresenta obrigatoriamente. Assim é que tratar com carinho ou cuidado é frequentemente exagerado, redundando em infantilização - “meu velhinho”, “minha lindinha”, “meus jovens”. Ao mesmo tempo a família toma decisões para o bem dele, é o argumento, porém frequentemente sem consultá-lo. Com boa intenção, ainda que equivocados, admite-se. Mas também com as piores intenções, como recente produção sobre violência doméstica sobre idosos começa a demonstrar (Debert e Gregori, 2008; Faleiros, 2009; Britto da Motta, 2009).

Quais as respostas dos idosos?

As respostas coletivas, dos grupos, já alcançaram o terreno político, seja pela atuação direta de movimentos dos aposentados, seja por uma incipiente identidade coletiva de geração desenvolvendo-se em alguns grupos de “terceira idade”. Mas ainda não são majoritárias (Britto da Motta, 2001).

As respostas individuais variam segundo o grupo de idade (“jovens” ou “mais velhos”), o gênero, a situação de classe e a subjetividade possível de cada um. Como venho expressando ao longo deste texto, vão da ilusão do amor e atenção, à adesão tranquila a um afeto real e cuidadoso; do conformismo à revolta e até à criatividade estética. Das mais interessantes e tocantes é a de D. Adélia, 101 anos. Vivaz, inteligente, em um momento de saudade da sua terra e do “seu” rio da vizinhança, sendo uma daquelas cuja “família se reuniu e deliberou “trazê-la para Salvador. (conforme a entrevista), contemplando um outro rio, compôs:

*Saudade porque me maltrata tanto
Dando-me tanta tristeza e
Enchendo os meus olhos de pranto?
Foge de mim para bem longe
Quero sorrir novamente
Tire de mim estas lágrimas
Para aumentar as águas
De um triste rio corrente*

Referências bibliográficas

- Ariès, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Attias-Donfut, Claudine. Conscience de génération et genèse de l’historicité. In: _____. *Sociologie des Générations: l’empreinte du temps*. Paris: Puf, 1988, p. 187-206.
- Azevedo, Eulália Lima. *Aposentados em movimento: Tensões e convergências com o movimento sindical*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- _____. *Um palco de múltiplas vozes: A nova invenção dos(as) idosos(as) em luta pela cidadania*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

- Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Belo, Isolda. Velhice: Anatomia política dos discursos dominantes. In: _____. *Lacunas do óbvio: Conteúdo sócio-político do processo de envelhecimento e da institucionalização do idoso*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.
- Bourdieu, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Esboço de uma Teoria da Prática. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- _____. Razões práticas. São Paulo: Papyrus, 1997.
- Britto da Motta, Alda. Terceira Idade: Gênero, classe social e moda teórica. In: Costa, Ana Alice; Alves, Ivya. (Org.). *Ritos, Mitos e Fatos (Mulher e Gênero na Bahia)*. Salvador: Neim/Ufba, 1997, v. 8, p. 108-125. (Coleção Bahianas - v.1)
- _____. Chegando pra idade. In: Lins de Barros, Myriam Moraes (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998a. p. 223-235.
- _____. Reinventando fases: A família do idoso. In: _____. (Coord.). Dossiê: Gênero e Família. *Caderno Crh*, Salvador, n. 29, p. 69-88, jul./dez. 1998b.
- _____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.
- _____. Idosos na sociedade brasileira no limiar do século XXI. In: Gico, Vânia; Spinelli, Antônio; Vicente, Pedro (Org.). *As Ciências Sociais - Desafios do milênio*, Natal, Edufrn-Ppgcs, v. 1, p. 620-633, 2001.
- _____. Viúvas alegres: Uma nova/velha geração. In: Costa, Ana Alice Alcântara; Sardenberg, Maria Cecília Bacellar (Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador, Redor/Neim, v. 8, p. 263-276, 2002.
- _____. Teoria de Gerações na perspectiva de gênero. In: Cruz, Maria Helena Santana; Alves, Amy Adelina (Org.). *Feminismo*,

- Desenvolvimento e Direitos Humanos. Aracaju: Ufse, p. 131-139, 2005.
- _____. Família e gerações: Atuação dos idosos hoje. In: Borges, Ângela; Castro, Mary Garcia (Org.). *Família, gênero e gerações - desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- _____. Violência contra as mulheres idosas- questão feminista ou questão de gênero? In: Congresso da Associação de Estudos Latinos-Americanos - Lasa, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Lasa, 2009.
- Debert, Guita Grin; Gregori, Maria Filomena. Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, jan. 2008.
- Durkheim, Émile. *O suicídio*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- Faleiros. Violência contra a pessoa idosa no Brasil. In: Lima, Fausto Rodrigues; Santos, Claudiene (Org.). *Violência doméstica (vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar)*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. p. 231-242.
- Godard, Francis. Le conflit de générations. *Informations Sociales*, n. 30, p. 86-92, 1993.
- Hazan, Hahim. *Old age: Constructions and deconstructions*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.
- Lenoir, Remi. L'invention du troisième age: Constitution du champ des agents de gestion de la veillesse. *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Paris, n. 26, 1979.
- _____. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick et al (Org.). *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.59-106.
- Lins de Barros, Myriam M. *Autoridade e afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- Mannheim, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res, [19--]. p. 115-176.(Edição Original: 1928)

- Mead, Margaret. *Culture and commitment: A study of the generation gap*. New York: The American Museum of Natural History Press/Doubleday & Company Inc., 1970.
- Medeiros, Marcelo. A importância dos rendimentos dos idosos nos rendimentos das famílias. In: Camarano, Ana Amélia (Ed.). *Como vai? População brasileira*. Brasília: Ipea/Ibge, 1998. (Ano III, n. 3)
- Peixoto, Clarice. Histórias de mais de 60 anos. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Ifcs/Ufrj, v. 5, n. 1, 1997.
- Seeger, Antony. Os velhos nas sociedades tribais. In: _____. *Os índios e nós: Estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 61-79.
- Simões, Júlio. A maior categoria do país: O aposentado como ator político. In: Lins de Barros, Myriam (Org.). *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 13-34.
- _____. Entre o lobby e as ruas. Movimento de aposentados e politização da aposentadoria. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- Tobio, Constanza. La solidarité intergénérationnelle en Eapagne. In: Attias-Donfut, Claudine; Tripier, Pierre (Org.). *Viellir jeunes, actives et disponibles? Cahiers du Genre*, Paris, n. 31, p.167-184, 2001.

Do corpo à *alma*: O disciplinamento da velhice

Isolda Belo | Fundaj

Introdução

A velhice mudou. As pessoas idosas mudaram. Tanto no Brasil como em grande parte dos países ocidentais. O envelhecimento demográfico mundial, a pressão por novas demandas deste coletivo, o aumento da longevidade humana e a mobilização deste grupo social promoveram uma preocupação predominantemente alarmista, em torno do equilíbrio nas contas públicas para lidar com o aumento da população idosa. Esses fatores deram visibilidade à temática da velhice. São incrementados substancialmente os estudos científicos, são criadas novas áreas de conhecimento (tais como a Gerontologia) e, como decorrência, também novas profissões. São fomentadas políticas públicas destinadas a esse coletivo (no Brasil, o marco dessa mudança é a Política Nacional do Idoso, em 1994), e a iniciativa privada descobre mais um segmento de mercado (Camarano, 2004). No entanto, qual a efetiva mudança no conceito e nos enfoques sobre a velhice? Quais as atuais tendências nas práticas sociais relativas às pessoas idosas? De que maneira se entende a transformação do modelo de velhice, enquanto sinônimo de doença e decadência, para o de velhice produtiva - *melhor idade*? Quais as transformações ocorridas para a compreensão das diferenças entre o processo de envelhecimento na mulher e no homem?

Neste capítulo, embora de forma sucinta, apresenta-se a ideia de que os novos conceitos ou discursos produzidos sobre a velhice, continuam construindo modelos de comportamento para a pessoa idosa, estruturados a partir da biologização e homogeneização da velhice, tradicionalmente responsáveis, pela criação de formas não

inclusivas de viver esta fase da vida. Assim, continua-se construindo a *alma* da pessoa idosa através de discursos baseados no corpo. Continua-se a ignorar as diferenças internas deste coletivo em torno de gênero, classe social, raça, estado de saúde, situação familiar e outros elementos fundamentais para entender *as velhices* (Belo e Santos, 2000), e promover efetivas ações destinadas ao coletivo idoso. Por mais que se reconheça o processo de feminização da velhice, caracterizado pela predominância quantitativa da mulher na população idosa e das profundas diferenças entre sua velhice e a do homem, muito pouco se tem avançado neste sentido (Britto da Motta, 2007), quando da realização dos estudos e efetivação dos programas governamentais destinados a este grupo social.

Neste artigo, fundamentalmente baseado em estudos anteriores da autora, procura-se demonstrar a atualidade das análises realizadas por pesquisadores críticos (entre eles, Haddad, 1986; Peixoto, 1998; San Román, 1989; Britto da Motta, 1999; Debert, 1999; Lopes, 2000), que relutavam (e relutam) em desnaturalizar os conceitos e teorias elaboradas sobre a velhice. Apesar das inversões nas imagens e conceitos hegemonicamente difundidos e dos novos espaços conquistados pela pessoa idosa, continua o investimento - através dos elementos biológicos - para a normatização de uma velhice plenamente uniformizada. A reconstrução do corpo da pessoa idosa, realizado por grande parte dos estudos científicos, proporciona também a reestruturação de sua *alma*. Na concepção de Foucault:

“O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissolução do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia (...) está portanto no ponto de articulação do corpo com a história.” (Machado, 1979: 22)

E conclui sobre a realidade da *alma* como uma produção sócio-histórica-cultural:

“Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em

torno, na superfície(...) Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma 'alma' o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.” (Foucault, 1996a: 31-32)

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é realizar um caminho percorrido pelos questionamentos feitos ao conhecimento produzido sobre a velhice, a partir da década de 60, apontando para a sua atualidade, quando da análise dos novos discursos hegemônicos.

Questionamentos iniciais¹

Em *Velhice: Anatomia política dos discursos dominantes*, Belo (1996: 40), objetivou *contribuir para desvendar as lacunas existentes no pensamento dominante, que justifica o banimento da pessoa idosa, através única e exclusivamente de fatores biológicos*. Tratava-se da fase inicial de seu questionamento em torno do caráter legitimador presente nos discursos sobre a velhice produzidos pela ciência e amplamente difundidos pelo senso comum. Na argumentação, afirma que *a morte social antecede à morte física*, através da negação da cidadania, embasada em uma lógica, que atribuía às

¹ Grande parte das reflexões apresentadas nesta seção são as ideias, por vezes literalmente transcritas, do texto citado.

limitações físicas, a origem de todas as fronteiras impostas à pessoa idosa. O pensamento dominante transformava o natural desgaste biológico humano, em responsável único, por todas as perdas que se efetivavam neste período tendo, por consequência, o encaminhamento de soluções para a problemática, através de medidas apelativas à sociedade pelo respeito e amor aos *sens velhinbos*, ou, na criação de instituições asilares, aparentemente tidas como de apoio a esse coletivo. Desta forma, a segregação da pessoa idosa decorria de um fator natural, imutável, residente no próprio corpo e na forma como este foi cuidado no transcorrer da vida, gerando uma associação imediata entre velhice e corpo doente: Pensar em velho, remetia à imagem de um ser decadente e incapacitado.

Para fundamentar esta posição, uma análise da bibliografia e da teoria produzida entre as décadas de 60 e 90, reforçou a ideia do domínio de uma visão biologizante e estigmatizada sobre a velhice, considerada um fenômeno estático, não processual, como se este não fosse um período de vida decorrente de um processo, mas sim, algo oposto ao período da juventude e maturidade, de maneira inteiramente nova, diferenciada. Nesta perspectiva, constatava-se a perda da identidade, deixando de se conceber a história de vida profissional ou familiar daqueles que ultrapassavam os sessenta anos de idade, transformando-os unicamente na categoria *velho*. Havia, em síntese, apenas duas formas fundamentais de lidar com o envelhecimento. De um lado, a imagem da velhice associada à infantilidade, respaldando um tipo de relação social impregnada pelo paternalismo, gerador do distanciamento da pessoa idosa no que diz respeito à tomada de decisões. Por outro, o apelo para o reconhecimento do valor existente na experiência de vida das pessoas idosas. Os dois extremos se encontram: O *velho caduco*, ultrapassado e inútil é o mesmo *voró* que merece o respeito (excludente) de todos. Também era comum a tentativa de negação da velhice, associando-a a um estado de espírito: A pessoa idosa, ao ter reconhecido socialmente o seu desempenho positivo, associava-se sua imagem automaticamente a do jovem: *Velho com espírito jovem*. Com base na concepção dominante naquele período,

não era possível ser uma pessoa idosa e produtiva ao mesmo tempo. Daí a relação inversa: Se ela está incluída socialmente e produzindo, se aceita a produção, omite-se a velhice. Somente a juventude podia ser apresentada como sinônimo de vitalidade e produtividade.

O pensamento hegemônico sobre a velhice contribuiu, no período em análise, para que se alterassem as práticas sociais, sendo a pessoa idosa afastada dos canais decisórios, tendo que ser aquela pessoa que participa do *hoje*, apenas no que diz respeito a pequenas tarefas que lhe são concedidas. Como consequência, produzia-se uma sutil rejeição de sua participação na sociedade, mascarada por conceitos que sublimavam esta rejeição. A pessoa idosa já não deveria realizar certas atividades ou tomar determinadas decisões *para ser poupado, para evitar que se canse muito*, e tantas outras justificativas, que omitiam a imposição de seu distanciamento dos processos de poder. Ainda sob esta perspectiva, a relação do mundo das pessoas jovens com as idosas (e entre as próprias pessoas idosas), era paradoxal: Ao mesmo tempo em que as rápidas mudanças culturais e tecnológicas exigiam constantes atualizações, se impunha ao coletivo idoso, um alheamento do presente, ou seja, qualquer reciclagem ficava tolhida pela segregação imposta. Este isolamento se refletia, em sua forma mais extrema, no processo crescente de institucionalização da pessoa idosa em regime de internamento, quando da ruptura, quase por completa, de todas as relações e práticas anteriores, substituídas por uma vida em coletividade, sem autonomia.

Nessa linha de raciocínio, tanto os discursos que expressavam o senso comum como grande parte da bibliografia científica, pareciam considerar a patologia física como único critério para enquadramento de uma pessoa na categoria *velho*. Sob essa ótica, a pessoa que se apresentava organicamente saudável tinha sobre si, a responsabilidade de destituir-se desta classificação, tornando-se produtivo, autônomo, enfim, *jovem*.

Os discursos predominantes nesse período, promoveram a apologia à juventude, em detrimento de uma reflexão mais aprofundada sobre a problemática do coletivo idoso, restringindo-a aos elementos biológicos

e trazendo, como consequência, o postulado de que o processo de perda de poder que ocorre nessa faixa etária, decorre exclusivamente da diminuição da capacidade física. Da associação imediata entre doença no idoso e essas perdas sofridas, emerge a justificativa, majoritariamente aceita, de que a situação de banimento da pessoa idosa se dava, exclusivamente, em face do desgaste biológico. Tal percepção levou a aceitação, com uma naturalidade desprovida de crítica, os reduzidos investimentos em setores específicos - voltados para a problemática da velhice -, bem como do caráter de imutabilidade de que se revestia o perfil do coletivo idoso.

Haddad (1986), realizando uma análise dos discursos difundidos pelos gerontólogos e geriatrias nas décadas mencionadas, identifica uma produção científica que defende interesses classistas, pois identifica a causalidade da problemática da velhice exclusivamente nos fatores biológicos, e sua superação, através de medidas sociais paliativas. Diz a autora:

“A gerontologia e a geriatria, apropriadoras dos segredos da velhice, com seu corpo sistematizado de representações e de normas objetivam ensinar os homens a conhecer a velhice e agir de conformidade com as suas prescrições. Buscam a reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos (...) O primeiro tem por eixo a difusão dos preceitos médicos (...) O segundo poderá agrupar, sob a etiqueta de ‘economia social’, todas as formas de direção da vida dos velhos com o objetivo de diminuir o custo social de sua manutenção (...) se propõem a exercer o monopólio da velhice, lutando pela saúde do corpo capitalista, defendendo a ideologia capitalista do homem sadio, do homem produtivo.” (Haddad, 1986: 53)

Dentro desta perspectiva, os saberes produzidos sobre a velhice permitiram que as perdas impostas à pessoa idosa, se apresentassem como consequências inevitáveis do processo de vida, enfraquecendo, assim, possíveis ações reivindicatórias deste coletivo ou de outros setores sociais em sua defesa. Nesse contexto, os discursos específicos exerceram uma função política indispensável, pois ao mesmo tempo em que justificavam o afastamento das pessoas economicamente inúteis ao sistema naquele momento do processo de industrialização, refrearam o questionamento acerca da segregação da pessoa idosa. O biológico

refletido no político, fazendo com que as leis da fisiologia, fossem articuladas com o campo do saber e da intervenção do poder (Foucault, 1996). A visibilidade dessa articulação pode ser observada através das primeiras teorias sociais formuladas para explicar o envelhecimento.

Teorias protagonistas da segregação da pessoa idosa

Os estudos mais sistemáticos sobre o envelhecimento, tem início após a Segunda Guerra Mundial, principalmente, a partir da década de 60, através da construção das principais teorias sobre a velhice, que se tornaram dominantes para a efetivação das políticas públicas destinadas às pessoas com mais de sessenta ou sessenta e cinco anos de idade. Dentre elas, a *Teoria da Desvinculação ou Desengajamento* (Cumming e Henry, 1961) e a *Teoria da Atividade* (Havighurst, 1961; Neugarten, 1968)² que, apesar de aparentemente defenderem propostas antagônicas, produzem efeitos similares substanciados na exclusão social do coletivo idoso. Na primeira, os autores defendem a ideia que de há uma tendência natural de afastamento recíproco entre a pessoa que envelhece e a sociedade. Esse processo é, segundo os teóricos da *Desvinculação*, universal, gradual constituindo-se uma tendência normal derivada dos ritmos biológicos (Bazo, 1999). Esse afastamento realiza-se de maneira satisfatória e pressupõe, por um lado, que as pessoas idosas se preparam para este retiro, considerando-o como a oportunidade de liberação de suas responsabilidades e demandas sociais. Por outro lado, a sociedade também aceita esse gradual afastamento, como uma evolução natural que permite a renovação das posições anteriormente por elas ocupadas. O isolamento, portanto, apresenta-se como alternativa desejável em nível individual e macro-

2 Para aprofundamento das teorias sociais sobre o envelhecimento, consultar, entre outros: Mishara, B.; Riedes, R. *El proceso de envejecimiento*. Madrid: Morata, 1986; e Siqueira, Maria Eliane Catunda. Teorias sociológicas sobre o envelhecimento. In: Neri, Anita Liberalesso. *Desenvolvimento e envelhecimento*. São Paulo: Papirus, 1999.

social. Nessa abordagem, a ruptura com o contexto social é uma expectativa e um desejo vividos reciprocamente entre a sociedade e aqueles vão envelhecendo.

A *Teoria da Atividade* pretende ter uma postura oposta à *Teoria da Desvinculação*: A velhice satisfatória só é possível através do permanente desenvolvimento de atividades. A ideia básica defendida é a de que a satisfação pessoal está intrinsecamente relacionada com a intensidade da realização de ações no cotidiano da pessoa idosa. Um nível de atividade elevada corresponde a um moral elevado. Essa teoria argumenta que a privação de suas funções ou papéis sociais, leva a pessoa idosa a um estado de anomia, ou seja, de ausência de normas que conduz a perda das referências de suas relações sociais. Para que isto não ocorra, é necessária a definição de novos papéis que substituam os anteriores de forma a permitir um rearranjo de suas posições nas estruturas da sociedade. Ao contrário da *Teoria da Desvinculação*, os autores defendem que a identidade ou a auto-imagem da pessoa idosa se estabelece a partir dos vínculos sociais. Nessa perspectiva, se reconhece que o envelhecimento traz perdas significativas decorrentes de diferentes situações, tais como: Viuvez, saída dos filhos de casa, afastamento do trabalho ou da ocupação anterior, entre outros. Por conseguinte, para manutenção da auto-estima, torna-se necessário a substituição das atividades anteriores por outras de importância similar.

Os dois modelos teóricos apresentados, que serviram de base para as políticas sociais desenvolvidas por aproximadamente três décadas, tanto no Brasil como nos demais países engendrados no aprofundamento do capitalismo, atenderam às exigências de uma dinâmica econômica existente naquele período. A *Teoria da Desvinculação* contribuiu em dois níveis: No micro-social, tornou menos conflituosa a experiência de isolamento vivida por uma parte significativa do coletivo idoso, na medida em que o desengajamento (e a institucionalização) é assimilado como um processo natural e desejável para a pessoa idosa. No nível macro-social, também atende à necessidade da modernização em curso nas sociedades, capitaneada pela revolução tecnológica, que se acelera a partir dos anos 60 e 70 na Europa e nos

Estados Unidos e, posteriormente, na América Latina. O crescimento do desemprego, característico deste momento, influenciou o início de um processo de discriminação por razão de idade das pessoas do mundo do trabalho. Foram estimuladas as aposentadorias antecipadas e, muitos trabalhadores, o faziam antes mesmo de completar 65 anos (Guillemard, 1993: 39). Estudos realizados demonstram que as taxas de emprego masculinas do grupo de idade de 55 a 64 anos, diminuíram entre 1970 e 1988 em todo o mundo desenvolvido (Sennet, 2000: 98). Neste momento, são também reforçados os discursos que enaltecem a juventude em paralelo à desvalorização das pessoas idosas, consideradas não aptas para o trabalho (Sennet, 2000: 98; Bazo, 2001: 36). Dessa forma, a *Teoria da Desvinculação*, contribuiu fortemente para alimentar o estereótipo negativo e a Discriminação por idade no mundo do trabalho dando legitimidade à consequente exclusão e isolamento das pessoas idosas. A *Teoria da Atividade*, apesar de partir de uma concepção oposta, também reforçou o afastamento deste grupo social da dinâmica central de uma sociedade baseada na valorização do trabalho remunerado. As *atividades*, ou novos papéis, atribuídos ao coletivo idoso se restringiam a espaços periféricos e estruturas criadas especialmente para o grupo dessa faixa etária. As políticas públicas (e as iniciativas privadas) investem na criação de espaços especialmente destinados às pessoas idosas, para a realização de atividades de lazer ou de trabalhos manuais.

Seguindo, portanto, a mesma lógica, as duas teorias, mesmo apresentando concepções diferentes, convergem nos efeitos produzidos: Exclusão social da pessoa idosa. Além disso, caracterizam-se pelas propostas universalistas para um grupo de população marcadamente heterogêneo desconsiderando a diversidade relativa ao poder econômico, nível de escolaridade, gênero, faixa etária, experiência e estilos de vida, entre outros. São correntes teóricas, que adotam uma perspectiva de equilíbrio do sistema social através da adaptação dos indivíduos às suas respectivas funções (ou novas atribuições) sociais. Contribuem, por tanto, para definir o papel adequado a ser exercido pela pessoa idosa de forma a contribuir para o desenvolvimento das

estruturas dominantes neste período histórico. Reforçam, portanto, a ideia de que a formação das atitudes coletivas não depende da validade do conhecimento, mas das necessidades específicas de um momento histórico determinado (Foucault, 1996: 64).

Essas teorias exercem hegemonia exatamente numa dinâmica econômica que prescinde da mão de obra de pessoas de mais idade, como consequência, principalmente, do desemprego e da renovação tecnológica. Nessa perspectiva, também se incluem outros modelos explicativos, tal como a *Teoria da Modernização* (Cowgill, 1972). Nessa abordagem, se estabelece uma relação entre a diminuição do *status* da pessoa idosa e o avanço das sociedades industrializadas. Afirmam que as mudanças tecnológicas, educacionais, sanitárias, bem como a urbanização, levam à diminuição do poder deste grupo de população. A síntese desta teoria tem por base os seguintes pressupostos: [a] O *status* da pessoa idosa é mais alto nas sociedades primitivas, sendo baixo e mais ambíguo nas sociedades modernas; [b] nas sociedades primitivas as pessoas idosas tendem a ocupar posições de poder econômico e político enquanto são poucos os que ocupam nas sociedades modernas; [c] o *status* das pessoas idosas é mais alto quanto mais baixo é seu número em proporção ao resto da população; [d] o *status* deste grupo de população é inversamente proporcional ao índice de mudança social; [e] a família tradicional é um fator que eleva o *status* da pessoa idosa enquanto a família nuclear impõe um baixo *status*; [f] com o processo de modernização, a responsabilidade do cuidado e manutenção destas pessoas se transfere gradualmente da família para o estado; [g] o contingente de pessoas idosas capaz de exercer posições de liderança é menor quanto mais avançado está o processo de modernização; [h] os valores individualistas das sociedades modernas limitam o apoio e o acesso a participação a este grupo de população (San Román, 1989: 52).

Como se observa, essa teoria apresenta uma natureza simplista e linear não refletindo as diferenças sociais, religiosas, econômicas das sociedades nem da população idosa. Além disto, tem por base a ideia de que nas sociedades primitivas as pessoas idosas gozavam sempre de uma situação de prestígio. Esse pressuposto é desmentido pelos estudos

realizados no campo das Ciências Sociais (San Román, 1989; Minois, 1987; Beauvoir, 1970), que demonstram como em algumas sociedades primitivas, as pessoas idosas também eram excluídas ou afastadas, **sempre que a manutenção econômica do grupo majoritário se encontrava ameaçada**. Trata-se, portanto, de uma teoria que leva à *nostalgia de um período dourado* (Bazo, 1999: 50), quando já se constatou, que o tratamento recebido pelas pessoas idosas é historicamente ambivalente.

Apesar de estes argumentos serem suficientes para invalidar parte dos pressupostos da *Teoria da Modernização*, é importante registrar a dimensão legitimadora que ofereceu esta perspectiva teórica frente à dinâmica produtiva que caracteriza o período compreendido entre os anos 60 e 80. O paradigma de Cowgill, a exemplo das *Teorias da Desvinculação e da Teoria da Atividade*, considera a exclusão da pessoa idosa como fato universal, natural e necessário.

Os modelos teóricos apresentados refletem as linhas hegemônicas dos estudos sobre a velhice construídos a partir dos anos 60, que seguiram dominando até aproximadamente o final da década de 90, caracterizados pela legitimação do afastamento do coletivo idoso. São construções que associam este período da vida à ideia de pobreza, improdutividade, passividade, doença e conservadorismo, ao mesmo tempo em que estimulam a valorização da juventude. Nessa perspectiva, as políticas públicas se orientam para o que Townsend (*apud* Bury, 1996: 38) denominou *dependência estruturada*, entendida como uma política de desenvolvimento de ações que, apesar de reconhecer as dificuldades e dar apoio, reforçam e alimentam a falta de autonomia da coletividade a que se destina.

Da exclusão social ao envelhecimento ativo

Apesar da predominância destas teorias, ainda na década de 80, começa a ser produzida uma mudança nas concepções sobre a velhice. Nesse sentido, cabe sublinhar a relevância que vem assumindo o envelhecimento populacional na agenda política internacional, e

sua contribuição para a mudança dos paradigmas sobre a velhice dominantes nas últimas três décadas.

Não é excessivo lembrar o avanço que representa a realização das duas *Assembléias Mundiais sobre o Envelhecimento* (1982, em Viena, e 2002, em Madri). A I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, destacou a preocupação com o fenômeno da transição demográfica, pelo aumento crescente do grupo de pessoas idosas na população total. Como resultado dessas preocupações é, inicialmente, elaborado o *Plano de Viena*, que marca a introdução das políticas públicas destinadas ao coletivo idoso, embora pautado por uma visão mais voltada para os países centrais. Nele, recomendava-se a promoção da independência da pessoa idosa, dotando-a de meios físicos ou financeiros para a sua autonomia, ainda que dentro de uma ótica que focalizava este grupo social, como um potencial formador de um *novo nicho de mercado* (Camarano, 2004: 255). Apesar deste enfoque, o conjunto de recomendações contidas no *Plano* colocou a questão do envelhecimento no rol das preocupações políticas daquele momento. Igual importância se refletiu no reconhecimento da pessoa idosa como um novo ator social (idem: 255). Este avanço repercute no Brasil, com as mudanças em favor desse coletivo, introduzidas na Constituição de 1988. Posteriormente, em 1994, é elaborada a *Política Nacional do Idoso* (Pni), que também reconhece os direitos sociais deste coletivo e busca atendê-lo através de uma série de programas governamentais³.

A II Assembléia realizada no ano 2002, em Madri, coloca, em definitivo, a temática do envelhecimento no centro das prioridades políticas atuais enfatizando que o envelhecimento populacional é: [a] Um fenômeno sem precedentes; [b] um fenômeno geral, pois influencia direta e indiretamente crianças, jovens, adultos e o próprio grupo de pessoas idosas, na medida em que pode afetar a equidade e a solidariedade intra e intergeracional; [c] é um fenômeno profundo, pois produz consequências nos âmbitos econômico, social e político. No

³ Para uma descrição detalhada das políticas sociais no Brasil para o coletivo idoso, ver Camarano, Ana Amélia. *Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

primeiro caso, o envelhecimento populacional incide no crescimento econômico, na poupança, no investimento, no consumo, no mercado de trabalho, nas aposentadorias, na tributação, nas transferências intergeracionais. Socialmente, afeta a composição familiar, a atenção à saúde, à habitação, dentre outros aspectos. No político, reflete um novo perfil de representação e de voto; [d] um fenômeno duradouro. Os estudos e projeções realizados apontam para a continuidade das causas que geram o envelhecimento populacional durante o século XXI (Onu, 2002: XLV).

É, portanto, a partir desta segunda assembléia, que se observa a grande transformação paradigmática relativa à realidade da pessoa idosa. O *Plano Internacional para o Envelhecimento*, elaborado a partir dela, traz as diretrizes que são seguidas em ritmos diferenciados nos diversos países do mundo e, também, no Brasil. Esse novo plano de ação cria o conceito de *envelhecimento ativo* considerado: O processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice (Onu, 2002a). Este conceito, também se refere ao ato de uma implicação contínua em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante (op. cit.: 17). Nesse Plano, há uma forte preocupação em criar uma consciência nos países emergentes para a adoção das medidas ali propostas, advertindo sobre o rápido crescimento da população idosa nestes países. Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como um sujeito de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia. Nos países emergentes, e especificamente no Brasil, no entanto, o conceito de *envelhecimento ativo*, vem se transformando em uma apologia à juventude: Juventude na velhice. A responsabilidade pelo processo de envelhecimento passa a ser da própria pessoa, transformando a velhice numa fase obrigatoriamente saudável e produtiva. É como se, a sociedade em geral, tivesse que cuidar de seu *capital de saúde* (Guimarães, 2006), como forma de garantir viver esta fase da melhor maneira possível. É interessante resgatar este conceito, que considera que

todas as pessoas recebem um estoque inicial de saúde, que se deprecia com o tempo, mas que pode ser aumentado através de investimento (idem: 83). Esta noção, captura as novas ideias que se produzem sobre a velhice, indicando para a responsabilidade individual para adotar medidas que visem impedir o desgaste biológico. A mídia, as indicações dos especialistas em gerontologia e o senso comum, se transformam em estimuladores ou vigilantes dessa nova imagem de velhice. *A boa aparência é igual ao bem-estar para aqueles que conservam seus corpos através de maiores cuidados* (Debert, 1999). Sendo assim, *o compromisso da sociedade com o envelhecer positivo leva a um conjunto de práticas que, ao oferecer oportunidades constantes para a renovação do corpo, das identidades e auto-imagens, tende a encobrir os problemas próprios da idade mais avançada* (idem: 22). A velhice, tida como a boa idade, a melhor idade, a idade de ouro, tal como vem sendo amplamente difundida, produz o mesmo efeito que a tendência tradicional, quando marginalizava as pessoas por considerá-las incapazes. Nessa nova perspectiva, as normas sobre os estilos de vida adequados às pessoas idosas impõem uma permanente produtividade e participação. É um discurso que supõe a autogestão por parte das pessoas sobre a sua situação e problemática na velhice. Uma vez mais, as dificuldades e limitações impostas às pessoas idosas, voltam a ser atribuídas à capacidade ou incapacidade de cada uma delas para superar individualmente os problemas.

O cenário da velhice produtiva omite as desigualdades estruturais de quem dispõe de renda mais baixa ou padece de poucas condições de saúde. Além disso, as pessoas idosas representam um grupo de população com maior vulnerabilidade física em relação ao risco de pobreza, assim como, de enfrentar-se com situações de dependência em meio a um contexto de carência de serviços sócio-sanitários. Ainda que alguns dados indiquem uma melhora na posição econômica relativa deste grupo de população em algumas regiões, isto parece proceder do aparecimento de outros grupos mais necessitados (a exemplo dos desempregados), e não propriamente de uma melhora da posição econômica absoluta das pessoas idosas. Há, ainda, outros fatores, tais como a saída e a dificuldade (quando há o desejo ou necessidade) de

retornar ao mundo do trabalho, que diminui o valor pessoal, fortemente vinculado ao desempenho ocupacional. Paradoxalmente, há também certa reação contra as pessoas idosas que continuam integradas na estrutura da produção, vistas como aquelas que ocupam os postos de trabalho destinados aos jovens desempregados (Belo e Santos, 2000).

Estes argumentos, já são suficientes para evidenciar que a imposição homogeneizadora de uma velhice produtiva e saudável, mais uma vez, não reproduz a realidade e se transforma, tanto quanto os discursos tradicionais, em saídas para modelar os comportamentos das pessoas idosas. É inegável que os avanços da medicina e das medidas sócio-sanitárias propiciaram melhorar a saúde da população, no entanto, também não se pode negar que, grande parte do coletivo idoso, necessita de maiores cuidados e de serviços sociais especializados. Ao mesmo tempo, a uniformização da velhice, deixa de contemplar as diferenças de gênero que se acentuam nessa fase da vida. A atual geração de pessoas idosas, em grande parte, é de mulheres que exerciam o trabalho doméstico, mantendo uma posição de subordinação (pelo menos, econômica) dos homens. Tratam-se portanto, de pessoas que, ao estarem fora do mercado de trabalho, na sua maioria, recebem hoje pensões exíguas de viuvez ou assistenciais. As diferenças também se mantêm no caso das aposentadorias: As mulheres recebem em média, uma pensão inferior em aproximadamente 37% a dos homens (Onu, 2002). Há, ainda, outros aspectos que poucas vezes são levados em consideração tais como: [a] As mulheres estão mais sujeitas a ter debilidades físicas e mentais que seus companheiros; predominam nelas as doenças incapacitantes e crônicas; há uma elevada proporção de mulheres vivendo sós. Poderia, ainda, ser indicados uma série de outros fatores que apontam para a especificidade presente na velhice da mulher. No entanto, para os limites deste trabalho, cabe apenas reforçar a ideia da necessidade de melhor analisar a *adaptação* feita ao conceito de *envelhecimento ativo*. Observa-se o distanciamento da ideia original que seria de preparar as estruturas econômicas e sociais para o envelhecimento da população, e não, transformar as pessoas idosas, mais uma vez, em responsáveis pelo seu processo de envelhecimento.

Considerações finais

A reflexão aqui apresentada defende a perspectiva da velhice como uma construção social, plural, cujo significado e consequente posição nas diversas estruturas de poder, está vinculado diretamente ao contexto socioeconômico mais geral. Desta forma, considera-se o envelhecimento como um processo biopolítico, no sentido de que os conceitos formulados e as alternativas apontadas para vivência desta fase, não se restringem ao processo físico natural. Para entender a velhice, torna-se necessário acompanhar a dinâmica econômica e social em um momento histórico específico. Compreender, portanto, que as necessidades do sistema econômico conduzem, ou condicionam fortemente, a construção de novos modelos comportamentais, que se adequem às conjunturas que se vão modelando.

O discurso universalista da velhice saudável e jovem coexiste com a realidade de uma parte de pessoas idosas com problemas. O enfoque único da velhice como sinônimo de doença, transforma-se, ainda que possa converter-se em outro igualmente biologista-funcionalista, com a imposição de um outro modelo, caracterizado pela responsabilidade de cuidar do *capital de saúde* recebido por cada pessoa. Estes discursos exercem a mesma função legitimadora dos discursos tradicionais produzidos nas décadas de 60 a 80 sobre a velhice. Atualmente, o aumento crescente da população idosa, rompe com a funcionalidade dos discursos que impulsionavam a sua exclusão social. É necessário, incluí-los, e a partir daí, responsabilizá-los pelas dificuldades próprias de viver em uma dinâmica social e econômica, ainda não preparada para receber uma sociedade envelhecida.

Referências bibliográficas

- Bazo, María Teresa. *La institución social de la jubilación: De la sociedad industrial a la postmodernidad*. Valencia: Nau llibres, 2001.
- Bazo, María Teresa (Org.). *Envejecimiento y sociedad: Una perspectiva internacional*. Madrid: Editorial Médica Panamericana, 1999.

- Beauvoir, Simone. *A velhice: Realidade incômoda*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- Belo, Isolda; Santos, Fátima. Diferentes modelos de velhice. *Revista Psico* 3, p. 15-33, 2000.
- Belo, Isolda. *Lacunas do óbvio: Conteúdos socio-políticos do processo de envelhecimento e da institucionalização do idoso*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.
- _____. Velhice: Anatomia política dos discursos dominantes. *Revista Ciência e Trópico*, n. 24, p. 39-56, 1996.
- Britto da Motta, Alda. *Não tá morto quem peleia: A pedagogia inesperada nos grupos de idosos*. 1999. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- _____. O par relutante. In: Encontro de Ciências Sociais Norte Nordeste - Ciso, XXIII, 2007, Maceió. *Anais...* Maceió: Ufal, 2007. v. 1, p. 10-25.
- Bury, Mike. Envejecimiento, género y teoría sociológica. In: Ginn, J.; Arber, Sara. *Relación entre género y envejecimiento*. Madrid: Nancea, 1996. p. 35-54.
- Camarano, Amélia. *Os novos idosos brasileiros. Muito além dos 60*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- Debert, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1996.
- Guillemard, Ane-Marie. Edad, empleo y jubilación: Nuevos datos internacionales. *Papers*, n. 40, p. 35-56, 1993.
- Guimarães, Renato. O envelhecimento: Um processo pessoal? In: Py, Lígi; Freitas, Elizabete Viana et al (Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- Haddad, Eneida. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- Machado, R. (Org.). Introdução. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Minois, George. *História de la vejez: De la antigüedad al renacimiento*. Madrid: Nerea, 1987.

- Lopes, Andréa. *Os desafios da Gerontologia no Brasil*. São Paulo: Ed. Alínea, 2000.
- Onu - Organização das Nações Unidas. *Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el envejecimiento*. 2002. Disponível em: <www.madrid2002.envejecimiento.org>. Acesso em: 03 jul. 2010.
- _____. *Estratégia internacional de ação sobre o envelhecimento*. 2002a. Disponível em: <www.un.org/esa/socdev/ageing>. Acesso em: 03 jul. 2010.
- Peixoto, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: Velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Lins de Barros, Myriam Moraes (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- San Román, Teresa. *Vejez y Cultura. Hacia los límites del sistema*. Barcelona: Fundación Caixa de Pensiones, 1989.
- Sennet, Richard. *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama, 2000.

A estrutura do cuidado como prática terapêutica: Etnografia com famílias que convivem com a Doença de Alzheimer¹

Demócrito José Rodrigues da Silva | Ufpe

Apresentação

A Doença de Alzheimer (Da)² é um tipo de demência que degenera progressivamente o cérebro, causando perda de memória, do raciocínio e alterações no comportamento. A expectativa de vida para os seus portadores é de até vinte anos a partir do seu aparecimento, pois sua evolução é lenta e nas fases mais avançadas, o idoso torna-se totalmente dependente de cuidados, ficando incapaz de alimentar-se sozinho, banhar-se ou vestir-se, causando sensível impacto na família. Estima-se que requer a atenção em média de três familiares, direta ou indiretamente envolvidos nos cuidados com o idoso. Diante desse quadro, a Da rompe as fronteiras da medicina, tornando-se um problema de ordem econômico-social.

Por estar em evidência em boa parte do meio científico e por ainda apresentar poucas pesquisas nas Ciências Sociais, a abordagem da Da

1 Trabalho apresentado na 27ª Rba - Reunião Brasileira de Antropologia, Gt Itinerários terapêuticos e novas configurações do social, Belém/Pa, 01 a 04/08/2010.

Recebeu Menção Honrosa na modalidade B (artigo) na 3ª edição do Prêmio Aba Lévi-Strauss, entregue na cerimônia de abertura da 27ª Rba.

2 Da é a sigla conhecida internacionalmente para a Doença de Alzheimer, em homenagem ao seu descobridor, o Dr. Alois Alzheimer (Luzardo *et al*, 2006: 589).

como uma das consequências do processo de envelhecimento poderá servir como referência para que novos *significados na construção do cuidado como prática terapêutica com portadores de Da* venham contribuir ao debate sobre uma doença existente cada vez mais em nossa sociedade.

Com esses pressupostos, o objetivo deste artigo é mostrar o resultado de uma investigação sobre os significados da Doença de Alzheimer para cuidadoras familiares e profissionais de saúde, participantes do projeto de extensão “Projeto Alzheimer: Olhar sob um enfoque interdisciplinar - trabalhando a família e investindo na formação discente”, realizado no Núcleo de Atenção ao Idoso da Universidade Federal de Pernambuco (Nai/Ufpe), visando analisar a estrutura do cuidado como prática terapêutica em sua construção e ressignificação.

O estudo *a priori* não objetivou uma direção de gênero, uma vez que cuidadores familiares e profissionais de saúde são mulheres e homens, porém no processo para a coleta de dados só foram entrevistadas mulheres.

A pesquisa foi aprovada e registrada no Sisnep - Sistema Nacional sobre Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos, sob o n. 215219.

Para compreender a percepção em cada momento do cuidado como prática terapêutica, as unidades de significados para as cuidadoras foram divididas em: Sofrimento, dificuldades, cansaço e estresse, vida social e projetos pessoais, lembranças, negação e culpa da doença e compartilhamento das experiências; e para as profissionais de saúde: Relações com as cuidadoras, com a doença, com a transmissão de significados e as instituições para idosos.

Sobre a velhice e cuidadores de idosos

A abordagem de alguns estudos sobre a velhice, especificamente os de Simone de Beauvoir (1990), seguido de alguns estudos brasileiros, tanto na área antropológica como na gerontológica, me fez compreender a relação que existe entre o envelhecimento, a doença e as cuidadoras familiares.

Beauvoir (1990) faz um resgate histórico sobre a velhice, desde a Antiguidade (Grécia e Egito) até o século XX e mostra como os estudos nesse período se restringiram a uma construção médico-profissional sobre tratados de higiene, estando ausente as preocupações sociais e familiares pelas quais o velho sempre viveu. Só no século passado a Medicina descartou a possibilidade de atribuir uma causa ao processo de envelhecer, considerando-o inerente ao curso da vida. A pesquisa dessa autora, que dá início às preocupações sociais da velhice, colabora para a compreensão da invisibilidade pela qual passou o processo de envelhecimento, desde o tratamento dado aos velhos nas sociedades ditas primitivas, como amparo ou abandono, até as sociedades atuais, com as conquistas e problemas existentes, ajudando a entender “as velhices desumanizadas”. Beauvoir (1990) esmiúça os aspectos e as consequências que são vividas durante a velhice. A importância da sua voz no combate à “conspiração do silêncio” nos leva à reflexão da importância do cuidado humanizado, quando o velho é acometido pela demência, porque sendo a velhice algo inexorável, o conseqüente surgimento da dependência, parcial ou integral, seja aos 60, 80, 100 anos ou mais de vida, é nesta hora que se faz necessária a presença do cuidador.

No Brasil, até a década de 60, praticamente não houve estudos sobre a velhice nas Ciências Humanas, especificamente na Antropologia Social (Lins de Barros, 2007: 116). Os estudos sobre o envelhecimento começaram de fato nos anos 80, definindo a importância teórica para nortear as políticas públicas nos anos 90. O desinteresse das Ciências Humanas pelos velhos fez parte do descaso geral da sociedade contemporânea. Como não estavam situados socialmente, também estavam ausentes no campo teórico (Britto da Motta, 2007: 224).

Mesmo não usando o termo “demência”, mas utilizando sinônimos, na pesquisa iniciada em 1977, Lins de Barros (2007: 165) verificou que o temor das mulheres velhas de camadas médias do Rio de Janeiro era a perda da consciência, da independência, da tomada de decisões e responsabilidades. Quando ocorresse essa perda, aí sim, elas se considerariam ‘velhas’. Na construção de um projeto de ação

com participação social, essas mulheres realizavam atividades junto a uma organização religiosa, construindo assim uma sociabilidade que as envolviam nas relações com os membros do grupo. Essas mulheres percebiam esse projeto como uma missão, e na velhice, como destaca a autora, essa missão tem outra conotação: Quando se tem a ideia de morte ou o fim da vida ativa chegando ao seu limite. A percepção de que o tempo da missão é curto dá à ela própria (à missão) um sentido de ajuste de contas, e esse ajuste, que é a maximização da missão (o projeto da velhice) pode ser interrompido pela morte ou perda da consciência, configurada pela “velhice-doença”. O fim do projeto de ação se constitui como o desaparecimento e da própria razão de viver. A continuidade da construção de significados do viver garante a permanência do projeto, porém, a provável não mais realização desse projeto traz o temor pela possibilidade da perda da independência.

Em estudo comparativo entre o Brasil e o Japão, na relação envelhecimento e juventude, os dados encontrados por Scott (2002: 118-119) em relação ao Brasil, mostram os arranjos ou rearranjos residenciais dos idosos, traduzindo as relações familiares entre gerações. Os idosos estão cada vez menos dependentes de outras pessoas para morar, de morar com outras pessoas, ou seja, estão morando sozinhos. Tal comportamento pode ser interpretado como expressão de autonomia e liberdade. Este fenômeno vem crescendo nas últimas décadas principalmente entre as mulheres que com a separação ou morte do cônjuge, tendem a continuar sozinhas, enquanto os homens tem mais facilidade em constituir nova família. Essa conduta, porém, não impede que ambos os sexos possam voltar a morar com os filhos, ocorrendo o fenômeno da “recoabitação tardia”, observado por Peixoto (2004).

Ainda no estudo feito, Scott (2002) constata que as famílias com idosos são menores do que aquelas sem idosos e, numa composição média inversamente proporcional a renda das famílias que tem idos é maior, devido ao acúmulo da pensão ou aposentadoria do idoso com a renda dos outros membros da casa.

A “recoabitação tardia” dos idosos apresenta-se quando muitos velhos, na maioria mulheres, voltam a morar com um dos filhos, seja em sua casa (quando é própria) ou na casa do filho (quando é alugada), e os motivos também são muitos: Desemprego do filho, viuvez, filhos divorciados ou filhas solteiras com filhos. Os idosos muitas vezes socorrem os filhos em momento de crise e a recíproca também pode ser verdadeira quando os filhos ajudam seus pais aposentados (Peixoto, 2004: 75-79) demonstrando, com esse comportamento o que alguns autores definem como “cuidado” (Santos e Rifiotis, 2006).

Embora não fale especificamente sobre o cuidado, Peixoto (2004) aborda indiretamente a questão quando sinaliza a interação das relações familiares em dois momentos: Primeiro quando os filhos divorciados pedem socorro aos pais (avós) para ajudar a cuidar dos seus filhos (netos), financeira ou moralmente; segundo, quando relata o caso de uma enfermeira que, já aposentada, retorna ao mercado de trabalho para possibilitar o envio de ajuda financeira à mãe doente que reside no Nordeste.

Ainda em relação a recoabitação [e coabitação], é importante ressaltar que morar com os filhos, seja por qual circunstância for, não exclui os idosos da frequente marginalização a que são submetidos no convívio familiar. Porém, com a sociabilidade extrafamiliar, esses velhos conseguem melhorar a qualidade de vida (Debert, 1993³ *apud* Scott, 2002: 119; Debert, 1999⁴; Britto da Motta, 2004: 122).

Sobre o aparecimento da demência

As questões apresentadas nos estudos acima são especialmente realçadas quando a demência surge durante o processo de envelhecimento. A literatura registra as consequências econômicas,

3 Debert, Guita Grin. Desbravando fronteiras e redefinindo padrões. *Tempo e Presença*, s.n., p. 13-16, 1993.

4 Debert, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

sociais e culturais nas famílias acometidas com o idoso com Da, pois o cuidado é contínuo e integral.

Ser um cuidador de um idoso com demência requer uma abdicação pessoal permanente que poderá durar até vinte anos. Invariavelmente há a necessidade de envolver outras pessoas (familiares ou não) no cuidado. Por isso observa-se que as famílias convivem numa organização variada, dependendo das estratégias, dilemas e conflitos do dia a dia. Sobre as práticas concretas no cuidar do idoso dementado, evidenciando a fala (opiniões, sentimentos, ideias) dos cuidadores, Santos e Rifiotis (2006: 143-144) apresentaram uma pesquisa efetuada com 12 (doze) famílias no interior de São Paulo, confirmando que “ser um cuidador de um idoso dementado no contexto domiciliar implica uma multiplicidade de interações, negociações, aproximações e separações, dilemas e conflitos interpessoais, que precisam ser mais bem estudados.”.

Alguns significados verificados na literatura, no processo do cuidar de um idoso com Da e a relação desse cuidado com os dilemas vividos, nos apresenta uma situação de maior tensão quando o cuidador principal não tem vínculo marital com o idoso, sendo um dos filhos, por exemplo (Santos e Rifiotis, 2006: 149).

As instituições⁵ ligadas à geriatria e gerontologia, através dos profissionais de saúde, estão sendo solicitadas “a pensar no significado concreto do diagnóstico para a vida cotidiana dos cuidadores familiares, e a contribuir para o desenvolvimento de estratégias de ressignificações e mudança de comportamento que decorrem de um tal diagnóstico” (Santos e Rifiotis, 2006: 152).

Caminhos metodológicos

Seguindo as referências da Antropologia, a metodologia qualitativa utilizada para descrever a população estudada foi efetuada através da

5 O conceito de Instituição aqui estabelecido refere-se às organizações formais, públicas ou privadas.

observação participante nas reuniões entre as profissionais de saúde e as cuidadoras familiares, realizadas no Nai/Ufpe, e entrevistas semi-estruturadas. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2008.

Para Geertz (1989: 04), a cultura é a teia de significados que o homem teceu, a partir da qual ele olha o mundo e onde se encontra preso. E é justamente estudando essa teia de significados e desvendando-a, que o trabalho antropológico se faz no campo através da etnografia.

A interação entre as cuidadoras familiares e as profissionais de saúde foi compreendida através da descrição e interpretação das múltiplas realidades dessas pessoas, por isso utilizei a pesquisa etnográfica, caracterizando a “descrição densa de significados” (Geertz, 1989).

Os dados foram coletados através de 10 (dez) entrevistas semi-estruturadas, com roteiros pré-estabelecidos, que duraram entre quarenta e noventa minutos. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente. A amostra foi intencional e os critérios para a seleção das informantes foram que todas as cuidadoras tivessem vínculo de parentesco com o portador da Doença de Alzheimer e que as profissionais fizessem parte do projeto. Assim, resolvi entrevistar 5 (cinco) cuidadoras de um total de 20 (vinte) e todas as 4 (quatro) profissionais que mantinham vínculo direto com o projeto. Houve a inclusão de mais 1 (uma) cuidadora familiar, que não fazia parte naquele momento do projeto, mas que participou durante os últimos dois anos. Além das entrevistas, os dados foram coletados através das observações durante as reuniões e das anotações no diário de campo, efetuadas logo após cada reunião. As entrevistas com as cuidadoras foram realizadas em suas casas.

Antes de cada entrevista foi lido e assinado, pelas partes e por duas testemunhas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, exigência do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Baseado nas análises feitas por Caldas (2002) e Santos (2003) em suas pesquisas, procurei utilizar suas referências como parâmetros

para construir a elaboração dos significados em unidades, melhorando a compreensão na análise dos dados, que foram produzidos a partir das transcrições literais das entrevistas gravadas e das observações das reuniões descritas no diário de campo.

As cuidadoras familiares

As seis entrevistadas tem faixa etária entre 23 e 78 anos, cuidam de três mães, um pai e dois esposos. A divisão do número iguais para dementados, sendo três homens e três mulheres, foi coincidente. Os portadores de Da estão com idades entre 65 e 86 anos.

Tabela 01: Cuidadoras e portadores de Da.

Nomes (*)	Idade	Cuidadora	Portador(a) de Da	Idade	Tempo de diagnóstico
Roberta	29	Filha	Mãe	78	3 anos
Luiza	40	Filha	Mãe	65	Alguns meses
Verônica	59	Filha	Mãe	79	5 anos
Júlia	23	Filha	Pai	71	10 anos
Elizabete	61	Esposa	Esposo	66	5 anos
Adriana	78	Esposa	Esposo	86	5 anos

(*) fictícios.

As profissionais de saúde

Foram selecionadas todas as quatro participantes do Projeto Alzheimer:

Tabela 02: As profissionais de Saúde.

Nomes (*)	Especialidade	Tempo que trabalha com idosos
Joelma	Terapeuta Ocupacional	15 anos
Rita de Cássia	Nutricionista	12 anos
Maria Aparecida	Dentista	12 anos
Julieta	Neurologista	12 anos

(*) fictícios.

Resultados

Os cuidados com idosos dementados estão sendo feitos prioritariamente por seus familiares, especificamente pelas esposas e filhas. Apesar de ouvir das cuidadoras queixas sobre a falta de apoio, nesta pesquisa também observei o que Santos e Rifiotis (2006) definem de “rede de cuidadores”: O cuidado é exercido por vários membros da família, dadas às suas responsabilidades e situações durante o processo de demência, ou de forma indireta por vizinhos e amigos.

É dentro de casa, no convívio familiar que percebemos as representações da Doença de Alzheimer no dia a dia para as cuidadoras. A partir do momento que cheguei às casas das informantes é que pude observar essas implicações, confirmando a representatividade de significados e principalmente a elaboração de ressignificados. Em geral, as famílias aprendem, por força do convívio com a doença, a reelaborarem os seus conceitos e fazer adaptações em suas vidas.

Neste sentido, as cuidadoras vão vivenciando a experiência e com ela aprendem os significados que a doença implica. Com o passar do tempo, elas absorvem as perdas que a doença provoca e procuram ajustar as necessidades do doente com o cotidiano de suas vidas, ou numa explicação dialética, ajustar as suas vidas no cotidiano das necessidades do doente. Nota-se que é um processo lento e nem sempre aceito de forma espontânea, mas que também tem seus momentos de satisfação. Como foi observado, muitas vezes, apesar da sobrecarga, as cuidadoras apresentam elementos que valorizam o que estão vivenciando, pela oportunidade de estar retribuindo o amor que aquela pessoa lhe ofereceu durante muito tempo de sua vida, ou mesmo quando se reportam à convivência antes da doença.

Esse é um ponto interessante, porque se percebe que a convivência do cuidado é construída partindo do pressuposto de como as relações entre doente e cuidadoras aconteciam antes do processo demencial. Essas relações estabelecem o paradigma de convivência com a doença, ou seja, se o cuidado será cansativo, doloroso e insuportável, e o

doente um estorvo, ou numa condição inversa, se o cuidado será uma obrigação gratificante, satisfatória e paciente.

Analisando as principais representações de significados para as cuidadoras familiares e para as profissionais de saúde, podemos ressaltar as congruências e divergências apresentadas. Nas considerações finais essas semelhanças e diferenças serão expostas.

Das cuidadoras familiares

O sofrimento no processo da demência

O início da doença confunde as cuidadoras. A leitura da problematização da doença dependerá dos sintomas que são apresentados. Se o doente torna-se agressivo, chato, mal humorado, ranzinza com os familiares, provavelmente isso gerará conflitos, e a cuidadora familiar poderá entrar em constantes enfrentamentos com o dementado. Por outro lado, se o doente apresenta sintomas de depressão, ficando a maior parte do tempo deitado, calado, negligente com as tarefas diárias, isso também irá gerar uma observação interrogativa dos familiares.

Quando os primeiros sintomas são visíveis, a cuidadora esposa procura ajuda médica, porém o diagnóstico errado da doença provoca um tratamento para outro tipo de doença, e muitas vezes o médico acha que a preocupação da esposa é irrelevante. Este é mais um problema relatado pelas cuidadoras, porque com o diagnóstico tardio, os transtornos causados pelas alterações de comportamento já estão muito avançados e muitas vezes as relações familiares são atingidas, causando os conflitos.

“Ele não era uma pessoa agressiva, agitada. Eu sentia que tava meio agitado, nervoso com besteira... Procurei um médico, um clínico, aí ele disse “ab, quem tá nervosa é a senhora, é que a senhora tá sem paciência”. Mas você tá vendo a pessoa... Eu conheço ele. (...) Eu passei dois anos numa fono [fonoaudióloga], ele tava gago. “Não, é impressão, é da idade”. Vinha botando mil coisas pra gente não

levar pra esse outro lado... Tu viver com um homem quarenta e cinco anos, tu não conhecer ele? Então eu não me conheço.” (Elizabeth, 61 anos, esposa)

Muitas vezes o portador de Da, no início da doença, percebe que está perdendo a memória, seja por esquecimentos constantes de coisas básicas ou por intermédio de outras pessoas quando falam que as perguntas estão sendo repetitivas. Essa percepção faz com que o idoso procure, por iniciativa própria, o isolamento social.

As dificuldades no convívio com a doença

De acordo com as cuidadoras, o comportamento alterado dos doentes remete à necessidade de ficarem sempre vigilantes, preservando a segurança dos mesmos, por isso surgem muitos relatos quanto à falta de apoio por outros familiares, principalmente quando são cuidadoras filhas. É o caso de Luiza. Quando precisa sair, não tem com quem deixar os filhos, uma menina com dez e o menino com catorze anos. Ela sente falta de apoio. A relação da avó com o neto é bastante conflituosa. Quando não tem outra saída, Luiza pede que o filho se tranque no quarto enquanto ela estiver fora.

Várias outras alterações de comportamento foram relatadas pelas cuidadoras: Não querer tomar banho, alucinações, acusações de roubo. Nas famílias entrevistadas a agressividade é mais acentuada nas mulheres dementadas. Dos seis portadores de Da, há três mulheres e três homens. As esposas e a filha que cuidam de homens relataram como agressividade os idosos ficarem apenas chateados. No caso de Elizabeth, a agitação ou agressividade do marido acontecia com outras pessoas e não com ela.

O cansaço e o estresse durante os cuidados

É comum ouvir das cuidadoras relatos de que o dementado está acusando-as de roubo, de querer ficar com seu dinheiro, de querer sair de casa, porque aquela não é sua casa, como acontece também

os delírios, as alucinações. Ao mesmo tempo em que essas atitudes vão acontecendo, a cuidadora vai compreendendo que os sintomas da doença são múltiplos.

“Na minha cabeça, o Alzheimer era só esquecimento. (...) Na minha cabeça, era só a pessoa esquecer das coisas. Eu não sabia que tinha alteração de comportamento, eu não sabia que a pessoa inventava história, começava a dizer que tava ouvindo menino chorando, ouvindo gente xingando. Eu não sabia nada disso. Pra mim era só a pessoa ia esquecendo as coisas, tá entendendo? Não sabia que tinha toda essa alteração de comportamento.” (Roberta, 29 anos, filha)

A falta de apoio contínuo e diário é realmente o que mais causa cansaço nas cuidadoras, porque tem que cuidar de toda a casa e quando é filha casada, ainda tem o marido e os filhos. Isso acarreta uma sobrecarga, gerando impaciência na relação pessoal com o idoso. O desequilíbrio do sono do idoso também é um fator preponderante para o aumento do cansaço da cuidadora.

“Se eu tivesse ajuda, até que aliviava mais o meu estresse, de filho, atenção com marido, ou pra ela mesmo, trataria ela melhor, né? Porque é vinte e quatro horas eu aqui dentro... direto, direto, direto...” (Luíza, 40 anos, filha)

Das seis entrevistadas, quatro tem empregada doméstica e moram com elas. Na pesquisa de Santos (2003: 144) ela encontrou a presença da empregada doméstica em sete das doze famílias que entrevistou, e chama a atenção para a invisibilidade da empregada nas pesquisas brasileiras com cuidadores, pois a ajuda dessa profissional é bastante significativa no suporte ao cuidado.

A vida social e os projetos pessoais

Para algumas cuidadoras, a chegada da doença altera significativamente o convívio social e os projetos de vida, principalmente para as esposas. A vida de antes, as viagens, os passeios, os encontros com outras pessoas, as festas de casamento, de aniversários são inicialmente interrompidos, ou seja, a sociabilidade do

casal fica restrita aos relacionamentos familiares da casa. Mas observei, tanto nas reuniões como nas entrevistas feitas com duas esposas cuidadoras, que durante o processo da demência, elas conseguem ressignificar suas vidas, e procuram alguma atividade para diminuir o estresse do cuidado. Hidroginástica e curso de pintura, são algumas das atividades que incorporaram ao novo cotidiano, como também voltaram a frequentar festas, inclusive acompanhadas do idoso. Mesmo considerando os contratempos causados pela doença, essas mulheres resolveram enfrentar o problema socialmente, compartilhando com os vizinhos a situação que vivenciam. Até mesmo a esposa que mora sozinha com o marido consegue manter uma vida social com ele, apesar de ser bem diferente de antes. É a construção da rede de cuidadores. São as práticas terapêuticas orientadas no Nai/Ufpe sendo vivenciadas pelas cuidadoras.

As filhas também passam por processo semelhante, mas geralmente em relação aos projetos pessoais. Os projetos são adiados ou são modificados. Cada família procura ressignificar suas vidas a partir do problema da saúde do pai ou da mãe. É um processo dinâmico, que culmina na transferência de objetivos. Mesmo com todas as dificuldades, observa-se que a mudança da trajetória dos objetivos não é vista com ressentimentos, mas existe um motivo que justifica a decisão do adiamento ou modificação dos planos, como uma espécie de dever cumprido.

“Olhe, eu abri mão de um sonho que eu tenho na minha vida, que é ter meu carro... que a gente tem esse carro aqui, mas não é nosso, é da minha irmã, que mora na Alemanha... eu abri mão pra vir ficar aqui com a minha mãe, pra dar um pouco de conforto a ela.” (Luíza, 40 anos, filha)

As lembranças e suas representações

Ao falar da mãe ou do pai antes da doença, os comportamentos são distintos. Enquanto umas se sentem orgulhosas de lembrar de uma fase

sem problemas quanto à qualquer doença, outras se angustiam porque sentem saudades de uma época que não voltará mais.

Porém, o que vai definir a compreensão da situação atual, seja pelas lembranças ou pelas ressignificações com o cuidado, é a biografia de vida dessas cuidadoras, ou seja, os sentimentos atuais são processados de acordo com as relações familiares que essas pessoas viveram e estão vivendo durante o processo da demência. O cuidado familiar será executado independente de qualquer outra coisa, mas se o pai ou a mãe teve um relacionamento difícil com as filhas, duas coisas podem acontecer: Ou elas dizem que ‘apesar de tudo’ estão cuidando, ou estão cuidando porque também pode acontecer com elas e esperam que os filhos também façam o mesmo.

“Meu pai era um cordeirinho, era manobrado por ela [a esposa]. Só fazia o que ela queria. Meu pai não foi pro meu casamento porque ela ordenou. Eu me casei contra a vontade deles, né? Porque hoje em dia, eu tava dizendo, se eu fosse olhar pelo lado Mãe, eu era pra não dá um comprimido à minha mãe, porque eu sofri demais com ela. Demais mesmo.” (Verônica, 59 anos, filha)

“Porque eu me ponho na situação dela, né? Porque eu com meus filhos, eu já vejo meus filhos, né? Como será se eu um dia vier a ter esse problema: Meus filhos vão me tratar da mesma forma? Pode ser que sim, pode ser que não. Mas eu acho que vai, porque eles veem meu tratamento com ela dentro de casa, né? É meio trágico, né? Ai eu fico pensando: Meu deus do céu, será que eu vou ser castigada, e vou ter esse mesmo problema?” (Luíza, 40 anos, filha)

A negação e a culpa da doença

O diagnóstico da doença não é bem recebido pelos familiares. Geralmente eles estão vindo de outros médicos que não resolveram o problema inicial, ou seja, não descobriram que se tratava da Doença de Alzheimer. Então, pelos remédios não estarem surtindo efeito, procuram outras especialidades médicas. Os familiares distantes, que não convivem com o idoso, tem certa resistência para compreender o que está acontecendo, e geralmente não acreditam (ou se negam a

acreditar) quando a cuidadora fala sobre o problema. Como é uma doença incurável e degenerativa, observa-se a estigmatização da doença.

“As pessoas da família às vezes não aceitam que a pessoa tá com aquela doença, tá entendendo? Às vezes meu tio: ‘Não. É a idade. Tá assim porque é idosa.’ (...) Tive também um problema com a minha tia, porque ela disse ‘não, você tá dizendo que a sua mãe tá doida?’ (...)” (Roberta, 29 anos, filha)

O significado de compartilhar as experiências do cuidado

A troca de informações sobre o cuidado é representativa nas falas das cuidadoras. Saber que alguém também está passando por todo o processo que ela está vivendo ou já viveu, representa certo alívio, uma certa maneira de amenizar sua dor, seus ressentimentos, suas dúvidas e seus anseios: ‘Ah, eu não estou sozinha’. O sofrimento do ‘outro’ é sempre maior ou menor do que o ‘meu’, mas é sofrimento. É como um apoio às avessas: O seu sofrimento confortará o meu. A troca de experiências também favorece às ressignificações do cuidado.

“aquelas pessoas diferentes é que tá lhe dando um apoio... O que eu tou indo buscar lá é apoio. E como lidar mais com minha mãe, porque não é fácil não, viver com uma pessoa assim doente, sem ter apoio. ... nem um beijo na minha mãe eu não dava... agora eu já tou dando, tou dando mais carinho... ontem mesmo quando eu cheguei, ela ficou radiante, sabe? A gente se deitou aqui... em cima de mim, aí eu beijando ela, alisando, cheirando ela...” (Luíza, 40 anos, filha)

As cuidadoras familiares, de uma forma geral, durante a convivência com o cuidado, estabelecem os significados que irão influenciar diretamente nas suas relações familiares e sociais. Os novos ajustes passam por um processo de apreensão, onde o sofrimento vai sendo desenvolvido através das dificuldades como cansaço, estresse, aceitação da doença. Aquela pessoa que antes era muitas vezes o carro chefe da família, que ensinava, que dava exemplo, que cuidava e organizava a estrutura familiar, sendo o ponto de apoio e equilíbrio, agora está numa posição contrária e isso demanda necessariamente uma reconfiguração nos papéis sociais, nos projetos de vida e na representação familiar.

Filhas ou cônjuges, passam por uma apreensão de novos paradigmas, de novas perspectivas de vida, onde as dificuldades vão sendo ajustadas à medida que o convívio com a doença e o cuidado começa a ficar estável, numa dinâmica de responsabilidades onde o afeto se caracteriza como ponto estruturante, envolvendo razão e emoção, raiva e culpa, negação e aceitação, amor e perdão.

A rede de apoio que vai sendo construída paralelamente às dificuldades no cuidado, durante o progresso degenerativo da doença, faz com que essas famílias envolvam-se num ciclo de preocupações com a qualidade de vida do dementado, buscando a troca de experiências, desenvolvendo assim os laços com outros familiares e com outras pessoas para o cuidado humanizado, compartilhando o sofrimento e as responsabilidades.

Das profissionais de saúde

O cuidado com a Doença de Alzheimer

Analisar a literatura gerontológica e as falas das profissionais de saúde trouxe vertentes interpretativas que se fundem num contexto abrangente, ora de uma forma educacional ou de orientação, ora como representação das relações sociais entre profissionais com profissionais, profissionais com cuidadoras, e cuidadoras com familiares.

Ao mesmo tempo em que se percebe que existe toda uma teoria gerontológica hegemônica guiando o discurso da necessidade de cuidadores profissionais na execução do cuidado, nota-se também um discurso crítico por parte dos representantes da gerontologia, que vê o cuidador familiar, para que as orientações para o cuidado sejam mais eficientes, facilitando o convívio com os sintomas da demência. De fato, é preciso enfatizar que o gerentólogo vê o cuidador familiar e o velho dementado fazendo parte de um contexto social que abrange as relações intrafamiliares, percebendo a importância de ouvir suas histórias de vida e envolvê-las num conjunto de sentimentos onde

o amor, a paciência, a dedicação são exponenciadas como fatores preponderantes no convívio com o cuidado humanizado.

As cuidadoras para as profissionais

As profissionais de saúde veem nas cuidadoras pessoas fragilizadas que carregam muita culpa, por não poder dar ao idoso dementado uma perspectiva de cura para a doença. Elas relatam que muitas vezes a negação da doença pela família, pela não aceitação, por ser uma doença degenerativa e progressiva, gera inicialmente um problema, como também não aceita o comportamento do familiar.

“As pessoas vem carregadas de culpa, pelo cansaço de cuidar. O processo de cuidar ele é desgastante e muito sofrido, principalmente numa doença que você, no futuro, você está enxergando o luto.” (Rita de Cássia, nutricionista)

Mesmo dando orientações às cuidadoras, as profissionais se queixam de algumas coisas que fogem do seu domínio, porque afinal não existe uma receita pronta para a prática terapêutica do cuidado.

“Eu tenho uma sensação de uma responsabilidade muito grande diante do doente e de seus familiares, e ao mesmo tempo um sentimento de impotência, porque por mais que você oriente, por mais que você estude a doença, muita coisa foge da sua competência... Eu tenho que estar estudando e investindo para poder ajudar e minimizar os transtornos familiares e os transtornos causados ao doente.” (Joelma, terapeuta ocupacional)

A doença e suas significações

As relações familiares são enfatizadas nas falas das profissionais de saúde quando chamam a atenção para a questão do convívio familiar antes da doença. Como essas relações foram construídas e como a ajuda médica irá se posicionar.

“Por ser uma doença que não acomete só o indivíduo, na verdade ela tem repercussões muito grandes na família, e essa família, muitas vezes ela depende da construção dos laços familiares, como eles foram formados. Muitas vezes essa

doença destrói a família... Então, essa família fica perdida inicialmente, e se não for orientada, se não tiver um suporte, seja ele familiar ou assistência na área dos profissionais que trabalham com a doença de Alzheimer, essa família pode ser destruída ou pode sofrer bastante.” (Joelma, terapeuta ocupacional)

A classe médica ainda está despreparada para encarar a doença, influenciando diretamente no diagnóstico. A medicalização para algo que o demente não precisa pode acarretar outros fatores desencadeantes, oferecendo riscos ao doente. A Doença de Alzheimer vai ser uma realidade presente nas famílias:

“A tendência é aumentar de uma forma que precisa que as pessoas [os médicos] queiram lidar com isso. Vão ter que aprender de qualquer forma, porque a realidade é a que tá aí, tá entendendo? A realidade é essa, a população do Brasil está envelhecendo, e você vai ter, cada vez mais, doenças crônicas, e a Doença de Alzheimer vai ser uma realidade, eu não digo em toda família, mas em quase toda família, você vai ter um caso, dois casos, três casos, entendeu? Então alguma coisa vai ter que ser feita, pra gente minimizar o impacto que isso tem no dia a dia das pessoas.” (Julieta, neurologista)

A fala da médica corrobora a vivência das cuidadoras que foram entrevistadas. Das seis, duas relataram que perderam muito tempo com outros médicos, tratando de doenças que na realidade não existiam, ou seja, foram mal diagnosticadas, traduzindo a negligência médica e consequentemente a falta de conhecimento.

A transmissão de significados e os alunos da área de saúde

Eu quis saber sobre o resultado do projeto Alzheimer, quais as implicações reais que estavam envolvidas na transmissão dessas orientações para as cuidadoras, e como o aluno da área de saúde estava sendo inserido na prática profissional. Observei que existe uma preocupação conjunta, com o aprendizado do aluno e como as cuidadoras estão desenvolvendo a atenção para encarar os cuidados diante dos estágios da doença.

A preocupação com o aluno é um dos pontos destacados nas entrevistas. Talvez pela falta de vivência junto às famílias dos doentes durante o seu curso superior. Para as profissionais esse contato iniciado logo cedo irá trazer um melhor aprendizado, pois ele estará vivendo a realidade e não simplesmente a teoria aprendida na sala de aula.

“Mas independente da área que esse aluno atue, ele vai estar muito próximo da sua limitação técnica, diante da finitude do outro, e aí ele vai ter que parar e dizer ‘bom, mesmo que eu não possa garantir a cura a esse paciente, a garantia de suporte emocional, psicológico a esse cuidador cem por cento, eu tenho que fazer o máximo, do ponto de vista técnico, para garantir isso’. Então, eu acho que é uma experiência ímpar. O aluno que faz extensão é um aluno diferenciado. É diferente do aluno de Pibic [iniciação científica] na minha visão. Eu tenho os dois. O aluno de Pibic, ele é o aluno mais, digamos assim, metodologicamente mais refinado, tá certo? Mas o aluno de extensão é o aluno metodologicamente mais humano, mais próximo da sociedade. Não que ele não tenha técnica metodológica, ele tem, mas ele faz o salto para se chegar à comunidade, e eu acho que isso é o papel da extensão.” (Rita de Cássia, nutricionista)

As instituições para idosos

Este foi um tema apresentado nas entrevistas muito relevante para saber as opiniões das entrevistadas. Como as profissionais de saúde veem as instituições hoje e como elas concebem a ideia delas na sociedade contemporânea. Segundo elas, se as instituições públicas não estão preparadas para atender o idoso que não apresenta problemas de saúde, com certeza também não estão preparadas para atender o idoso doente. Elas destacaram que hoje muito idosos moram sozinhos, muitos não tem família, e outros não vão para a casa dos filhos por várias questões: Esses filhos não tem suporte residencial, familiar ou de cuidados para receber o idoso.

“Agora, dizer: Elas [as instituições] não são necessárias?! Elas vão ter que acontecer e o serviço público vai ter que prover instituições públicas, porque a grande maioria da população que hoje utiliza o Sus, o Sistema Único de Saúde, está envelhecendo. E esses idosos que utilizam o Sus não vão ter condições de pagar uma

*instituição de longa permanência privada, vão ter que ter uma instituição pública.”
(Julietta, neurologista)*

O objetivo do projeto que é oferecer orientação à cuidadora familiar não se restringe ao cuidado com o dementado. Há uma preocupação no discurso que essa cuidadora também precisa se cuidar e não se isolar socialmente. Para as profissionais o estabelecimento da “rede de cuidadores” irá ajudar na diminuição do cansaço e do estresse.

Nas reuniões ocorriam divergências entre as cuidadoras em relação ao que se estava sendo ‘orientado’ e a realidade no desenvolvimento do cuidado, pois algumas terapias para minimizar determinados comportamentos do dementado não funcionavam para alguma cuidadora. Daí era levantado um debate sobre quais outras formas poderiam ser produzidas para aquela determinada situação. As ações (sintomas) dos doentes variam de acordo com cada pessoa e cada família. Não necessariamente todos os dementados de Alzheimer terão comportamentos ou sintomas iguais. Cada um age e reage de formas distintas em estágios muitas vezes diferentes. É a convivência com o doente que vai dirigindo os cuidados, e as profissionais enfatizam: O cuidado humanizado é importante por causa das perdas que ocorrem progressivamente, e as perdas se dão tanto no terreno da saúde individual, quanto no das condições de vida das cuidadoras.

Considerações finais

A perda da independência, da autonomia e liberdade vivenciadas pelos idosos com a chegada da velhice-doença (Lins de Barros, 2007) traduz os pressupostos desta pesquisa, com ênfase realçada pelo diagnóstico da Doença de Alzheimer, demandando cuidados ininterruptos pelos familiares ou por cuidadores profissionais, tendo também acompanhamento de especialistas da área de saúde.

Ao abordar uma das consequências do processo de envelhecimento, subsidiado pelas referências dos estudos antropológicos sobre velhice, onde vários fenômenos foram constatados, como a sociabilidade do

velho, o medo de ficar dependente, a situação de morar sozinho e o retorno para morar com os filhos, me levaram a pesquisar a velhice-dependente, mais precisamente uma investigação dos significados apresentados para cuidadoras familiares e profissionais de saúde no processo do cuidado como prática terapêutica em idosos com Doença de Alzheimer. Procurei também estabelecer parâmetros com pesquisas realizadas com cuidadores de idosos nas áreas da gerontologia e antropologia.

Valendo-me dessas prerrogativas e estabelecendo a metodologia qualitativa para a obtenção dos dados, através da pesquisa etnográfica, busquei delimitar os dados obtidos através de dez entrevistas: Seis cuidadoras familiares e quatro profissionais de saúde, bem como na observação participante nas reuniões com vinte cuidadoras e profissionais.

Ainda me referindo à literatura, onde há constatação de que os idosos estão em crescente tendência a morar sozinhos (Scott, 2002), pude confirmar essa informação quando verifiquei que, das vinte idosas que frequentam o Núcleo de Atenção ao Idoso da Ufpe, duas estão morando apenas com a empregada e uma idosa está morando sozinha, mesmo que já esteja apresentando os primeiros sinais da doença.

A necessidade de cuidados muitas vezes faz com que os idosos voltem a morar com os filhos, deixando para trás, por causa da dependência, a convivência social estabelecida nos grupos intrageracionais, estudados por Britto da Motta (2004). Esses idosos que estavam em busca de qualidade de vida, através dos contatos extrafamiliares, agora se veem perdendo, não só a independência, como também a consciência. Alguns idosos da pesquisa frequentavam esses grupos, mas deixaram de participar quando notaram a constante perda de memória e os questionamentos dos seus colegas pelas perguntas repetitivas.

A Doença de Alzheimer apresenta à família a difícil arte de cuidar. Observei que não é uma tarefa simples conviver com o portador de Da, porque requer dos seus próximos muita paciência e dedicação para lidar com as alterações de comportamento. As relações familiares

são consideravelmente atingidas pela demência, mas com o passar do tempo, em que as cuidadoras vão experienciando e apreendendo os significados que o doente representa, elaboram suas ressignificações, estabelecendo a “rede de cuidadores”.

O estágio inicial da doença é o mais difícil em termos de compreender os primeiros sinais. Já o estágio intermediário, vivido pela maioria das entrevistadas, causa problemas na família devido às alterações comportamentais e o estágio final requer dedicação exclusiva nos cuidados, pois o idoso está acamado. Entre o estágio inicial e final, conforme literatura, a doença pode durar até vinte anos, e isso representa para a família novas configurações de convivência, incluindo interferência na vida social e nos projetos pessoais das cuidadoras.

A busca por significados me apresentou uma realidade caótica. A falta de conhecimento que muitas vezes se confunde com a negação em aceitar a doença é um dos principais motivos da destabilização familiar. Pesquisas realizadas por Caldas (2002) e Santos (2003) já constatavam a precariedade que os cuidadores de idosos, em suas limitações, enfrentavam no convívio diário e permanente com a doença. Neste estudo foi constatado que muita coisa não se alterou desde as pesquisas do início da década. Por isso uma das minhas questões quando elaborei a pesquisa foi ouvir as profissionais de saúde, representantes oficiais da gerontologia médica, procurando analisar a visão desses profissionais em dois pontos principais: As consequências da doença e suas implicações para as cuidadoras. Vê-se então características marcantes quanto ao discurso gerontológico hegemônico, mas é possível observar também o discurso crítico nas falas das profissionais, quando sinalizam a importância de conhecer as relações familiares antes da doença ou mesmo na tentativa de trazer pessoas da família (que tentam ignorar e negar a situação da demência ou não colaboram) para assistir as reuniões ou para conversas individuais com as especialistas. Nota-se um esforço nessa interferência, que invariavelmente são solicitadas pelas cuidadoras familiares ou parte da iniciativa das profissionais, para estreitar os laços que a família dispõe e que poderão ser reatados, pelo menos como suporte no

apoio do cuidado, enfatizando mais uma vez a construção da “rede de cuidadores”.

Referências bibliográficas

- Beauvoir, Simone de. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.
- Britto da Motta, Alda. Sociedades possíveis: Idosos e tempo geracional. In: Peixoto, Clarice Ehlers (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- _____. Chegando pra idade. In: Lins de Barros, Myriam Moraes (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- Caldas, Célia Pereira. O idoso em processo de demência: O impacto na família. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Coimbra Jr, Carlos E. A. (Org.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- Debert, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- _____. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Lins de Barros, Myriam Moraes (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- Lins de Barros, Myriam Moraes. Testemunho e vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: _____ (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- Luzardo, Adriana Remião; Gorini, Maria Isabel Pinto Coelho; Silva, Ana Paula Scheffer Schell da. Características de idosos com Doença

de Alzheimer e seus cuidadores: Uma série de casos em um serviço de neurogeriatria. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 587-594, out/dez. 2006.

Peixoto, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____ (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

Santos, Sílvia Maria Azevedo dos. *O cuidador familiar de idosos com demências: um estudo qualitativo em famílias de origem nipo-brasileira e brasileira*. 2003. Tese (Doutorado em Gerontologia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Santos, Sílvia Maria Azevedo dos; Rifiotis, Theophilos. Cuidadores familiares de idosos dementados: uma reflexão sobre o cuidado e o papel dos conflitos na dinâmica da família cuidadora. In: Simson, Olga Rodrigues de Moraes Von; Neri, Anita Liberalesso; Cachioni, Meire (Org.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

Scott, Russell Parry. Envelhecimento e juventude no Japão e no Brasil: Idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Coimbra Jr, Carlos E. A. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Mulheres do início do século XX: Agência, resistência e empoderamento

Maria da Conceição Lafayette de Almeida | Ufpe

Compreender as relações sociais de gênero vivenciadas por mulheres de camadas médias, casadas e nascidas em Recife entre 1919 e 1931 foi o objetivo da pesquisa realizada a partir da qual extraio as reflexões que se seguem. A hipótese levantada era a de que, contrariamente à visão amplamente difundida pelo feminismo radical dos anos da década de 70, a posição das mulheres, embora de subordinação, não implicava a ausência total de poder. Mesmo considerando o fato de que as mulheres estudadas viviam em uma sociedade patriarcal tal como descrita por Freyre, minha suposição era a de que uma relativa autonomia, assim como formas de resistência mais ou menos veladas, se fazia presente em suas vidas. A tarefa a ser cumprida, significava abrir caminhos teóricos metodológicos que, sem negar a estrutura de dominação em que viviam as mulheres, permitissem apreender poderes, autonomias ou resistências vivenciadas no espaço da casa, por vezes da rua ou em sua intersecção.

Embora a pesquisa tenha se realizado com mulheres nascidas no início do século XX, estando todas com mais de sessenta anos quando foram entrevistadas, questões referentes à velhice não foram abordadas, nem foram feitas considerações teóricas em relação ao conceito de geração¹. Os caminhos teóricos e metodológicos buscaram compreender a as relações de gênero vivenciadas pelas mulheres ao

1 O termo geração aparece várias vezes nas narrativas das mulheres que empregavam a expressão “as mulheres da minha geração”, para se referirem a si mesmas, ou para identificarem um momento do tempo vivido por elas.

longo de suas vidas, apreendendo as relações vivenciadas na família de origem e na família de constituição.

Partindo de minhas próprias vivências, desde cedo pude observar o papel ativo que as mulheres desempenhavam na vida de minha família marcando a minha visão sobre as relações entre homens e mulheres. Tendo passado a infância na casa dos meus avós, acompanhei as histórias contadas sobre a minha avó e a influência que ela deixou marcada na vida familiar. Embora minha avó tenha morrido logo após o meu nascimento, durante todos os anos em que permanecemos morando com o meu avô, as regras da casa permaneceram as mesmas deixadas por ela.

Em sua ausência, minha avó era mais presente do que meu avô. Na verdade, essa ausência era uma boa razão para que se falasse sobre ela. Ai, também estavam minha mãe, minhas tias e outras mulheres que moravam e trabalhavam em sua casa, formando o elenco de mulheres cujas imagens seriam impressas em meu imaginário. Cada uma delas, ao seu modo e pelos percursos que seguiram na vida, longe estava de ser uma simples vítima passiva. Todas atuavam, discerniam e faziam acontecer a vida da família e a sua própria (Almeida, 2009: 16).

Sendo a minha experiência o ponto de partida das minhas reflexões passei a buscar respaldo teórico e metodológico para respaldar embasar meu argumento sobre o poder feminino no espaço doméstico. Este, por vezes, me “escorria pelas mãos” na medida em que, informada por outras vivências da vida adulta e, em especial, pelo entendimento trazido pelas leituras dos estudos sobre gênero ancorados nas teorias feministas, equacionar poder, autonomia e resistência no espaço doméstico, soava-me como um empreendimento desafiador. Alguns pontos ofereciam preocupações especiais: A certeza do contexto patriarcal da sociedade brasileira a partir de Gilberto Freyre como dito anteriormente, definindo relações hierárquicas nos papéis familiares; o espaço da casa ou espaço doméstico como palco para estudo das dimensões de poder; a validade das narrativas das mulheres como evidências do que se pretendia demonstrar e o contraponto com as teorias feministas; a definição de um conceito

de poder que me permitisse definir o comportamento das mulheres como comportamentos que apontavam para negociações, exercício de pequenos poderes ou contrapoder, resistência e autonomia.

Espaço doméstico e trabalho doméstico

Compreender as relações que ocorrem no espaço doméstico é importante porque pode revelar como se define e toma forma o poder das mulheres. Isto, por um lado, pode ajudar a desmistificar a ideia segundo a qual o poder e, portanto, a agência feminina, está fundamentalmente condicionado à sua participação na esfera pública; por outro, ao apontar os interstícios no qual este poder consegue se manifestar, pode ajudar a perceber os limites desta agência fora da esfera doméstica. É bom lembrar também que sobretudo para as mulheres das camadas médias o espaço doméstico significa um espaço não só de subordinação mas também de mando sobre outros e outras. Estudando mulheres de camadas médias na Inglaterra na segunda metade do século XIX, Davidoff e Hall (1986) argumentam que, em muitos aspectos, mulheres que se encontravam subordinadas a seus maridos, detinham poder sobre seus empregados(as) e sobre filhos e filhas. Para ela a implicação desta constatação é a de que “o poder toma muitas formas, constituindo-se mais em uma rede de relações complicadas do que em uma relação causal direta” (Davidoff, 1995: 02).

O mundo doméstico, também estudado por Davidoff, merece comentários quando se trata do estudo das relações de gênero. Segundo ela, estudar o poder existente nas relações de gênero é um empreendimento difícil porque não existe uma definição de poder que se amolde às situações e aos lugares onde se encontram as mulheres. Para ela, o poder é um “*conceito essencialmente contestável, o que significa dizer que não só existem definições radicalmente diferentes de poder como também que esses conceitos são irreconciliáveis porque se originam de teorias fundamentalmente opostas e de diferentes pontos de vista* (1988, mimeo)”. Portanto, encontrar uma dimensão de poder que pudesse trazer elementos significativos para a compreensão de mulheres que na minha reflexão eram

subordinadas mas não passivas, precisa ser antecédida por uma compreensão das características da família brasileira, pois é neste arcabouço que mulheres nascidas nas primeiras décadas do século XX podem ser compreendidas.

A família patriarcal e a família nuclear

A família patriarcal é o modelo dominante da sociedade colonial brasileira e tem entre suas características a família extensa, formada pelo patriarca, sua esposa, os filhos legítimos e ilegítimos, concubinas e uma enorme rede de parentesco, onde se incluem parentes, escravos, compadres, todos conectados por laços de sangue, de solidariedade e de amizade. Além disso, esse grupo apresenta uma distribuição hierárquica de papéis masculinos e femininos, o controle sobre a sexualidade e a reprodução feminina, enquanto a sexualidade masculina é “livre”.

Para Freyre (1981), a estrutura da família patriarcal tem fortes conseqüências para os papéis masculinos e femininos com relação à distribuição do poder: Enquanto o chefe possuía uma autoridade quase absoluta, as mulheres passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando da função doméstica que lhe estava reservada e que incluía o cuidado com os filhos e com o marido.

É verdade que o próprio Freyre destaca situações onde registra variações da família patriarcal. Destaca mulheres que eram “verdadeiras matriarcas”, que assumiram o comando de suas fazendas, tomaram decisões importantes na vida familiar, geriram os serviços domésticos. A importância da mulher também é mostrada com os filhos adotando o nome de família materno, quando esse era mais conhecido e importante do que o nome de família paterno (Freyre, 1981: 288, 133). Entretanto, é Antônio Cândido (1951) quem vai enfatizar um aumento do poder feminino na esfera doméstica ao mostrar a maior separação entre a casa e a rua a partir do surgimento da família nuclear moderna. A partir do processo de urbanização e de industrialização, que traz mudanças para a economia, muda também a composição familiar, diminui a

antiga autoridade paterna passando a haver relações mais igualitárias no casamento e possivelmente maior poder feminino (Cândido, 1951).

A casa e a rua

Mas se Antônio Cândido refere-se a casa e a rua como espaços separados e importantes para a compreensão da família nuclear, não se pode deixar de recorrer a Roberto DaMatta. (1985: 12) para algumas questões fundamentais da relação que se estabelece entre esses dois espaços.

A casa e a rua, por seus aspectos complementares e relacionais, são caracterizadas por Roberto DaMatta (1985: 12) como “*categorias sociológicas*” e, portanto, fundamentais para a compreensão daquilo que uma “*sociedade pensa*” e para traduzir “*aquilo que a sociedade vive e faz*”. A casa e a rua não são categorias estanques, já que são vistas como relacionais e, nesse sentido, uma só pode ser compreendida a partir da outra. A casa, como diz DaMatta, “vai além da fita métrica” e não pode ser definida como uma medida, mas sim por contrastes, complementaridades e oposições. Mas não é exatamente nesses aspectos onde residem os jogos de poder, as negociações e as barganhas? Por sua vez, negociações e barganhas são ações que se dão entre atores sociais concretos: Entre homens e mulheres, maridos e esposas, pais, mães, filhos e filhas.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que as diferenças existentes no *mundo da casa* só fazem sentido quando relacionadas ao *mundo da rua* e, assim, como bem mostra DaMatta (1985: 43): “O espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a outra unidade que surge como foco de oposição ou contraste”; pode invadir o espaço público, já que oferece uma visão de mundo onde qualquer evento “pode ser lido ou interpretado por meio de códigos da casa e da família”. Questionando as fronteiras entre a casa e a rua, passei a refletir sobre o papel desempenhado pelas mulheres em cada um desses espaços ou mesmo em sua intersecção na busca de encontrar uma dimensão de poder que contemplasse este comportamento.

Um conceito de poder

A ausência de uma fronteira rígida entre a casa e a rua, me fez supor a possibilidade das mulheres circularem com relativa autonomia nesses dois espaços e até a ocuparem um espaço híbrido formado pela interseção entre esses dois mundos. A Igreja, por exemplo, seria do mundo da rua, mas também um espaço “permitido” para as mulheres irem e virem. O mesmo poderia ser pensado para a escola, e para outras instituições do mundo público onde as mulheres poderiam circular. Neste sentido, supus que uma relativa autonomia, assim como formas de resistência mais ou menos veladas se faziam presentes na vida dessas mulheres, o que as caracterizava como agentes, no sentido definido por Giddens, e não simplesmente vítimas passivas da dominação masculina. Dessa forma, é em Giddens que encontro a dimensão de poder que possibilitará a compreensão dos comportamentos femininos.

Segundo Giddens, “ser um agente é ser capaz de exibir no fluxo da vida cotidiana uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros” (Giddens, 2003: 17).

Se o agente é o ser capaz de transformar e de exercer uma “ação”, a agência refere-se à capacidade transformadora do agente, a sua potência enquanto *possibilidade* de transformar, e não ao fato de transformá-la de fato. Um agente, portanto, pode ser compreendido como algo que tem determinados poderes causais. Poder, para Giddens, refere-se a potências ou capacidades e habilidades que são socialmente construídas, por exemplo, quando uma criança aprende uma linguagem, adquirindo o poder de se expressar por meio da fala, ainda que não o faça o tempo todo. Entretanto, Giddens ressalta que mesmo no contexto de dependência existem recursos por meio dos quais até os que estão em posição de subordinação podem influenciar aqueles que estão em posição de superioridade².

Uma última palavra sobre poder não pode deixar de ser dada, já que o poder que discutimos refere-se não a um poder de dominação, mas

2 Uma discussão mais aprofundada sobre a noção de agência, agente e poder em Giddens encontra-se em Almeida (2009).

sim a um poder de potência. Neste caso, há de se considerar, também a discussão do poder numa perspectiva foucautiana. Aqui, é a noção de “resistência” que é tomada para compreender melhor comportamentos não passivos das mulheres entrevistadas. Para Foucault, poder e resistência podem ser compreendidos como parte de um mesmo construto: “Onde há poder há resistência”. Nesse sentido, não há um local específico de resistência já que ela está em todos os locais onde se verificam as relações de poder, possuindo o mesmo caráter relacional (Fonseca, 2002; Mendes, 2005).

Para Maria Inês Canal (2006), se o poder é uma relação de força, essa mesma força pode ser observada tanto a partir de sua capacidade de afetar como de ser afetada. Enquanto a capacidade de afetar traz implícito o exercício do poder, ser afetado traz a capacidade de resistência. Essa por sua vez, não pode ser pensada como um vazio que as relações de poder poderiam deixar; antes é parte constitutiva das mesmas.

Para Canal, existe uma multiplicidade de formas em que a resistência pode se configurar e a possibilidade de identificá-la em um vasto número de situações. O título do seu artigo “*Foucault y el discurso del poder. La resistencia y El arte de existir*”, sobretudo na segunda parte, nos leva a pensar que resistência como arte sugere um elemento intuitivo. Poderíamos afirmar que a resistência é um ato não reflexivo, talvez inconsciente? As considerações da autora nos levam a perceber a resistência se configurando em um grande número de situações e por isso, é a interpretação de Canal do conceito de resistência de Foucault que mais nos ajuda na identificação de muitas situações, como formas de resistência, como será visto nos relatos apresentados mais adiante.

Entrelaçando gênero, feminismo e compreensão

Como entrelaçar o caminho seguido até agora com uma perspectiva de gênero formatada nas teorias feministas? Como garantir que o poder e, portanto, a agência feminina, não seja pensada como algo que só se manifesta na arena pública? Buscar o sentido que as entrevistadas dão

a sua própria vida é importante para que não venhamos a “colonizar o passado”, como já foi dito em algum lugar, e, assim, reproduzir a visão segundo a qual a experiência feminina na esfera doméstica é fruto da simples ausência de poder, reforçando, ainda que de forma transversa, a ideia tradicional de que o trabalho doméstico é meramente reprodutivo e que as mulheres são meros recipientes passivos de um poder que jamais se manifesta por meio de suas ações (Almeida, 2009).

Portanto, as narrativas das entrevistadas deverão ser tratadas através do diálogo entre a hermenêutica Gadameriana e as teorias feministas. Dessa forma será considerado como faz a hermenêutica, a existência de um “intérprete” que olha a realidade das narrativas através de um olhar informado por uma vivência distinta das mulheres que investigou. Se uma agenda feminista não fez parte para as mulheres investigadas da socialização inicial já que esta só se configura de forma mais intensa a partir do ano de 1960, para a “intérprete” esta agenda esteve mais presente, inclusive nas reflexões da vida intelectual e acadêmica. Tanto os movimentos feministas como as teorias feministas possibilitaram a reflexão desenvolvida nesta pesquisa.

No seu conjunto, as teorias feministas têm tratado da subordinação feminina, mas têm deixado de lado possibilidades concretas de compreender a vivência das mulheres em relação à negociação com o poder, sobretudo na esfera doméstica, já que, em seu fundamento, partem do pressuposto da opressão feminina em todas as esferas e dimensões da vida³.

Focando prioritariamente na subordinação feminina, essas teorias eliminam qualquer possibilidade de tratar a existência ou não do poder feminino que se configura nas relações de gênero. Aqui desaparece o caráter *agêntico* da mulher. Ao denunciar a opressão feminina, acabam

3 A utilização da expressão teorias feministas não significa a homogeneização dos diferentes conteúdos veiculados nas diversas correntes que formam estas teorias. Para maior detalhamento ver Almeida (2009: 73-79). Sobre Patriarcado ver, entre muitos, Charvet (1982); Saffioti (2004); sobre Teoria da Perspectiva Feminista, ver New (1998: 352-353).

sem mostrar como as mulheres lidam com os espaços de possibilidade de articulação para escapar à submissão.

A referência à hermenêutica de Gadamer (2007; 2008), portanto, traz a possibilidade de um diálogo com a tradição e com as mulheres investigadas a partir da fusão de horizontes entre a tradição e o intérprete. O intérprete pode, então, situado no seu horizonte, conversar com a tradição e perceber até onde o poder é questionado, ou mantido.

Mas se a hermenêutica oferece a possibilidade de diálogo entre horizontes distintos, nela não se encontra qualquer referência ao poder. Gadamer, na verdade, não trata do poder na sua teoria. Apenas trata da autoridade da qual se investe a tradição. Na verdade, uma das críticas constantemente feitas à hermenêutica é a sua perspectiva conservadora ao enfatizar a autoridade da tradição como elemento de condição do entendimento. Entretanto, é o próprio Gadamer que oferece uma saída para este impasse, pois ao colocar o intérprete no meio do seu pensamento, possibilita uma nova interpretação da tradição evitando, assim, uma abordagem abstrata do conhecimento. Habitando um *horizonte* feminista, a intérprete pode trazer uma explicação diferente sobre o que mostra a “tradição”.

As mulheres investigadas: Breve perfil

A pesquisa realizada consiste em um total de 20 mulheres, nascidas entre 1919 e 1931. A maioria delas nasceu no estado de Pernambuco, em particular em Recife. As que nasceram em outras cidades ou outros estados, para cá se mudaram na infância ou a partir do casamento. Do total de entrevistadas, duas eram viúvas e uma era separada; as demais eram casadas. Algumas moravam apenas com os maridos, pois os filhos já haviam saído de casa; outras residiam com filhos e filhas que se separaram, trazendo consigo netos e netas. Do ponto de vista socioeconômico, o total das entrevistadas definiu-se como pertencendo à classe média (noção que uso de forma intercambiável com a noção de camadas médias).

As mulheres se casaram entre 1938 e 1964. Na média, casaram-se em torno dos 26,5 anos; ao casar, a mais jovem tinha 15 anos, e a mais velha, 38. A média de filhos entre elas era de 4,0 filhos.

Entre as vinte mulheres da amostra, onze tinham nível superior; sete cursaram a Universidade antes do casamento e quatro após o casamento, trazendo questões bastante pertinentes para a análise da agência feminina. Do total de entrevistadas, não frequentavam a escola regularmente apenas aquelas para quem “dinheiro não constituía um problema” (duas entrevistadas). Isto parece sugerir que, para as famílias mais abastadas, a reclusão das mulheres era um fator de distinção social. Das sete restantes, seis tinham curso médio e apenas uma não ultrapassou o curso primário. Entretanto, ao longo da vida, aquelas que não foram à Universidade complementaram seus conhecimentos através de cursos de arte, principalmente de pintura.

No momento da pesquisa, todas se definiram como católicas e apenas uma delas se referiu à incorporação da religião espírita a partir de um determinado momento da vida, mais uma vez confirmando uma tendência das camadas médias da geração estudada. Para todas as mulheres entrevistadas, a religiosidade assume um lugar importante em suas trajetórias.

Já a experiência do trabalho remunerado foi mais frequente entre as mulheres do que fazia supor a tradição. Dentre elas, cinco trabalharam antes do casamento e nove após este. Do total de mulheres que trabalhavam antes de casar, três não abandonaram o trabalho, embora o tenham interrompido por breves períodos, em ocasiões em que consideravam que seus filhos precisavam de atenção especial. As outras sete trabalharam apenas em períodos específicos de suas vidas.

Todas as entrevistadas eram proprietárias dos imóveis em que residiam. Cinco moravam em casas térreas situadas em bairros de grande valor imobiliário e classificados como bairros de classe média e alta. Duas, entre elas, herdaram dos pais as casas em que residiam, transmitidas no momento do casamento, e duas moravam em casas construídas pelos maridos em terreno pertencente a uma das famílias, também no momento do casamento. Apenas uma havia comprado

a casa em que morava e já depois de casada. As demais mulheres moravam em apartamentos amplos, possivelmente derivados da venda das casas herdadas. Alguns deles eram mobiliados com móveis e objetos que pertenceram aos pais ou avós.

Alguns relatos

As narrativas das mulheres sobre suas vidas, permitiram que se formatassem alguns temas para melhor se perceber momentos e situações de “agência” e ou resistência. Aqui relacionamos “agência” a ações e comportamentos de maior protagonismo; de decisões sobre filhos e filhas ou sobre a casa e a própria vida; como resistência situações de reclusão, às vezes de silêncio, às vezes de espera para ação em momento mais oportuno, como se pode observar nos trechos das entrevistas relativos a vários aspectos da vida.⁴

Casamento e domesticidade: Poder , resistência e astúcia

Os relatos sobre casamento são marcados por ambivalências e sugerem que, se de um lado ele representa obrigações e restrições para as mulheres, de outro, representa a abertura de espaços de decisão e de autoridade. É ele, por exemplo, que possibilita a autoridade sobre os filhos, sobre empregadas e outras pessoas subalternas do convívio cotidiano. Além disso, ele representa a única possibilidade viável de se ter uma vida sexual, como mencionado por uma das entrevistadas, sem comprometer a honra e a dignidade, valores norteadores da conduta feminina no período em que as mulheres eram jovens coincidindo com a época em que casaram.

O casamento por vezes, é representado como um caminho para uma relativa “liberdade” e para o exercício da autoridade. Aí estariam

4 Para contextualizar aspectos contidos nos relatos no contexto brasileiro ver Bassanezi (1997).

incluídos a possibilidade da vivência da sexualidade; a autoridade que desempenham sobre filhos e filhas e sobre outras pessoas componentes da rede social e a definição, para as mulheres, de um lugar de reconhecimento social, como ilustram os relatos abaixo:

“Olhe, pra mim, casar foi ter um companheiro, liberdade, sexo, que era coisa que não existia naquela época (fora do casamento).” (Mira)

“Naquela época, casamento era a salvação... a tábua de salvação das mulheres.” (Carmita)

“Eu só tive liberdade quando completei 21 anos, no dia do meu casamento.” (Luciene)

Questões como o controle sobre a sexualidade das filhas, a situação de tias solteiras morando na casa das irmãs casadas porque não tinham como prover seu próprio sustento; preocupação com o futuro das filhas em uma sociedade que não valorizava a profissionalização feminina, todos esses aspectos faziam do casamento o destino da mulher.

Ao lado de todos os aspectos acima, encontra-se também a mediação exercida pelas mães entre pais e filhos e filhas garantindo às mulheres uma importância na gerência de questões familiares. Para Simmel (1991) “informações sob a forma de segredos, possibilitam o estabelecimento de vínculos mais fortes entre alguns membros do grupo familiar”.

Os relatos ilustrativos sobre as situações da atuação da mulher no espaço doméstico, muitas vezes são referentes a situações vivenciadas pelas mães das entrevistadas. Falar sobre as mães, detectando “mentiras” ou “astúcias”, não lhes parece ameaçador quando o tempo já é passado. Ao contrário, faz com que as mulheres se reportem às suas mães, tias, ou às mulheres com quem conviveram como figuras que experimentaram algum tipo de poder e ou autoridade.

Uma das entrevistadas, reportando-se ao fato de que fazia aula de pintura na escola de belas artes escondido de seu pai, revela que embora o pai não aprovasse o curso, ela recorria à mãe para minimizar sua “transgressão”. Na sua avaliação, a mãe possivelmente dizia ao pai

sobre a sua frequência ao curso de pintura, mas ele fingia não saber. Seria este mecanismo um limite ao poder materno, ou paterno? Na visão da minha entrevistada, o pseudo não conhecimento do pai sobre suas aulas de pintura, o impediam de reprimir a sua frequência ao curso, significando um limite ao seu próprio poder, já que de antemão ele conhecia os caminhos que as mulheres em rede podiam tomar.

Por outro lado, a aquiescência da mãe e sua aliança com a filha garantia que as coisas estavam sobre controle. Percebe-se aqui um jogo que se estabelecia entre a mulher e seu marido, entre a mulher e suas filhas, delimitando papéis e os espaços de cada um, “ao mesmo tempo que revela ambiguidades importantes no que diz respeito aos jogos de poder e contrapoder exercidos dentro da família (Almeida, 2009: 131).

Autoridade e transmissão de recursos

O que parece inegável é que, após o casamento, uma nova etapa se inaugura na vida das mulheres, repercutindo em suas formas de agência. O exercício da autoridade e da influência necessárias aos cuidados com filhos, maridos e outros membros da família; as decisões relativas ao funcionamento da casa; os arranjos de solidariedade feminina para fazer face a essas questões, tudo isso vai tornar as mulheres figuras centrais no mundo da casa. São elas que vão decidir o estilo de vida do cotidiano familiar, transmitir valores, impor suas pequenas vontades articulando a família e a rede de parentesco mais próxima, o que faz com que, por vezes, se definam como o centro de tudo:

“Tudo aqui sou eu. Na educação dos meninos ele não se metia. Ainda hoje eu continuo sendo o centro. Ainda sou a chefe de família, já era tempo de parar. Minha casa sempre foi cheia de gente. Tinha a sobrinha dele, tinha minha irmã que casou lá em casa, aí depois a outra ficou morando com a gente. Vinha namoro, vinha noivado, casamento... Eu tinha que assistir o parto de todinhos (das irmãs mais novas). No Natal tem um almoço. É tudo aqui em casa.” (Aracy)

Na verdade, mesmo após o casamento dos filhos, ela continua cuidando deles. Refere-se, por exemplo, ao filho mais novo, já casado,

a quem ajuda mandando o seu motorista buscar os netos na escola e outras coisas mais, o que constitui uma forma indireta de repassar recursos. Neste caso, fica evidente a articulação que empreende para transmitir recursos para a sua rede familiar, empenhando-se na manutenção do padrão de classe do filho e dos netos. É a agência, de que fala Giddens, utilizando-se de recursos autoritativos decorrentes da posição de esposa, mãe e avó⁵.

Casos há, também, onde a transmissão dos recursos é passada para a família do marido. No que pese os encargos com a responsabilidade sobre os filhos, a casa e a rede de parentes do marido, tais incumbências também podem representar influência e autoridade sobre outras pessoas,

“Foi muito difícil educar meus quatro filhos e os oito sobrinhos do meu marido [...]. Eles entraram lá em casa com 11 anos e saíram formados, com curso superior. Porque meu marido era do interior e queria ajudar a família dele, e eu dei toda ajuda e não me arrependo.” (Luciene)

Estratégias de resistência

Existem também as situações de restrição, de limites, que fazem emergir a percepção da subordinação e para as quais a mulher vai desenvolver estratégias de resistência. Um caso significativo refere-se ao relato de Maria Adélia que, como já disse, ocupava uma posição importante em uma instituição pública, mas minimizava suas capacidades ao se referir à sua incompetência. Define-se como alguém que não sabe fazer as coisas, que é totalmente dependente da família, das empregadas, do marido, uma pessoa que “não serve para ser julgada”.

“Eu sempre precisei de segurança. Se a gente ia assinar um documento, meus irmãos e irmãs que sabem Direito, dizem; “Adélia, assine aqui”. Ainda hoje, João, meu

5 Para um aprofundamento em torno dos conceitos de recursos autoritativos e recursos alocativos, consultar Giddens (2003).

marido, disse “é aqui, Adélia, para assinar”. Lá no trabalho, é a mesma coisa, os documentos todinhos que a gente tem que assinar de empréstimo, disso, daquilo. O pessoal me diz: “Adélia, é aqui que tem que assinar.” (Maria Adélia)

Tudo leva a crer que ela se investe de uma pretensa fragilidade a fim de poder se movimentar confortavelmente no mundo da rua, seja como funcionária pública, redatora de jornal ou poeta.

As resoluções diárias são deixadas para as empregadas e para o marido, que cuida dos reparos da casa. O papel de rainha do lar é assim adaptado de forma a suprir, sobretudo, a organização e a gerência das empregadas domésticas que, de fato, são quem executam as tarefas cotidianas. O trabalho doméstico, embora desempenhado num espaço essencialmente atrelado à noção de feminilidade, é percebido pelas mulheres como algo desqualificado e do qual procuram se afastar, repassando-o para outras mulheres de classe social inferior. Só em momentos de ausência da empregada é que elas o realizam. Dessa forma, as empregadas assumem grande importância em suas vidas, liberando-as para realizar outras atividades, consideradas mais gratificantes.

A fragilidade, a impossibilidade de realizar as tarefas domésticas pode ser enfatizada diante das empregadas, desta vez para garantir um vínculo emocional que caracteriza uma relação paternalista e, portanto, de dominação:

“Eu abro o jogo com minhas empregadas: “Eu não posso passar sem vocês, eu preciso de gente que tenha pena de mim, que me ajude [...] vocês vocês é que tem que tomar conta das minhas coisas.” (Maria Adélia)

Este vínculo emocional aparece também em outros relatos.

“... quando meu marido viajou, eu dei férias às empregadas, fui comer na casa de mamãe e com o dinheiro que ele deixou e mais um dinheiro que eu juntei, eu comprei uma casinha para minha empregada.” (Lenita)

“Quando minha babá, adoeceu... Quando ela estava doente, ela teve câncer, eu sabia que ela ia morrer, aí eu disse: “Eu vou ao Rio, e fui sozinha.” (Rita)

Os trabalhos domésticos requeridos no casamento representam os encargos que as mulheres deveriam assumir, constituindo, de forma mais evidente, a dimensão de subordinação que, como vimos, as mulheres de classe média podem transferir para outras. Momentos em que faltam as empregadas, seja por dificuldades financeiras ou por razões outras, são relatados pelas mulheres como sendo muito difíceis. Reportando-se ao período posterior ao seu casamento, Maria Odete diz que sua vida “virou pelo avesso” quando foi para São Paulo com o marido. Por questões financeiras não pôde ter empregada e, comparando este período com a vida que levava quando solteira, uma vida ativa, dando aulas, estudando pintura e participando de um movimento ligado à Igreja Católica, sentiu-se muito presa ao ter de cuidar de meninos, pratos e fraldas.

“En vivi a minha vida toda saindo de casa; tinha aula, dava aula, eu ia para a reunião do Grupo Católico, essas coisas todas, não é? Ai quando eu me casei, fiquei presa em casa... quer dizer, virou pelo avesso, eu já não saía mais para lugar nenhum. Era só cuidar da casa, de cozinhar e eu não gosto de cozinhar, comida e não sei o quê.” (Maria Odete)

O trabalho doméstico, rejeitado pelas mulheres de uma forma geral, parece se diferenciar do conceito de prendas domésticas. Para esta classe específica, um “bom desempenho das prendas domésticas”, algo considerado fundamental para a felicidade conjugal (Bassanezi, 1997: 627), era interpretado pelas mulheres brasileiras de classe média como a capacidade de gerir o trabalho dos empregados domésticos e assim marcar seu controle sobre o espaço da casa, sua autonomia relativa e, ao mesmo tempo, de preservar o seu espaço de mando.

Num sentido importante, as empregadas domésticas representam um recurso disponível às mulheres de classe média e que as liberam dos encargos domésticos, permitindo que elas exerçam algum tipo de dominação. Claro que o poder, no sentido que estou utilizando aqui, não se resume a relações de dominação/subordinação, mas às habilidades e capacidades que empoderam os agentes em suas ações. Neste sentido, um recurso importante alocado pelas mulheres

no exercício de sua agência são as redes de solidariedade femininas, representadas sobretudo pela ajuda que as mulheres recebem de suas mães e sogras, principalmente, nos cuidados com filhas e filhos pequenos.

Tarefas mais especializadas, como costurar, não são consideradas, exatamente, como “trabalho doméstico”, possivelmente devido à sua realização ser voltada mais para as próprias mulheres, para as filhas e para os filhos, quando muito pequenos. Neste caso, costurar está ligado à manutenção da boa aparência, do uso da moda, aspecto que também incide sobre o pertencimento da classe social, além de ser uma tarefa mais voltada para o mundo da rua. Embora esteja situada na lista das prendas domésticas, a não obrigatoriedade cotidiana de sua realização, imposta por tarefas como cozinhar, limpar e lavar, contribui para sua valorização em detrimento daquelas atividades que são percebidas como trabalho doméstico. A rejeição ao trabalho doméstico aparece claramente nas falas abaixo:

“... Eu não sou uma mulher muito do lar, não sou... não sou dessas que arruma a casa. Também não sou muito da cozinha...” (Luíza)

Maria Odete refere-se a situações em que por mais de uma vez a mãe ficou com os filhos durante um mês ou mais, para que ela pudesse descansar ou tratar da saúde. Rita menciona que deixava os três filhos mais velhos ficarem com a mãe na casa vizinha, sendo praticamente “criados” por ela. Menciona também a ajuda recebida da sogra que, morando na mesma casa, cuidava das crianças quando nasciam, da comida e, assim, como ela diz, “eu ficava mais livre”. Constata-se, então, a entrada em cena da geração mais velha. Portanto, diferenças entre gêneros, classe e geração estão presentes no intrincado gerenciamento do mundo doméstico, revelando diferentes oportunidades de exercício do poder.

Mas a ajuda recebida e a presença em casa de mães ou sogras também têm consequências, algumas delas limitando o poder dessas mulheres. Assim, Rita relata o silêncio que mantinha sobre os projetos que desenvolvia na igreja, para que a sogra, de religião diferente da dela,

não reclamasse, não desse opinião, não fizesse qualquer julgamento sobre ela. Trata-se de uma negociação complexa em que por vezes se submete à autoridade de outrem, a fim de que a sua autonomia seja relativamente preservada.

Há, ainda, a resistência a determinados aspectos que estão relacionados ao modelo da tradição. Além da rejeição, sempre que possível, do trabalho doméstico, existem ainda estratégias e ações empreendidas de forma consciente, direcionadas à transposição de objeções impostas pelo marido a alguma coisa que desejam fazer de forma objetiva. Nesses casos pode haver confrontos, mas, também, mecanismos de subterfúgios, mentiras, silêncios, omissões ou, nas palavras de uma das entrevistadas, “astúcias”.

A fim de ilustrar essas diversas possibilidades, reproduzirei agora dois relatos que me parecem extremamente esclarecedores. O primeiro diz respeito ao conflito velado existente entre os pais de uma das entrevistadas e que se manifestou mais especificamente quando a mãe resolveu cuidar dos sobrinhos órfãos contra a vontade do marido. Segundo Carmita, criar os sobrinhos órfãos era um ponto de “honra” para sua mãe e mesmo contra a vontade de seu pai, embora longo, vale citá-lo em toda sua extensão, pois ele ilustra três dos pontos que venho enfatizando até aqui: Em primeiro lugar, o orgulho evidente com que Carmita se refere às ações da mãe parece sugerir a centralidade atribuída aos valores familiares. Em segundo lugar, a importância que Carmita atribui à solidariedade feminina como uma forma de burlar a autoridade masculina. Por fim, a forma como interpreta o papel do pai, “enganado” por anos a fio:

“Esses meninos foram praticamente criados, educados por minha mãe... Só não faziam dormir lá em casa porque meu pai não permitia de maneira nenhuma. Todos estudaram, todos se formaram. Ela fez o possível e o impossível e, em função disso, criou um clima muito difícil em casa. Papai não aceitava essa situação. Mas ela também não cedeu de maneira nenhuma.” (Carmita)

E o relato não acaba aí. Todos os arranjos para garantir a educação dos sobrinhos são feitos pela mãe da entrevistada. Livros usados

de filhos de amigas são encapados; lençóis, pijamas, roupas, eram costurados em casa. E tudo isso escondido do marido, através de uma rede formada com os empregados da casa. Até as flores do jardim a mãe passa a vender já que dispunha de uma grande plantação de hortênsias, para ajudar na educação dos sobrinhos.

De fato, este relato demonstra tudo o que vem sendo identificado até então como estratégia e articulação femininas: Os recursos utilizados nas ações empreendidas; a solidariedade ao grupo familiar na transmissão de recursos; a influência e a autoridade exercida sobre os sobrinhos; a articulação com empregados para a manutenção do pseudossigilo em relação ao marido; a gerência e o uso de todos os tipos de captação de recursos, inclusive pequenos furtos na carteira etc. Vale ressaltar ainda a transposição para o mundo da rua com as vendas de frutas e flores. Tudo se torna ainda mais interessante ao se pensar que, provavelmente, a personagem da história nasceu no final do século XIX ou nos primeiros anos do século XX, embora o foco do meu interesse recaia sobre a interpretação que Carmita faz desses eventos.

O outro relato é feito por Lenita, a única mulher separada no grupo, no qual ela trata da relação abertamente conflituosa que desenvolve com o marido. O que inicialmente era apenas “uma dor no peito” causada pelas muitas proibições impostas pelo marido, termina em ruptura. Grande parte do seu relato é formado por uma sucessão de pequenas histórias que narram as estratégias empreendidas para enfrentar as proibições do marido que não a deixava pintar, participar do grupo da igreja ou mesmo estudar, quando ela resolveu fazer o curso superior na Fafire.

“As freiras sempre me chamavam quando ia ter alguma coisa lá. Telefonaram me convidando para fazer um curso de especialização. Eu fui, me inscrevi e passei uns três a cinco dias para dizer a ele uma coisa que não era verdade... Eu disse a ele que tinha um cursozinho, que era muito bom e tal, um curso de um mês e que eu só ia duas vezes por semana. Ia ser todo dia durante um ano. Eu menti o que pude. Foi uma das primeiras grandes mentiras, para sobreviver. Então, quando ele saía de manhã para levar as meninas no colégio, eu corria, terminava de me arrumar e ia para o curso correndo. Saía sempre antes de terminar a aula para chegar em casa,

antes dele chegar para almoçar. Apesar da correria, apesar de tudo, eu acho que esse foi o começo da minha redenção.” (Lenita)

Novamente se repetem as meias verdades e mentiras presentes nas formas de resistência das mulheres. Também aparece a rede feminina de solidariedade articulada através das freiras, que a convidam para o curso. Educação e religião, mais uma vez, podem ser vistas como espaços para exercício da autonomia feminina no mundo da rua, assim como o bom uso que as mulheres fazem deles para resistir ou ao mando autoritário dos maridos, ou ao modelo subordinador da tradição.

Outros relatos, ainda que com o mesmo sentido dos anteriores, trazem diferenças nas interpretações que as mulheres dão de suas posições de subordinação, ao mesmo tempo que revelam as estratégias para lidar com elas. Para Verinha, que nunca trabalhou fora, a forma de dar presente de Natal às pessoas com quem convivia no cotidiano - feirantes, empregadas da sua própria casa e das casas vizinhas -, era retirar de casa, parte das compras da semana, dinheiro ou objetos existentes em casa. Essas atitudes são interpretadas por ela como formas de “independência” em relação ao marido. Comparando-se com as filhas que trabalham e são profissionalizadas, ela acredita ser mais independente por ter feito coisas que elas, as filhas, nunca fizeram.

“Eu tenho impressão de que eu, sem ter trabalhado, sou mais (independente) do que minhas filhas. No fim do ano, eu mando lembrança para as pessoas que não são da família. Ele não sabe, compro com o meu dinheiro (do orçamento da casa). Faço meus pintos e ele nem sabe.” (Verinha)

Certamente o que ela interpreta como “mais independência” em relação às filhas é o desafio que enfrenta em burlar o marido. Para as filhas, profissionalizadas e com recursos próprios, uma atitude como a dela não se coloca. As mulheres têm consciência da sua subordinação, mas resistem a ela como podem - e têm consciência disso.

Continuando nesta mesma direção, relatos mais conscientes sobre a situação feminina apontam para diferentes formas de percepção,

embora as formas de resistência apresentadas sejam variações em torno do mesmo tema.

Rita, por exemplo, fala sobre a situação da mulher e só aos poucos expõe sua própria situação. Sua compreensão sobre o poder masculino e sobre as estratégias a que as mulheres podem recorrer são claras, embora ela ache que a mulher tem poder, sim. Para ela é preciso “saber levar”, “usar da astúcia” para diminuir a subordinação.

“Mulher tem um poder muito grande. Oculto, talvez oculto, mas tem um poder muito grande. Agora, ao mesmo tempo ela é subordinada, quando ela não toma consciência desse poder, não é?” (Rita)

Rita menciona também as ginásticas que sempre fez e ainda faz para conciliar o que ela própria quer com o que o marido quer. Tem sempre de negociar com ele. Mas quando não consegue convencê-lo a mudar de opinião, algumas vezes o enfrenta e faz o que quer.

Talvez entre todas as mulheres ela seja a mais consciente dos entremeios em que vive a mulher. Ela sabe que o poder que tem é mais resistência ao poder masculino do que qualquer outra coisa. Ter voz ativa sobre pequenos desejos, como assistir a um filme, celebrar o aniversário junto com a filha que mora distante ou fazer uma longa viagem só com as filhas, deixando em casa o marido. Nesses momentos, ele então “fica isolado”, como diz ela. Isolado fisicamente em decorrência do afastamento das mulheres e em razão das informações, das cumplicidades, dos pequenos desejos e vontades com os quais certamente não concordaria. Olhando a partir desta perspectiva, talvez Rita esteja certa quando ressalta o “poder oculto” da mulher que isola o homem, criando para si um mundo separado.

“Alguém me disse que brigou com o marido porque foi falar com ele sobre alguma coisa e ele não gostou. Mas por que foi contar? A gente não conta tudo não, ao marido.” (Luciene)

Com as palavras de Luciene se complementa o pensamento de Rita e se confirma a ideia de que é do interesse das mulheres silenciar sobre determinados aspectos de suas vidas. Todas as mulheres referiram-se

a mentiras ou meias verdades, omissões, segredos, astúcias, todas as palavras que servem como sinônimo para a resistência.

Entretanto, além das estratégias mostradas, existe, por parte das mulheres, outro comportamento que identifico como sendo a busca de um lugar que seja só delas.

Encontrando um lugar só para si

Trabalho

Algumas encontram esse lugar no trabalho remunerado, outras, através do trabalho voluntário, através da arte e até através de comportamentos e atitudes onde expressam a gratificação de ficarem com seus próprios pensamentos e lembranças.

Para as que desempenharam um trabalho remunerado investindo na profissão, a gratificação encontrada pode representar este lugar. É o que faz Maria Adélia dizer que no trabalho que realiza como poeta, ela “diz e faz”. Este é um espaço dela, sob seu total controle. Igualmente se pode identificar essa situação no relato de Marlene em relação à sua competência na costura; no relato de Socorro sobre os alunos que preparou para se habilitarem aos exames de admissão nos colégios para os quais desejavam ir. Essas situações, porém, não excluem outras e, assim, algumas mulheres referem-se a mais de uma situação que identifico como um lugar somente seu, de cada uma, onde são sujeitos de si.

Movimento religioso

Entre as mulheres estudadas, um grupo (Rita, Mira, Marlene, Maria Odete e Cléa) pertence a um Movimento Religioso Católico, ao qual se reportam como um ponto muito central em suas vidas. Mira e Maria Odete participam do movimento desde solteiras.

Algumas características encontradas neste grupo são bastante semelhantes àquelas encontradas por Lins de Barros (1987) no seu estudo realizado com mulheres católicas de camadas médias do Rio de Janeiro. Entre as semelhanças estão a faixa etária, a feição pública da atividade, a periodicidade das reuniões, o caráter mais político do grupo orientado pela Teologia da Libertação e a percepção das atividades desenvolvidas como trabalho, mesmo não havendo remuneração.

Entre as mulheres entrevistadas e pertencentes a este Movimento, constata-se a identificação e a satisfação que encontram nas atividades que desempenham. Para umas, o Movimento “trouxe o que ela estava procurando” e a sensação de completude, que as leva a se dedicarem de corpo e alma ao trabalho, exercendo funções burocráticas, como a de secretária.

O que importa aqui é registrar a experiência do trabalho e dos compromissos no movimento religioso do qual participam como forma de autonomia. Com eles, as mulheres definem horários para si, estabelecem limites para a demanda dos outros, priorizam suas escolhas e assim estabelecem um espaço determinado só pelos seus próprios interesses. Também não os compartilham com o marido. Rita comenta mesmo que o marido não sabe muito bem o que ela faz.

O que chama atenção no caso deste grupo é que os recursos mobilizados para a participação no Movimento não estão ligados a seus papéis de mãe ou esposa, como mostrado em outras situações. Aqui, há um caráter mais autônomo. O recurso que utilizam é a religiosidade; um recurso não ligado, necessariamente, a outros papéis, e embora seja signo de feminilidade, também não é desempenhado no mundo da casa.

Assumindo outros papéis em casa

Ainda dentro da mesma temática, embora mudando o foco para outras mulheres estudadas, percebem-se comportamentos interessantes na busca de espaços de autonomia. Letícia, após uma doença do marido, passa a gerir todas as finanças da casa. Todas as decisões sobre os recursos financeiros são tomadas por ela. Para isso,

passa a frequentar uma agência bancária e estabelece amizade com os funcionários e gerente, a quem presenteia com as plantas cultivadas por ela no jardim, como forma de agradecimento pela atenção e pela ajuda recebida. Aos poucos, 80 plantas são doadas. Essa troca estabelecida abre para ela um espaço de reconhecimento e respeito, manifestados pela homenagem que recebe dos funcionários da agência bancária. Ao reinaugurarem a agência, conferem a ela o título simbólico de “madrinha do banco”. Embora os recursos sejam do marido, é a sua atuação, através dos laços afetivos e emocionais que estabelece um espaço que pertence apenas a ela.

Outros relatos também continuam nessa direção e ilustram a diversidade de situações através das quais as mulheres conseguiram estabelecer um espaço para si. Surpreendem porque revelam comportamentos e atitudes que não são prováveis para mulheres nascidas no início do século.

Vivenciando novas situações

Mira, aproveitando uma neta que faz Pós-graduação na Europa, viaja para visitá-la, deixando o marido doente sob o cuidado de enfermeiras. Juntamente com a neta e uma cunhada, saem em excursão em que, numa casualidade, toca piano em um restaurante, surpreendendo o seu dono. Nos três dias consecutivos que passa na cidade, volta para tocar piano e jantar de graça!

“Perto do hotel onde nós estávamos, tinha um boteco. Passei um dia e vi um piano. Aí entrei e perguntei se podia tocar. O dono só falava alemão e holandês, e eu, na base da mímica: “Eu posso tocar?” Aí ele tirou o pano de cima do piano e eu comecei a tocar e começou a encher de gente.” (Mira)

Outras mulheres do grupo encontraram também, após a morte do marido, espaços de maior autonomia. Neuza e Linda, que sempre pintaram, intensificam essa atividade ao ficarem viúvas. Fazem exposição, vendem quadros, participam de coletivas, são reconhecidas como pintoras no meio artístico. Linda, cujo marido era originário

do oriente médio, é das mais oprimidas. Conta que, após a morte do marido, só veste cores alegres, para se contrapor ao período em que só podia vestir cores sóbrias.

Por fim, existem aquelas que encontram espaços para si nas pequenas coisas do dia a dia. Verinha, por conta da coluna e dos remédios que toma, tem seu fuso horário trocado em relação ao marido. Dorme boa parte do dia e passa quase a noite toda acordada, coisa que vivencia como liberdade:

“Eu adoro ficar acordada de noite, sozinha. [...] Meu marido vai dormir às oito e eu fico, vejo televisão, arrumo minhas gavetas, escrevo, copio receita... Adoro que não tem ninguém para me chamar.” (Verinha)

O que se percebe é que todas as mulheres revelam uma busca por um espaço que seja somente seu, por autonomia, por mais agência, no sentido emprestado por Giddens. No grupo estudado, há uma variação no grau de autonomia que se consegue. Uma rompeu com o casamento e passou a gerir sozinha sua própria vida. Entre as outras, umas têm mais, outras têm menos autonomia. Algumas, como as que trabalham, são mais independentes, possuem uma relação de casamento mais equitativa, negociam diretamente com os maridos suas vontades. Outras, em alguns momentos conseguem realizar projetos bem pessoais, como Mira, que viaja sozinha e sai tocando piano nos bistrôs da Europa. Pode-se dizer que os pequenos poderes dessas mulheres revelam-se na conclusão de Aracy, que, colocando a mão próxima ao corpo, a fim de indicar um limite espacial restrito, afirma enfaticamente: “Eu tenho um mundo daqui pra cá que ninguém atravessa!”.

Referências bibliográficas

- Almeida, Maria da Conceição Lafayette. *As obrigações do amor: Um estudo sobre relações de gênero e poder com mulheres de camadas médias nascidas no século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- Bassanezi, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.
- Canal, Maria Inés. *Foucault y el discurso Del poder: La resistencia y El arte Del existir*. Disponível em: <<http://bandademobius.blogspot.com/2006/10/Foucault-y-el-discurso-dle-poder.html>>. Acesso em: 21 nov. 2008.
- Cândido, Antonio. The Brazilian family. In: Smith, T. Lynn; Marchant, Alexander (Org.). *Brazil: Portrait of a half a continent*. New York: The Dryden Press, 1951, p. 291-312.
- DaMatta, Roberto. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Davidoff, Leonore. *Worlds between: Historical perspective on gender and class*. Cambridge; Oxford: Polity Press, 1995.
- Freyre, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e Método II: Complementos e índices*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- Giddens, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Lins de Barros, Miriam. *Autoridade e afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- Mendes, Mary Alves. *Mulheres chefes de família em áreas Zeis: gênero, poder e trabalho*. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

Sobre os autores

Alda Britto da Motta

Professora da Ufba, pesquisadora do Neim

Demócrito José Rodrigues da Silva

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Ufpe

Isolda Belo

Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco

Karla Galvão Adrião

Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Ufpe, coordenadora do LabEshu

Marcia Longhi

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Ufpb, pesquisadora do Fages

Maria da Conceição Lafayette de Almeida

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Ufpe, pesquisadora do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (Fages)

Monica Franch

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Ufpb

A coletânea *Etapas da vida - jovens e idosos na contemporaneidade* reúne um conjunto de artigos que refletem sobre a condição geracional na contemporaneidade. Mesmo partindo de contextos e temáticas bastante diversificados, os textos têm em comum a forma original de levar o leitor a refletir sobre universos já estudados, mas nem por isto esgotados na sua possibilidade de contribuição acadêmica e social sobre a vivência da juventude e do envelhecimento.

Apoio



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA



ISBN 978-85-7315-975-2



9 788573 159752